

Comunistas lançam propostas para unir a oposição



Ato de lançamento das teses do 10º Congresso do PCdoB, no Rio de Janeiro

O governo de Fernando Henrique Cardoso vive seu pior momento. O aprofundamento da crise política leva a grandes tensões e diferenciações, tanto nas hostes situacionistas quanto na oposição, visando as eleições de 2002. O Partido Comunista do Brasil, contrapondo-se à investida neocolonizadora de que o país é vítima, defende a formação de uma ampla frente partidária e de um extenso movimento cívico capaz de unir a maioria dos brasileiros.

Com esse objetivo, e considerando que o próximo pleito representa uma possibilidade incomum de se derrotar o neoliberalismo e começar a inverter os rumos do país, o PCdoB

propõe alguns pontos para a discussão de uma plataforma mínima de ruptura com o atual modelo, de nitidez oposicionista, que podem estabelecer os marcos de um novo caminho.

A situação atual reclama a crescente unidade e intervenção política do movimento popular, em variadas manifestações, exigindo um novo governo, democrático e de reconstrução nacional, que infunda no povo a confiança na possibilidade de um outro rumo para o Brasil.

Leia artigo do vice-presidente do PCdoB, Renato Rabelo, na página 4, e o documento da Comissão Política do Comitê Central, que está sendo apresentado a todos os setores oposicionistas, na página 5

Ampliar as forças democráticas, aprender com a História

JOÃO AMAZONAS*

Sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil está passando por crises seguidas e as denúncias de corrupção se multiplicam envolvendo os mais amplos setores governistas. O processo histórico brasileiro já viveu situações semelhantes que resultaram, invariavelmente, em golpes antidemocráticos. Quando se sentem ameaçadas, as elites dirigentes não titubeiam em violar a Constituição e erigir governos autoritários. O inimigo não permite o rompimento com a estrutura social e econômica desumana e a libertação do país.

Atualmente a oposição popular, nacional e democrática cresce, e as elites não vão assistir a isso passivamente. Quando João Goulart, no exercício da Presidência da República, prometeu fazer uma política ampla, contemplando as reivindicações populares, inclusive a reforma agrária, o seu governo não chegou ao fim. Tal situação pode se repetir.

Abre-se a perspectiva de uma vitória oposicionista em 2002. Mas a oposição poderá governar? É fundamental construirmos, desde já, uma política mais audaciosa, mais ampla, para garantir a governabilidade. Os órgãos de repressão continuam tratando as reivindicações e organizações populares como atividades de bandidos. No passado recente, o Estado matou stupidamente, na prisão, opositores à ditadura. Carlos Danielli, Lincoln Oest, Luiz Guilhaardini foram assassinados na

prisão. Ninguém foi punido por esses assassinatos. É necessário exigir que crimes como esses não se repitam. Na região do Araguaia, os órgãos de segurança continuam atuando contra a população devido à guerrilha que terminou há quase trinta anos!

O Brasil deve se preparar, com um movimento de massas, popular, amplo e ativo, que garanta transformações profundas. O país vive uma situação gravíssima, que não vai ser resolvida facilmente. Não podemos ter e nem semear ilusões. Não é possível ver o futuro como uma calmaria.

Os comunistas devem realizar uma política ampla, que congregue forças cada vez mais vastas, que realize alianças as mais diferenciadas visando garantir uma nova política, um novo rumo, qualitativamente diferente para o país. Ajudar nosso povo a compreender a magnitude dos desafios que tem pela frente e compreender que a solução de fundo deve ser mais avançada. Devem ter mais habilidade, com a convicção de que o processo revolucionário tem de ser consciente, com clareza de princípios e de propostas. A história nos ensina que as elites reagem até mesmo pelas armas, quando sentem ameaçados seus interesses. E os comunistas não podem ignorar os ensinamentos da história.

*presidente do PCdoB, intervenção na reunião da Comissão Política do Comitê Central, 3 de agosto de 2001.

Tribuna de Debates do 10º Congresso

O lançamento das Teses nos vários Estados e a convocação das conferências estaduais e municipais colocam o Congresso do Partido em uma nova fase. Nesta edição, encarte com 10 páginas, trazendo as opiniões dos militantes sobre o temário do 10º Congresso.

Página 9

Ministro ataca UNE e PCdoB

Paulo Renato, ministro de Fernando Henrique, será interpelado judicialmente pelos comunistas devido às suas declarações mentirosas e irresponsáveis. Governo quer acabar com a meia entrada e investe contra as entidades estudantis e os comunistas.

Página 19

Orientações para os sindicalistas

As orientações indicadas pela Conferência Sindical foram analisadas e aprovadas pela Comissão Política do Comitê Central do Partido. Os comunistas pretendem colocar em novo e mais elevado patamar sua atuação entre os trabalhadores.

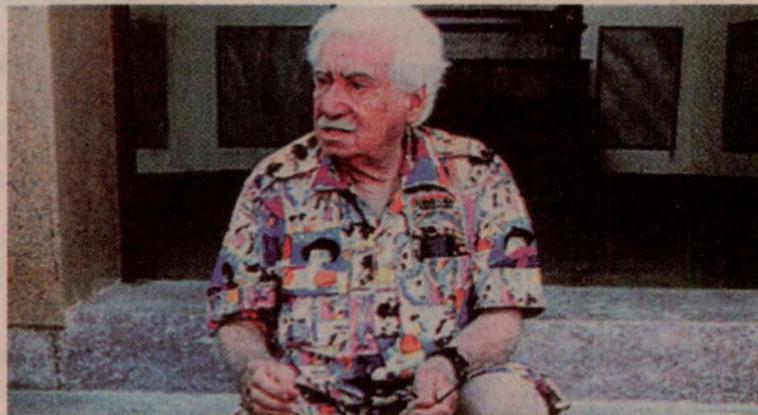
Página 6

O Brasil perde Jorge Amado

O Partido Comunista do Brasil, PCdoB, lamenta o falecimento do escritor e constituinte de 1946, Jorge Amado. Sua obra não tem paralelo no cenário intelectual brasileiro.

As elites governantes do país foram intolerantes com o escritor e homem. Em 1936 Jorge Amado foi preso pela primeira vez, no Rio, por motivos políticos. O Estado Novo apreendeu e queimou em praça pública seu livro de 1937, *Capitães da areia*, e novamente o prendeu, em Manaus. Em 1941 se exilou na Argentina. Voltou ao Brasil no ano seguinte e foi outra vez encarcerado.

Com a conquista da legalidade do Partido Comunista do Brasil em 1945, Jorge Amado foi um dos 14 deputados constituintes eleitos pelo Partido, que fez também um senador. Em 1948 seu mandato na Câmara Federal foi cassado, juntamente com o da bancada comunista que integrava.



Jorge Amado: literatura comprometida com o povo

As perseguições contra os comunistas voltaram, e Jorge Amado novamente se exilou. Viveu no Uruguai, na França e na Tchecoslováquia. Retornou ao Brasil em 1954, ano em que publicou *Os subterrâneos da liberdade*, onde abordou as lutas contra a ditadura estadonovista. Reafirmou, até o fim da vida: "Acho que o socialismo é o futu-

ro". Seus livros continuarão fonte de prazer, de conhecimento da realidade e de reflexão sobre as condições e aspirações de vida dos brasileiros.

São Paulo, 16 de agosto de 2001
Partido Comunista do Brasil
Fundação Maurício Grabois

Leia mais na página 19

PCdoB

Mens@gens

Daniel S: É lamentável que agora que vivemos em um regime democrático, as famílias das vítimas da ditadura ainda não podem viver em paz... Isto sem contar que crimes como o do Rio Centro, terminaram por prescrever por já terem passado mais de 20 anos... Mas também o que poderíamos esperar de um governo como o nosso, que chegou a pôr pessoas acusadas de torturar durante a ditadura, para chefiar recentemente a Polícia Federal?

Joãozinho: Tenho recebido documentos que estão contribuindo para minha melhor atuação no movimento sindical e no Partido, por tanto quero receber mais notícias para que possamos contribuir ainda mais com nossas lutas.

Lothie L: Se não houver uma conscientização do povo, perderemos a chance de dizer chega a quem precisa ouvir.

Laudijane: Estou orgulhoso de estar neste Partido, e também na UJS.

Thomaz M: Foi me repassado o e-mail de 23/7 e gostaria de receber diretamente os comunicados da Classe Operária.

Fábio C: Meu objetivo frente ao Partido é de não só somar novos filiados, mas somar conscientização sobre esta ditadura democrática à qual somos submetidos.

Elídio S: Quero receber todos os dias mensagens do PCdoB, urgentemente!

Israel: Parabéns a todos vocês por esse trabalho.

Carolina C: Estou com muita vontade de me filiar ao PCdoB, porém não sei como seria a minha atuação dentro do Partido.

Carlos S: Eu gostaria de saber mais detalhes a respeito da Guerrilha do Araguaia.

Bruno O: Seria interessante se fossem disponibilizadas, na página do Instituto Mauricio Grabois, obras na íntegra, pois apesar da qualidade dos resumos, estes infelizmente não cabem em um estudo mais pormenorizado.

Jonas F: Peço que me enviem informações sobre este Partido desde a sua formação.

Ricardo M: Assim que possível irei à sede do Partido aqui no meu Estado. Já troco mensagens há certo tempo com alguns políticos locais filiados ao PCdoB, e tenho sido eleitor fiel de alguns.

Virgílio P: No universo de debates sobre a educação do povo, tenho buscado no marxismo orientações para construir uma proposta que sirva de referência na superação da hegemonia dominante e que as escolas possam se converter em espaços de debates sobre a construção da sociedade socialista.

Gabriela: Estou procurando a letra do hino A Internacional e a música em midi ou mp3.

Herval V: Quero saudar os camaradas pela luta dia-a-dia contra a burguesia.

André A: Temos muitas trincheiras para vencer uma delas é a sociedade capitalista em que os trabalhadores são a maior vítima.

Emerson B: Gostaria de saber como é possível receber informações (jornais, folders).

Joselito M: Quero parabenizar o Partido pela sua busca incansável em defesa do Brasil e do povo brasileiro.

Antonio P: Gostaria de ler as teses do 10º Congresso do nosso Partido e poder contribuir.

Magno S: Gostaria de receber alguma publicação do Partido.

José C: Quero parabenizá-los pela página na Internet. É de grande importância o trabalho de vocês.

Maria A: Gostaria de saber se os srs. têm manuais falando sobre militância do Partido, como se iniciou no Brasil. O que é realmente o comunismo, em resumo formação política dentro do PCdoB.

Wagner M: Gostaria que me enviassem mais textos políticos e fizessem um curso de cunho comunista (marxista-leninista) a ser recebido pelo correio eletrônico.

Pedro P: Alguns amigos meus se interessaram e estamos fazendo reuniões onde debatemos o marxismo. Peço que me enviem material teórico para subsidiar o debate.

Antonio M: Sou médico e fui recentemente a Cuba fazer uma visita para avaliação do sistema de educação médica, o que muito me deixou maravilhado.

Lucio L: Sonhar um país e olhar a periferia das cidades e imaginar uma paisagem humana, humana. Em vez de casas mal feitas, mal acabadas, vielas esburacadas, vilas em pirâmides, torres de mil megatons.

Marcelo L: Escrevo por acreditar e acreditar que só o PCdoB pode ajudar na mudança, na transição dessa situação ao Socialismo e ao Comunismo. Por isso quero me filiar.

Moisés F: Gostaria de saber por que o voto é obrigatório. Se o PCdoB é a favor ou contra, e por quê.

Waldtorres T: Os aposentados no nosso Brasil estão sendo terrivelmente massacrados. Nós somos os vossos irmãos, mães, pais, tios, avós de hoje e do amanhã!

José C: Quero agradecer o envio da mensagem e ao mesmo tempo parabenizar o autor da matéria "Esgotado, o governo FHC só oferece sofrimento ao povo".

Walfredo: Um evangélico nos indagou se o Partido Comunista do Brasil tem um documento falando de sua postura em relação à religiosidade.

Daniel S: Gostaria de receber suas sugestões, pois acho que ainda preciso adquirir muitos conhecimentos em sociologia, psicologia e demais áreas de humanas e sociais para atuar com eficácia junto ao povo.

Alessandro: Desejo receber o máximo de material que vocês puderem mandar para mim, pois como militante do partido é de fundamental importância manter-se informado e contar com as análises mais importantes e profundas que só um partido como o nosso é capaz de propiciar.

Robson S: Gostaria de agradecer e parabenizar a Classe pelo ótimo trabalho que vem realizando.

Respostas às perguntas mais frequentes

Privatização – qual a opinião do PCdoB?

A política brasileira de privatização tem origem externa. É parte da política neoliberal, adotada pelo capitalismo desde a década de 1970. Começou pela Inglaterra, que buscou reenergizar sua economia por intermédio do fortalecimento do capital privado, da concorrência e da capitalização do Estado para controle do déficit público. A privatização abriria novos e amplos espaços para os grupos privados e, promovendo receitas extras com a venda de estatais e a concessão de serviços, permitiria ao Estado saldar suas dívidas ou investir em áreas que julgasse prioritárias.

O primeiro passo do Estado brasileiro rumo à privatização foi dado pelo governo do general Figueiredo, em julho de 1979, com o Programa Nacional de Desburocratização, que recomendava "a transferência do controle (da empresa estatal) para o setor privado". Em 1981 o mesmo governo criou o "Programa de Desestatização" e a Comissão Especial de Desestatização. No governo Figueiredo foram vendidas 20 estatais e mais de 22 transferidas para governos estaduais ou fundidas a outras empresas.

A segunda etapa da privatização começa com o governo de José Sarney que cria, em 1985, o Conselho Interministerial de Privatização, depois Conselho Federal de Desestatização. Foram concluídas 42 desestatizações, incluindo transferência de empresas para governos estaduais, liquidações e 18 privatizações.

A terceira etapa teve início com o governo de Fernando Collor de Mello, em 1990, que, no dia da posse, instituiu o Programa Nacional de Desestatização. Até seu impeachment, 2 anos e meio depois, Collor privatizou 18 estatais (siderúrgicas e petroquímicas, na maioria). O governo Itamar, mesmo suspendendo algumas privatizações, entre as quais a da CSN e a da Ultrafértil, privatizou 17 estatais.

Com o governo de Fernando Henrique Cardoso tem início a quinta etapa da política de privatização, de maior alcance. Apenas de sua posse até maio de 1997, privatizou 20 estatais, inclusive a Companhia Vale do Rio Doce, a maior estatal já vendida no país.

Os gestores das privatizações no Brasil avaliam as estatais segundo os métodos de instituições estrangeiras, como o FMI. As avaliações são feitas pelo potencial de geração de resultados do seu ativo operacional, medido pelos fluxos de caixa projetados por um certo tempo, em cenários econômicos estipulados. O valor da estatal assim calculado não tem nada a ver com o valor do patrimônio líquido real que ela tem.

O governo promove em diversas estatais diferentes tipos de reajustes prévios às suas alienações e, em alguns desses ajustes, gasta mais dinheiro do que recebe ao final da venda da estatal. Títulos públicos desvalorizados, comprados no mercado com 20%, 30% e até 40% abaixo do valor de face, são utilizados na compra de estatais com seu valor integral. Grupos econômicos estão sendo fortalecidos, conglomerados estão sendo formados, monopólios são favorecidos. Riqueza propriamente não tem surgido, pois a privatização é transferência de riqueza, não criação da mesma. Investimen-

to estrangeiro aplicado em privatização ocupa fábrica, não a implanta.

A infra-estrutura do país, com a escassez do investimento público e as privatizações, está sendo deteriorada e ficando aquém da demanda exigida por um crescimento, mesmo que contido, como a insólita situação atual, por suas dimensões, marcada pela insuficiência da geração de energia elétrica, em decorrência da queda dos investimentos nestes últimos anos. A crise energética, gestada principalmente nos governos de Fernando Henrique, demonstra o grau de liquidação que alcançou o Estado nacional brasileiro. Os "investimentos" oriundos das privatizações não aumentaram sequer um megawatt a capacidade instalada no setor de energia. O governo, ao acatar as imposições do FMI, que não permitiu inversão estatal em produção e transmissão de energia elétrica, levou o sistema hidroelettrico brasileiro, moderno e seguro, ao descalabro. Diante disso, a expectativa é de queda do crescimento econômico já contido e de mais desemprego.

Com o advento das privatizações, o governo espelhou-se no modelo norte-americano para criar as Agências Reguladoras, com a finalidade de regular a atividade econômica de setores fundamentais – petróleo, energia, telecomunicações, águas, transportes. Apesar de dispor formalmente de amplo poder regulador, tais agências possuem pequena capacidade real para impor suas determinações, pois as empresas desses setores são constituídas sob a égide de grandes monopólios internacionais, prevalecendo, em última instância, a força do "mercado" e a influência dos poderosos conglomerados. Além disso, estão imunes à prestação de contas à sociedade.

O PCdoB denuncia a política de privatizações adotada pelo governo e desmascara o seu caráter antinacional, além da forma nebulosa, cheia de suspeitas, com que é realizada.

No documento "Um novo rumo para o país (Pontos para um programa mínimo da oposição)", o Partido propõe que o programa do candidato da oposição às eleições presidenciais de 2002 contemple dentre os seus itens: "Suspender as privatizações de empresas e setores estratégicos para o desenvolvimento e a soberania nacionais, como a geração de energia e o saneamento. Revisão das privatizações já realizadas nos setores estratégicos".

Parlamentares comunistas na Internet

Na página do PCdoB na Internet o visitante encontrará os endereços eletrônicos de todos os parlamentares comunistas, com o endereço de suas páginas eletrônicas.

Acesse

www.pcdob.org.br

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 - SP), Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Edvar Bonotto e Luciano Pereira de Menezes (arquivo). Editoração Eletrônica: Marco. Administração: Francyrrose de Andrade Matarazzo. Publicação mensal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: 011-8106-0412. PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio eletrônico: classeop@vento.com.br

Comunistas na Internet

O PCdoB em Cascavel-PR, apesar de estar organizado há pouco tempo, já está na Internet. Por enquanto o sítio ainda tem poucas opções, mas é muito bonito visualmente. Visitem e opinem: www.pcdobcascavel.com

NACIONAL

FHC prepara "problemão"

LUIZ CARLOS ANTERO

Ante a chegada do senador Jader Barbalho ao cadafalso, FHC busca continuamente novos temas para construir a sucessão de fatos que permitam que cumpra o restante do mandato. Prevendo trovoadas e esquecendo que tentou proteger Fujimori – a quem agradeceu com a Ordem do Cruzeiro do Sul –, foi à Venezuela no dia 13 de agosto e se encontrou com Fidel Castro e Hugo Chávez.

Mas, com a rejeição crescente à sua política, sofre derrotas à esquerda e também à direita. Postulantes à sucessão presidencial no governo e na oposição convergem na opinião de que o atual acordo celebrado com o FMI não resolve o problema ocasionado pelo cavalari déficit nas contas externas do país: apenas posterga o apagão da economia no instante em que George Bush determina o corte drástico do socorro financeiro do FMI.

A equipe econômica levantou uma ajuda emergencial de US\$ 13,8 bilhões prometendo: ou o próximo governo será de um sucessor feito à imagem e semelhança de FHC, ou terá que dançar de acordo com a valsa neoliberal. FHC arrochará a sociedade em US\$ 45,7 bilhões, legando efetivamente uma dívida de grande monta para o seu sucessor, no país que apresenta o maior arrocho fiscal do mundo. A dívida-herança significa, por enquanto, 53,9% do PIB.

"Nota propositiva"

Esse argumento tem reforçado a chamada postura propositiva diante do terrorismo de FHC, como indica uma nota de quatro pontos apresentada por Ciro Gomes ao deputado Aloísio Mercadante (PT/SP). A nota pretendia "tranquilizar os mercados quanto à oposição" proposta: 1) Respeito ao Estado de Direito democrático – não haverá calote na dívida; 2) Estabilidade monetária – rejeição à inflação; 3) Integração internacional – a economia sempre aberta ao mundo, diversificada em acordos comerciais. 4) Responsabilidade fiscal – ou seja, equilíbrio fiscal. Mercadante chega a desenhar dois cenários: num deles, a crise externa eclodiria antes das eleições, com imprevisíveis efeitos sobre as candidaturas; no outro, ocorreria "um problemão já na posse do futuro presidente".

Problemão, contudo, é a con-

tinuidade da atual política com as premissas que fizeram a festa da ordem neoliberal. De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), nos últimos 10 anos o Brasil tomou empréstimos da ordem de US\$ 67,4 bilhões, mas pagou quase o mesmo em encargos e juros, um total de US\$ 56,5 bilhões, e quase nenhuma amortização. Relatório do TCU revela que, na média desses dez anos, para cada US\$ 1,00 que o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) financiaram ao Brasil, o país remeteu US\$ 1,4. E não se fala na ciranda financeira do FMI, que informa em seu relatório anual (divulgado no dia 14 de agosto) sobre a economia norte-americana: as transações com o exterior dos EUA são insustentáveis e podem significar que o dólar está sob risco de uma forte depreciação.

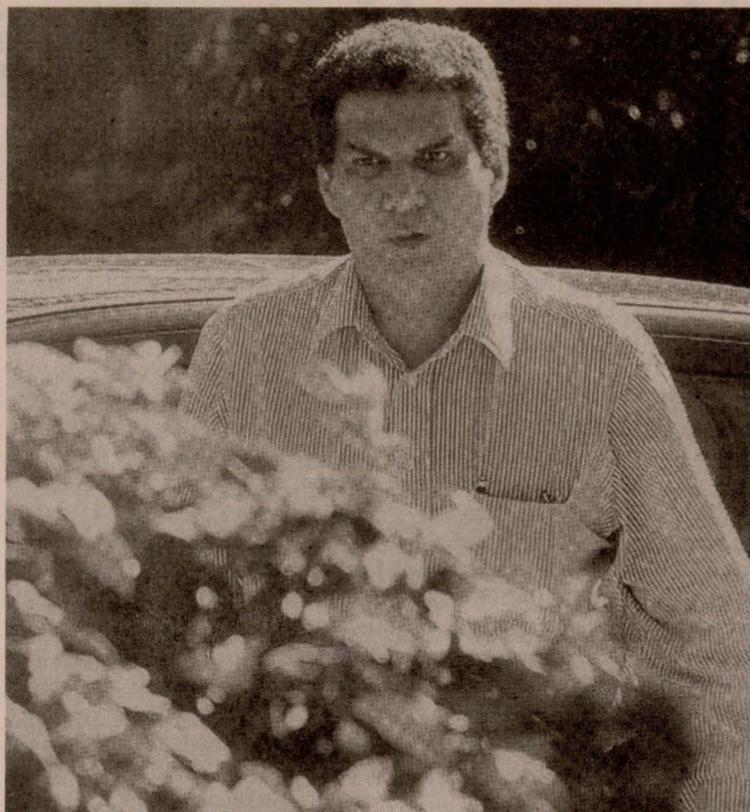
Mesmo entre tucanos prevalece uma avaliação negativa da política econômica de FHC: enquanto o governador cearense Tasso Jereissati reclama da falta de uma política de incremento das exportações após a desvalorização cambial (janeiro de 1999), no grupo de José Serra a ênfase crítica vai para o longo período (1995/1999) de sobrevalorização do real, que "arrebentou as contas externas".

"Prato quente"

Animado pela agonia do seu arqui-inimigo Jader Barbalho ("a vingança é um prato que ainda se come quente"), ACM voltou a atacar FHC. Agora afirma que comentou com ele – que riu dos que votaram contra a cassação do ex-senador Luiz Estevão – a relação de votos oriunda da violação do painel do Senado. O palco foi o Palácio da Alvorada – a residência oficial. "Jader não tinha condições de ser presidente do Senado. Conversamos diversas vezes e o presidente dizia que eu ficasse tranquilo porque a opinião pública e a imprensa não permitiriam sua eleição. Mas o que se viu foi a aliança do PSDB com o PMDB. Portanto, ele ajudou Jader."

ACM diz que a situação do governo é muito ruim porque tudo aponta para uma vitória da oposição, com Lula despontando como vitorioso no primeiro turno e outro opositorista contra ele no segundo turno, sem nomes governistas palatáveis para a sociedade.

Quando, no início de julho, ACM criticou FHC ("ele nunca so-



Jader Barbalho: bola da vez

freu na ditadura"), não houve resposta "a quem perdeu a respeitabilidade". Mas, esse estado crítico se generalizou e percorre os arraiais conservadores, atingindo em cheio a base governista na Câmara, que mostra sua resistência ao "pacote ético" planejado pelo presidente da Casa, Aécio Neves (PSDB-MG) como pretensão serviço tucano à democracia. Votações realizadas em plenário e na Comissão de Constituição e Justiça CCJR) vedaram processos contra os deputados Eurico Miranda (PPB-RJ) e Vittorio Mediolli (PSDB-MG).

"Bola da vez"

O projeto que estabelece o Código de Ética e Decoro da Câmara foi devolvido para a CCJR. Na essência, porque a farta seqüência de escândalos que compromete a imagem do Congresso desde os anos 90 traz a bordo boa parte da força auxiliar de FHC nas votações contrárias ao povo e ao interesse nacional: da gang dos anos do Orçamento, passando pelos protagonistas da compra de votos para a emenda da reeleição, até às perdas de mandato nos mais diversos casos (de Hildebrando Pascoal aos senadores Luiz Estevão, José Roberto Arruda, ACM, agora avançando sobre Jader Barbalho). A evidência já tradicional é de que um elenco de personagens vai se sucedendo como "bola da vez" para proteger Eduardo

Jorge Caldas Pereira e, enfim, o presidente.

O novo alvo do Planalto conheceu uma estranha mudança: o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro informou, logo após o enterro da CPI da Corrupção (no dia 10 de maio) em sessão presidida por Jader, que os crimes relativos ao Banpará estavam prescritos. Agora, além de afirmar o contrário, requisitou ao Supremo Tribunal Federal a abertura de inquérito criminal e a quebra do sigilo bancário do senador para identificar beneficiários nos desvios, com vistas à ação penal.

Contra Barbalho ("bola da vez"), pesam acusações antigas e recentes: desfalques, transferências de recursos ilegais para suas contas bancárias, aquisição de fazenda não declarada à Receita Federal, falcatruas na venda de Títulos da Dívida Agrária (TDAs), denúncias de que teria recebido propina para liberar financiamento da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), entre muitas outras. Mas, guindado à Presidência do Senado com o apoio de FHC (sob o propósito de isolar Itamar Franco no PMDB), Jader informa que não cairá como ACM: vai renunciar, mas diz que desnudará a hipocrisia reinante, comprometendo uma extensa lista de desafetos.

Em suma, também promete tombar atirando. Já sinalizou com razoáveis argumentos disparados

contra o Banco Central (BC) e o governo: por que sua vida bancária na casa de milhões está em evidência e o mesmo não ocorre com os bilhões desviados pelo Banco Central para os bancos Econômico, Nacional, Marka e Fonte Cidam; onde estão as investigações acerca do processo de privatização da telefonia, entre outras? Aliás, os temas que ele próprio obscureceu com o enterro da CPI.

Enclave em Alcântara

No plano interno, pelo menos um tema associado à soberania está repercutindo com força no Congresso Nacional. O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, segundo o qual o Brasil aluga parte da base de Alcântara (Maranhão) para uso exclusivo dos EUA, tem sido tratado como uma ameaça ostensiva de ocupação territorial, erigindo a indignação ativa de parlamentares, cientistas, militares de média e alta patentes e de organismos voltados para a defesa e desenvolvimento da ciência e da tecnologia nacionais.

Assinado pelo ministro Ronaldo Sardenberg e pelo ex-embaixador americano Anthony Harrington, o acordo apresenta cláusulas (perenizadas mesmo após o término) que proíbem a transferência de tecnologia em qualquer fase, o uso dos recursos do aluguel da base no programa espacial brasileiro, entre outros absurdos. Para os EUA, muito além da vantagem propiciada pela localização de Alcântara para menor gasto de combustível em relação ao Cabo Canaveral, está o enclave formalizado em território brasileiro e América do Sul em plena era Bush.

As iniciativas parlamentares para alteração do texto e até mesmo renegociação do acordo, são lastreadas na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara por personalidades como os brigadeiros Sérgio Ferolla, ministro do Supremo Tribunal Militar (STM), e Álvaro Dutra; Carlos Lessa, do Instituto de Economia da UFRJ; o jurista Miguel Reale Jr.; o físico Rogério Cezar de Cerqueira Leite; o astrônomo Ronaldo Rogério de Freitas Mourão; o diretor do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos, coronel Amerino Raposo Filho, entre outros.

No entanto, o tema precisa chegar às ruas. Tratando-se da nossa defesa territorial, exige significativamente mais numerosas e amplas manifestações.

Olinda traça caminhos com participação popular



Luciana Santos, prefeita comunista de Olinda/PE

TUCA SIQUEIRA*

O Plano Plurianual da cidade de Olinda foi lançado recentemente. A elaboração do PPA durou cerca de 4 meses e todas as suas metas foram estabelecidas de acordo com as reivindicações prioritárias da população, registradas durante as plenárias do orçamento participativo. De acordo com seu ponto de vista, a população apontou os principais problemas do município, da região e do bairro. Depois de sistematizados os dados as secretarias da prefei-

tura, conjuntamente, uniram as reivindicações da população às propostas da gestão, o que resultou no PPA. "A marca da preparação do nosso Plano Plurianual foi o envolvimento da população na discussão", declarou Luciana Santos.

Segundo a diretora de Planejamento do município e coordenadora do PPA, Maria de Jesus, o objetivo da gestão Olinda prefeitura popular é fazer com que a população se identifique com o plano que foi elaborado. Para tanto, foram criados programas inte-

grados especiais: Olinda é de Paz; Olinda é Trabalho; Olinda. Cidade Limpa; Olinda. Crianças com Futuro; Olinda Mulher; Olinda Patrimônio Cultural. O conteúdo do PPA será resumido, reeditado com uma linguagem mais acessível e distribuído entre a população, que poderá acompanhar o trabalho da Prefeitura de Olinda até o final do mandato em 2005.

Centro de Documentação e Memória

Fundação Maurício Graciano

Coordenador João Batista
(Secretário de Controle
Orçamentário e Gestão)

NACIONAL

Oposição deve se impor como alternativa de governo

RENATO RABELO*

No cenário mundial recente, três questões merecem especial atenção: a reunião do G-7, os seis primeiros meses do governo de George W. Bush e o massacre dos palestinos.

O G-7 é um condomínio informal, que junta os países mais poderosos e imperialistas e busca agregar a Rússia, cooptá-la. É uma forma dessas potências realizarem uma reunião internacional descartando a presença da China — que integra o Conselho de Segurança da ONU e seria o fórum natural para reuniões entre os países mais poderosos econômica e militarmente. Mas os problemas centrais vividos pelo mundo não foram enfrentados, como o programa Guerra nas Estrelas, dos Estados Unidos; o Tratado de Kyoto (que os EUA estão rompendo) ou a grave crise que castiga as economias dos países dependentes. Houve uma certa encenação sobre a dívida dos países mais pobres, onde os povos amargam a mais terrível miséria. Mas ficou evidenciado que os chefes imperialistas têm de se isolar do mundo quando se reúnem. Os protestos marcantes e massivos contra os efeitos nocivos da globalização estão obrigando os imperialistas a se reunir em locais ermos — a próxima reunião será num recôndito no interior do Canadá! Fica evidenciado, porém, que as instituições governamentais internacionais estão defasadas em relação à situação mundial.

Desde a posse de George W. Bush, o governo norte-americano vem tornando sua política hegemônica crescentemente agressiva e isolando-se. São evidências dessa agressividade e isolamento a retomada do projeto Guerra nas Estrelas, que quebra o equilíbrio mundial de armas nucleares, e o abandono do Tratado de Kyoto, deixando de lado qualquer velei-

dade em relação à proteção do meio ambiente. Na América Latina, pressiona pela criação da Alca, um grande plano de domínio do Continente, com objetivos políticos, econômicos e militares de longo alcance. O governo estadunidense pretende reativar sua economia através da indústria bélica. É a extrema direita que dita a política do governo Bush.

A agressividade também aumenta no Oriente Médio, onde os sionistas de Israel promovem um verdadeiro massacre de palestinos. Cidades são bombardeadas criminosamente pelo exército israelense. É fundamental que o movimento popular e democrático brasileiro realize ações de protesto diante dos consulatos e da Embaixada de Israel, exigindo o fim desses crimes monstruosos!

FMI prejudica o Brasil

No Brasil, o governo de Fernando Henrique Cardoso vive seu pior momento. A desaceleração econômica mundial e a crise argentina deixam a situação ainda mais adversa para uma economia vulnerável como a brasileira. Os desdobramentos da crise ocorrem em todos os terrenos, perpassando os planos econômico, social, político e moral. A crise energética compõe a crise econômica e leva a uma queda acentuada da credibilidade do governo. As dívidas interna e externa crescem, os investimentos e o desenvolvimento diminuem. O governo corre ao FMI, que para liberar verbas exige mais contenção de investimentos e cortes no Orçamento e um superávit recorde de R\$ 45,7 bilhões em 2002. O esforço fiscal determinado pelo FMI distorce a competitividade da economia brasileira. Com isso o desemprego será ainda mais agravado e serão maiores os cortes na área social. O país vive uma crise cambial, com uma mega desvalorização do real, que já

beira os 30% no ano. A demanda industrial caiu 22% e está aberto o caminho para a recessão.

O país vai ficando ingovernável. Aguçam-se as contradições entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, até em questões como o reajuste salarial dos funcionários públicos, que há sete anos estão com os vencimentos congelados. A situação social é dramática. Em todos os Estados pipocam sublevações de PMs exigindo reajustes salariais. O país passa por uma situação de anormalidade crônica. Como afirmou o camarada João Amazonas, no passado por muito menos o processo democrático foi interrompido.

O aprofundamento da crise política leva a grandes tensões e diferenciações, tanto nas hostes situacionistas quanto na oposição, visando as eleições de 2002. O governo atravessa sucessivas crises, mas está de pé. Mesmo de crise em crise, encontra certo desafogo. Alguns analistas afirmam que isso ocorre porque não há alternativa programática apresentada para o atual governo e seu fôlego ainda é grande — seu enraizamento nas classes dominantes é profundo e Fernando Henrique e o PSDB internalizam no Brasil a política neoliberal de uma nova direita com fachada democrática. É possível uma certa analogia com a situação da Argentina: o país já está insolvente, mas não tem alternativa política ou revolucionária.

A disputa sucessória acirra-se. Os disputistas tomam consciência de que precisam se unificar, e buscam seu candidato ideal. A tendência do PFL é apoiar o PSDB. O PMDB pode se dividir (uma parte fica com Itamar, outra com o governo de Fernando Henrique). Na oposição, é forte a tendência à fragmentação, ao menos no primeiro turno, o que favorece os governistas. O destino de Itamar, por enquanto, está preso ao PMDB, onde o governo açula a candidatura de



Renato Rabelo

Temer à presidência do partido. A candidatura de Ciro Gomes patina e perde o fôlego e não está descartada sua união com um outro candidato, talvez Itamar. A candidatura de Garotinho cresce e vira alvo do governo, além de sofrer resistências no próprio PSB. A candidatura de Lula, que continua crescendo, adota um discurso dúbio. Setores da direita o elogiam, enquanto outros setores da própria direita continuam taxando-o de "radical, despreparado, portador de uma ideologia rombuda".

As elites, por sua vez, tratam de tentar enquadrar e comprometer com os rumos econômicos atuais um possível governo de oposição. Quanto mais profunda é a crise, mais as elites buscam formas de continuar seu domínio. O acordo com o FMI, por exemplo, aponta nessa direção. Simultaneamente, as classes dominantes buscam forjar o seu próprio candidato. Realizam um jogo de pinça, construindo a candidatura própria e ao mesmo tempo realizando grande pressão ideológica sobre os opositoristas visando a continuidade da orientação econômica atual.

A oposição não está se im-

pondo como uma alternativa para o grande público. É necessário demarcar campo. Mostrar que é outro o rumo que pretende para o país. Deixar claro que irá romper com o modelo concentrador de renda, recessivo, contrário à democracia, aos interesses nacionais e dos trabalhadores, como é o modelo neoliberal do atual governo. Por isso o PCdoB está apresentando alguns pontos que considera fundamentais para o programa oposicionista, no documento *Um novo rumo para o país*.

O problema sucessório não será elucidado de imediato. Os vários partidos oposicionistas que até o momento apresentaram candidatos vivem também disputas e definições internas que não estão concluídas e poderão levar a mudanças de orientações. O Partido Comunista do Brasil tem como objetivo programático a conquista de um governo capaz de iniciar o processo de transição do capitalismo ao socialismo. Entretanto, na atualidade, a fim de se contrapor à investida neocolonizadora e mudar o rumo imposto ao país, o PCdoB tem afirmado que tal situação implica na necessidade incontornável da formação de uma ampla frente partidária e de um extenso movimento cívico capaz de unir a maioria dos brasileiros em torno de um programa de reconstrução nacional. Nos contatos com os outros partidos, os comunistas buscam alianças e aliados para ter acesso ao povo, para ganhar as massas para a ação consciente e, nas eleições do próximo ano, além das disputas para a Presidência da República e governos de Estado, eleger uma combativa bancada parlamentar, estadual e nacional, do PCdoB.

*vice-presidente do PCdoB, informe à 27ª reunião da Comissão Política do Comitê Central, 3 de agosto de 2001

Entusiasmo no lançamento das teses no RJ

CLÁUDIO NOGUEIRA

Cerca de 500 militantes comunistas e simpatizantes vindos de todas as partes do Estado lotaram a Câmara de Vereadores do Rio no dia 9 de agosto para participar do ato público de lançamento das teses ao 10º Congresso do Partido, com a presença do vice-presidente nacional do PCdoB, Renato Rabelo.

O ato, presidido pela camarada Ana Rocha, contou com a presença do presidente regional do PSB, Alexandre Cardoso, do representante da direção estadual do PT, Antônio Neiva, do secretário de Governo do Estado Augusto Ariston, representando o governador Anthony Garotinho, e de Ivan Pinheiro, representante do PCB, além de Wagner Vixer, secretário estadual de Energia, Petróleo e Indústria Naval, Carlos Azevedo, presidente da Faetec, Ricardo Capelli, coordenador estadual de Políticas para a Juventude, Theotônio dos Santos, se-

cretário estadual de Relações Internacionais, Luís Fernandes, diretor científico da Faperj, Amendoim, presidente da Associação de Moradores da Rocinha, o ator Francisco Milani e os parlamentares comunistas Jandira Feghali (deputada federal), Edmilson Valentim (deputado estadual) e Fernando Gusmão (vereador na capital).

Ana Rocha destacou a importância da Plenária Final do 10º Congresso se realizar no Rio de Janeiro, onde foi fundado o PCdoB. Nas falas dos demais partidos presentes notava-se a justiça e a riqueza das proposições políticas sobre as quais o PCdoB se debruça. Todos enfatizaram a importância da composição de ampla frente patriótica contra a imposição da política neoliberal e pela construção de um projeto de salvação nacional. O presidente do PSB em especial chamou a atenção para que a esquerda ganhe os corações e mentes das amplas massas populares, e que o PCdoB,

“pelo brilhantismo na abordagem dos temas apresentados na tese”, joga papel decisivo nesse sentido.

Em sua intervenção, o camarada Renato Rabelo chamou a atenção para a agudeza da crise do capitalismo em nível mundial, num momento onde aumentam as contradições entre a burguesia e o proletariado, entre os povos de todo o mundo e o imperialismo econômico e entre as próprias potências imperialistas. O recente colapso econômico da vizinha Argentina, seguidora da amarga receita dos EUA e do FMI, nos mostra que a perspectiva da construção do socialismo e sua defesa são a cada dia mais necessárias como alternativa objetiva ao obscuro sistema de exclusão no qual hoje vivemos.

Renato também destacou a situação política do nosso país. Atravessando seu maior período de legalidade, o que permite a ampla divulgação de suas propostas para toda a sociedade, o PCdoB chama a todos para formar um amplo



A Câmara carioca ficou lotada no lançamento das teses

movimento cívico de massas, nucleado nas forças de esquerda e capaz de reunir a nação brasileira em torno da reconstrução do Estado Nacional, da ampliação democrática e da defesa dos interesses populares. Neste sentido, é fundamental a participação de todos os camaradas no debate e na organização efetiva da militância partidária, entendendo que a construção do socialismo passa necessariamente pelo acúmulo de forças junto ao povo e por um PCdoB es-

truturado e enraizado, sobretudo entre os trabalhadores.

No encerramento, foi feita uma entusiástica homenagem a Elza Monerat, simbolizando o espírito militante em defesa dos ideais revolucionários do PCdoB. Com certeza o ato representou um impulso à participação nos debates do Congresso. O lançamento das teses do 10º Congresso na capa do encarte Tribuna de Debates, nesta edição

Um novo rumo para o país

Pontos para um programa mínimo da oposição

O governo de Fernando Henrique Cardoso vem desestruturando a nação brasileira, desmontando o Estado nacional, deformando a sociedade, aumentando a pobreza e a desigualdade. Um sistema de dívidas que se agigantou comprova a verdadeira fragilidade dos fundamentos do modelo dominante. O país é marcado por sucessivas crises, instabilidade, autoritarismo, corrupção, injustiça e agravamento dos problemas estruturais. O curso da situação presente toma contornos de uma situação insustentável e o país vai vivendo uma anormalidade crônica.

Os governantes adotam uma estratégia e uma política submetidas à ordem mundial imperialista. Desde o final de 1998 o FMI e o Tesouro norte-americano passaram a ter um controle maior da economia brasileira. Submisso a essas instituições, o governo mantém os compromissos externos acima de todos os outros nos orçamentos públicos. Excluiu do horizonte político qualquer perspectiva de projeto nacional e de desenvolvimento autônomo. A fim de tranquilizar o grande capital internacional, o governo recorre novamente ao FMI para reeditar novo acordo elaborado com cláusulas mais restritivas.

A Alca, imposta pelos Estados Unidos, é uma continuação da

implantação do projeto neoliberal no país. Representa a continuidade de um grande plano de domínio das Américas pelo governo de Washington, tendo em vista apressar e consolidar o processo de dependência do país. O Brasil se depara assim com a ameaça de neocolonização.

O inexorável processo de concentração e centralização do capital e da riqueza reflete-se na organização política do país. Fernando Henrique praticamente descaracterizou a Constituição de 1988 e exerce o poder através de Medidas Provisórias e do recurso a resquícios do entulho autoritário que ainda não foram varridos da vida do país. A reforma política pretendida pelo governo tem uma natureza fortemente antiplural e antidemocrática, encontrando justas resistências até da própria base governamental. Essa reforma procura impedir a representação parlamentar dos pequenos e até dos médios partidos, especialmente dos vinculados aos interesses populares e comprometidos com um novo rumo para o país. Copia modelos elitistas de outros países, expressos no voto distrital misto, na cláusula de barreira e na proibição de coligações nas eleições parlamentares.

O Partido Comunista do Brasil, PCdoB, considera fundamental a formação de uma ampla fren-

te partidária e de um extenso movimento cívico – tendo como núcleo as correntes de esquerda capazes de unir a maioria da população – em torno de um programa de reconstrução nacional, de ampliação democrática e de defesa dos interesses populares. Um programa focado na reestruturação nacional, que se concretizará com a vitória de um novo governo democrático, baseado nas forças populares, constituído pelas correntes de oposição à política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. O Brasil pode aspirar a um rumo próprio e autônomo de desenvolvimento.

A batalha sucessória de 2002 envolverá as duas tendências fundamentais que estão em luta: a que defende o projeto em curso, desnacionalizante, autoritário e anti-social; e a definida pelo anseio e a visão da defesa do desenvolvimento nacional e pelas aspirações democráticas e populares. Hoje o país atravessa um período de tendência de declínio do governo, com o conseqüente crescimento da oposição. O próximo pleito nacional representa uma possibilidade incomum de se derrotar o neoliberalismo e começar a inverter os rumos do país.

O PCdoB propõe alguns pontos para a discussão de uma plataforma mínima de ruptura com o a-

tual modelo, de nitidez oposicionista, que podem estabelecer os marcos de um novo caminho:

1 Desmascarar os propósitos da Alca – articulação do governo dos Estados Unidos que objetiva transformar todo o continente em zona livre do capital transnacional e de domínio norte-americano. Fortalecer e estender o Mercosul e sua diversificação comercial com os diversos centros econômicos mundiais.

2 Denunciar os acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional e fazer a revisão das regras impostas no âmbito da Organização Mundial do Comércio que sejam lesivas aos interesses do país.

3 Realizar a auditoria e renegociação soberana das dívidas interna e externa; adoção de uma política de retomada do desenvolvimento econômico e salvaguardado os direitos dos trabalhadores – “Não pagar a dívida com a fome do povo!”

4 Suspender as privatizações de empresas e setores estratégicos para o desenvolvimento e a soberania nacionais, como a geração de energia e o saneamento. Revisão das privatizações já realizadas nos setores estratégicos.

5 Retomar o desenvolvimento e diminuir a jornada de trabalho para 40 horas semanais e, mais adiante, para 35 horas, sem redução

dos salários, multiplicando postos de trabalho e garantindo melhorias salariais e condições de trabalho dignas; recompor o salário mínimo; realizar reforma agrária, visando eliminar o latifúndio e incorporar os trabalhadores sem terra à produção e ao mercado de consumo; taxar as grandes fortunas e a especulação financeira.

6 Incrementar em grande escala a pesquisa científica e tecnológica, com prioridade estratégica para a educação pública, a cultura e o saber.

7 O governo de reconstrução nacional convocará uma Assembleia Nacional Constituinte que expresse um novo pacto político e social preservando a soberania do país, ampliando a democracia.

A situação atual reclama a crescente unidade e intervenção política do movimento popular, em pequenas ou grandes manifestações, exigindo um novo governo, democrático e de reconstrução nacional, que atenda aos anseios populares, denunciando as privatizações em curso e a corrupção, instando o povo a desmascarar o modelo neoliberal e infundindo confiança em que é possível um outro rumo para o Brasil.

São Paulo, 3 de agosto de 2001
Comissão Política do
Partido Comunista do Brasil

Vitória da cidade

INÁCIO ARRUDA*

Mais do que uma resposta à carência normativa para a administração das cidades brasileiras, o Estatuto da Cidade apresenta um profundo sentido histórico e, longe de significar uma vitória acabada, traz um alerta para a sociedade, que deseja o reordenamento urbano e o resgate da qualidade de vida. Sua aprovação representa um momento culminante da luta pela reforma urbana no Brasil: vitória expressiva numa trajetória de pelo menos quatro décadas, um salto qualitativo oriundo de inúmeras lutas significativas da nossa História, pari passu à transformação do Brasil rural em Brasil urbano.

Das pugnas de natureza específica (por moradia, pela urbanização das favelas ou por equipamentos coletivos de consumo – saneamento, energia elétrica, telefone, calçamento etc.), passando pelo combate ao arrocho salarial e à panela vazia, às batalhas de resistência à ditadura, pelas liberdades políticas, até a redemocratização (com as campanhas por eleições diretas nas capitais e no país, Constituinte Livre e Soberana, entre outras), temos hoje um acervo incorporado à saga da nossa gente.

O sólido amálgama forjado nessas lutas ofereceu o estofo necessário para assegurar avanços na Constituição e na legislação ordinária, ao tempo que se ampliava a hegemonia popular nas grandes e médias cidades. Na Constituinte de 1988, uma emenda popular inseriu na nova Carta o capítulo da



Inácio, líder do PCdoB

Política Urbana – estabelecendo um contraponto ao caos das cidades brasileiras.

Sancionado pelo Executivo após 12 anos de tramitação, o Estatuto da Cidade, do qual foi relator na Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior, em 1999, regulamenta o capítulo constitucional, é um passo rumo à reforma urbana nessa trajetória histórica. Cabe à sociedade civil zelar pelo bom uso de seus mecanismos, repudiando o veto de FHC à concessão especial de uso para fins de moradia, sem esquecer a defesa do Projeto de Lei que cria o Fundo Nacional de Moradia Popular e a luta por um Conselho de Desenvolvimento Urbano representativo e democrático.

*líder da bancada do PCdoB na Câmara Federal

Socorro Gomes denuncia milícia e escravidão no Pará

A deputada federal Socorro Gomes (PCdoB/PA) denunciou na Câmara a intensificação da violência do latifúndio no Sul do Pará. Depois que, na década de 80, os assassinatos de lavradores e lideranças ligadas à reforma agrária ganharam grande repercussão, a violência foi reduzida. Mas “estão de volta os assassinatos seletivos, as milícias armadas, as listas de marcados para morrer, a pistoagem, a grilagem e até o trabalho escravo – tudo com a complacência e a permissividade dos governos estadual e federal”, afirma Socorro Gomes. Chama a atenção o caso que envolve a família Banach, que tem duas fazendas consideradas improdutivas ocupadas por trabalhadores rurais. Os Banach contrataram a empresa de segurança Marca, sediada em Ananindeua (PA). A Marca atua como milícia, com a cumplicidade da polícia, praticando atos violentos na região do município de Banach. No dia 19 de julho eles atiraram nas pernas e nas costas do lavrador Carlos Teles, de 54 anos, que ficou paralisado. No dia seguinte, prenderam, torturaram, amarraram e transportaram no carro da família Banach mais dois lavradores – um dos quais nada tem com o conflito – até a delegacia de Xinguara. Nada foi feito contra a empresa ou os Banach pela polícia.

A família Quagliato, dona de 13 fazendas na região, grilou uma



Socorro: o Inca deve explicações

área desapropriada pelo Inca, o assentamento que fica ao lado de sua fazenda Rio Vermelho. Com pistoleiros, expulsou 6 famílias assentadas, sem nenhuma reação do Instituto. Nas fazendas dos Quagliatos foi descoberto pela Polícia Federal trabalho escravo desde 98, reincidindo em 99 e 2000, quando ocorreram novas diligências de fiscalização. “Mas ao invés de serem punidos por prática de crime hediondo, eles foram beneficiados com um acordo assinado pelo próprio Ministério do Trabalho em que são avisados de novas diligências de

fiscalização, dando em troca segurança na fazenda para os fiscais”, denuncia Socorro Gomes. “É como combinar com assaltantes de banco quais os dias em que não haverá policiamento, para que eles possam roubar com mais tranquilidade...”, completa.

Socorro cobrou, através de requerimento, explicações ao Ministério da Justiça e à Secretaria de Segurança Pública do Pará a respeito da empresa Marca. Além disso está cobrando do Inca a criação de uma comissão de desapropriações nas fazendas envolvidas com a violência.

MOVIMENTO

Fortalecer o Partido entre os trabalhadores

DIRETRIZES DA CONFERÊNCIA SINDICAL NACIONAL*

Em sua última reunião, a Comissão Política do Comitê Central do PCdoB aprovou as diretrizes apresentadas pela Conferência Sindical Nacional realizada pelo Partido.

Introdução

Um total de 1.400 militantes e dirigentes comunistas participou dos debates da primeira Conferência Sindical Nacional, que realizou sua sessão final nas dependências do SESC Vila Nova em Belo Horizonte com 319 delegados, provenientes de 24 Estados. A conferência contribuiu para situar o proletariado no centro das atenções e da ação do Partido, identificou deficiências e apontou alguns desafios do trabalho dos comunistas contra o neoliberalismo e pela transformação social.

Ao propor a elaboração de um plano de construção do Partido nas grandes empresas, ramos e setores estratégicos da economia nacional, a conferência reafirmou a concepção comunista que confere ao proletariado o papel central na luta política de nosso tempo. O proletariado é o alvo principal da política reacionária do capital traduzida no neoliberalismo e a vítima maior da crise já crônica do sistema. É quem sofre o flagelo do desemprego, da depreciação dos salários, da precarização dos contratos e condições de trabalho, da ofensiva contra os direitos sociais, bem como das privatizações. E é, indubitavelmente, a única classe que, na luta contra a exploração dos capitalistas e a opressão dos imperialistas (fenômenos por sinal entrelaçados), pode liderar um movimento em defesa dos legítimos interesses nacionais e pela transformação revolucionária da sociedade. Sua centralidade deriva desta posição, que ocupa objetivamente na economia política burguesa.

Conclui-se, daí, que o proletariado segue sendo o coqueiro do capitalismo e o sujeito que abre na história, através da luta de classes, o caminho da sua própria emancipação e da liberdade da humanidade, o caminho do socialismo e do comunismo. As idéias e concepções que negam a centralidade do proletariado no cenário político contemporâneo são falsas e servem ao capital como uma poderosa arma na guerra ideológica que este move diariamente com o objetivo de desmoralizar, confundir e neutralizar os trabalhadores nas batalhas políticas.

É também verdade que ao longo do século passado e em especial durante as três últimas décadas a economia capitalista sofreu notáveis alterações e ingressou numa fase crítica caracterizada pelo decréscimo das taxas de crescimento, elevação do nível de desemprego, mudanças na organização empresarial do trabalho e significativo avanço tecnológico (num processo que alguns observadores classificam como Terceira Revolução Industrial). Esses fatores objetivos, aliados à política neoliberal, produziram transformações no chamado mundo do trabalho, o que está conferindo um novo perfil ao proletariado, contribuindo para a crise do sindicalismo e trazendo novos desafios aos comunistas.



Plenária da Conferência Sindical, que reuniu 319 delegados

O debate sobre o tema realizado durante a conferência ajudou a iluminar a consciência dos comunistas. Ao mesmo tempo, revelou debilidades teóricas e ressaltou a necessidade de aprofundar a investigação sobre a classe. Vivemos, hoje, uma conjuntura política contraditória, caracterizada pela crise crônica do sistema capitalista, mas igualmente marcada pela crise do sindicalismo e da perspectiva socialista. O acirramento das contradições do sistema capitalista e imperialista projeta uma perspectiva de grandes confrontos políticos, entre classes e muito provavelmente entre nações. Diante de tal cenário o Partido deve investir no esforço grandioso de envolver o proletariado num amplo movimento político contra o neoliberalismo, que nos vem sendo imposto pelos círculos imperialistas, e repensar sua linha de ação no movimento operário e sindical para adequá-la aos novos desafios que emergem da realidade.

Em outras palavras, a conferência concluiu que o Partido precisa trabalhar com o objetivo de se colocar à altura da luta contra a ofensiva neoliberal e se capacitar para disputar e exercer a hegemonia do movimento sindical e operário em nosso país, procurando viabilizar uma alternativa política mais avançada, no rumo do socialismo. Para caminhar nesta direção será preciso desatar alguns nós de natureza ideológica, política e organizativa, que estão emperrando o nosso crescimento entre os trabalhadores.

A conferência também constatou que predomina, em âmbito nacional e nas diversas instâncias partidárias, uma conduta que subestima a necessidade de priorizar o trabalho no movimento operário. Identificou, por outro lado, a tendência ao rebaixamento do papel do Partido por parte de nossos sindicalistas, que não raro se pautam pela máxima "mais sindicato, menos partido", destacando que não estamos imunes a problemas como burocratização, carreirismo, disputa por cargos e fisiologismo em nossos ambientes sindicais.

A subestimação do movimento social reflete em certa medida uma concepção não explícita, mas extremamente perigosa, de que o proletariado não tem papel primordial no projeto político atual

de combate ao neoliberalismo e ao capitalismo.

Com o objetivo de combater as deficiências e fortalecer o Partido no proletariado a Conferência aprovou as seguintes diretrizes:

1- Em relação ao proletariado

Não cabem dúvidas sobre a centralidade do proletariado no cenário político. É preciso aprofundar o nosso conhecimento sobre a classe, até mesmo de sua caracterização na atualidade, bem como reconhecer e estudar as transformações ocorridas em seu perfil. Neste sentido, os sindicalistas devem reforçar e participar do Sempro – Seminário Sobre o Proletariado – que o Comitê Central do PCdoB está organizando.

2- No plano político

Os sindicalistas classistas devem colocar na ordem do dia da luta dos trabalhadores a questão nacional, articular a luta pelos direitos do trabalho com a luta por um novo governo de reconstrução nacional.

Combater o projeto de recolonização dos países dependentes, capitaneado na América Latina pelos EUA e traduzido no Plano Colômbia e no projeto de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Tais iniciativas refletem a crescente agressividade dos imperialistas norte-americanos na re-

gião e podem desdobrar-se em conflitos mais sérios, que exigirão a mobilização dos trabalhadores e patriotas em defesa dos interesses e da soberania nacional. É indispensável preparar o espírito dos trabalhadores para quaisquer ameaças neste sentido e começar por uma campanha de conscientização popular e denúncia da ofensiva imperialista e da estratégia de dominação e anexação das economias latino-americanas pelos EUA através da Alca.

Tendo em vista o combate ao neoliberalismo e a emergência do desemprego em massa no Brasil, nosso Partido deve deflagrar e liderar uma grande Campanha Nacional pela Redução da Jornada de Trabalho sem redução dos salários, respaldando o projeto que o deputado comunista Inácio Arruda apresentou à Câmara Federal neste rumo.

Participar, em conjunto com outras forças, de um amplo movimento de trabalhadores em defesa da unicidade e das liberdades sindicais, ameaçadas pelo neoliberalismo.

Lutar contra a flexibilização do Artigo 7º da Constituição e da CLT, a precarização dos contratos e condições de trabalho e em defesa dos direitos sociais. Desmascarar as iniciativas do governo FHC neste campo, revelando aos trabalhadores que elas traduzem compromissos inaceitáveis assumidos com o FMI na Carta de Intenção

assinada por ocasião do acordo fechado em outubro de 1998 com o Fundo, que preconiza uma obscura "reforma trabalhista".

Empunhar a bandeira da democracia nas empresas e denunciar a ofensiva do governo contra a organização sindical e a legislação trabalhista.

Apoiar a campanha pela definição do teto máximo da propriedade rural, segundo as diferentes regiões do país. Campanha que já tem curso pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária na qual o Partido pode contribuir, mesmo porque tem este ponto em seu programa.

Lutar pelo aumento real de salários e do salário mínimo.

Procurar construir maior identidade com as aspirações e os problemas concretos da classe, participar ativamente de todas as suas lutas, procurando elevar o nível político e ideológico de suas lideranças e vincular de forma inteligente, sem artificialismos, as batalhas específicas com a luta mais geral contra o imperialismo e a política neoliberal.

3- Na construção partidária

Situar o proletariado no centro da atuação do nosso Partido foi a preocupação maior da nossa conferência e é um sério desafio. A compreensão de que a questão operária não é simplesmente uma frente de atuação faz parte da natureza de classe do Partido e deve ser assumida pelo conjunto de sua estrutura. Concretamente, significa organizar o PCdoB nas empresas de maior peso e importância estratégica na economia nacional. O Partido deve fazer um esforço para definir até o 10º Congresso, em suas diversas instâncias, quais empresas e regiões serão priorizadas e elaborar planos de abordagem e filiação dos trabalhadores, visando a organização de bases comunistas.

Os Comitês Estaduais e Municipais devem estudar a realidade econômica de suas regiões, identificar os ramos e empresas de maior concentração proletária e disponibilizar quadros para a construção partidária. As frações sindicais ligadas aos ramos e empresas em questão também precisam estar integrados neste trabalho.

A construção e organização do Partido no campo deve priorizar as regiões de maior concentra-



Renato Rabelo (ao microfone) fala aos sindicalistas comunistas

Fotos: Mark Florest

MOVIMENTO

ção proletária e de agricultura familiar, valorizando as experiências neste sentido do "Movimento em Defesa da Contag", liderada pela Fetag-BA, e as ocupações e lutas promovidas pelo MLT.

4 Realizar reuniões nacionais periódicas dos quadros responsáveis conjuntamente com as secretarias e comissões nacionais de organização e sindical para acompanhamento e controle do plano de construção partidária no proletariado, que deve ser parte integrante dos planos de estruturação do PCdoB.

5 A conferência concluiu que, para construir uma base ampla no seio do proletariado, o Partido deve concentrar e combinar a ação de todas as organizações que lidera no trabalho voltado para tal objetivo.

6. Nossa ação nos bairros deve estabelecer como um objetivo o recrutamento dos trabalhadores e trabalhadoras, em especial os (as) que trabalham em empresas previstas pelo plano de construção.

7 É necessário integrar o trabalho sindical com o trabalho juvenil dos comunistas. O Partido deve priorizar os (as) estudantes trabalhadores (as) e os (as) estudantes dos cursos profissionais dos principais setores do proletariado moderno, dando ênfase à filiação. Atuando na CSC, a juventude trabalhadora da UJS deve atuar nos sindicatos promovendo atividades com temas e formas de interesse dos jovens, potencializando a participação desses no movimento e inclusive nas direções e instâncias sindicais.

8 Especial atenção deve ser atribuída à formação de quadros operários. O Partido precisa de militantes com certo nível de formação política e ideológica no interior das empresas. A educação comunista dos militantes, assim como a promoção regular de cursos de diversos graus, deve ser uma preocupação constante do Partido. Onde existem as organizações de base por local de trabalho funcionando regularmente, estas devem ser as principais escolas de formação comunista.

9 Encaminhar ao 10º Congresso do Partido proposta de alteração estatutária prevendo a realização de conferências setoriais ou temáticas, tendo como referência a experiência positiva da 1ª Conferência Sindical.



A plenária foi encerrada ao som da Internacional

10 A conferência identificou a necessidade de um jornal do PCdoB voltado para o proletariado. Também decidiu encaminhar ao exame do Comitê Central a sugestão de que o jornal A Classe Operária seja pautado pelo propósito de refletir de forma mais viva as lutas e experiências dos trabalhadores das empresas, ramos e regiões definidas no plano de inserção e construção do Partido junto ao proletariado, denunciar com exemplos concretos a exploração capitalista e a opressão imperialista, bem como divulgar as experiências da luta operária no Brasil e em escala mundial.

11 Ajustar o papel da comissão sindical ou do(a) secretário(a) sindical, que deve ser de acompanhar no cotidiano, desenvolver e aplicar nossa linha sindical, acompanhar o plano de construção partidária nas principais empresas de sua região e contribuir para o debate sobre o trabalho e o proletaria-

do. A Comissão Sindical Nacional deve criar um sistema integrado prevendo reuniões periódicas com os secretários (as) sindicais estaduais.

12 Concentrar energias nos debates do 10º Congresso do PCdoB.

4 - Linha sindical

1 Transformar a Corrente Sindical Classista em um forte instrumento para construir uma base própria de massas sob a liderança do PCdoB entre os trabalhadores. Os dirigentes sindicais devem assumir com maior desenvoltura e ousadia a identidade comunista. O fortalecimento da CSC nos Estados e a ampliação da influência e inserção do PCdoB no seio do proletariado devem ser entendidos como desafios e tarefas do coletivo partidário, em especial de seus dirigentes, e não apenas daqueles que atuam na frente sindical.

2 Fortalecer a Corrente Sindical Classista, desenvolvendo sua independência e fisionomia própria na CUT e na luta de massas. Reforçar e ampliar as posições classistas nos sindicatos e estruturar a CSC nos Estados e ramos de atividade.

3 Fortalecer a CUT participando em todas as instâncias, combater a conduta hegemônica e o espírito de colaboração de classes. Esses objetivos devem nortear a política de alianças na Central.

4 Desmascarar a Força Sindical, esclarecendo os trabalhadores sobre o caráter reacionário de sua política e os compromissos de seus dirigentes com os capitalistas e, em particular, com as multinacionais e com o governo de FHC.

5 Construir a unidade na ação com todas as forças do sindicalismo brasileiro e com os movimentos de massas independentes, como o MST, que se oponham ao neoliberalismo.

6 O Partido deve ser mais ofensivo no apoio à luta dos servidores públicos, sacrificados pela política fiscal de FHC e, particularmente, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que tem por critério o arrocho salarial e o enfraquecimento da luta desses trabalhadores.

Para fazer frente, com uma perspectiva revolucionária, à crise que os sindicatos vivem hoje (de representação e de credibilidade) é necessário transformar as entidades sindicais em verdadeiras entidades classistas:

■ Será preciso superar os atuais limites de representação e atuação do sindicalismo, procurando integrar aos sindicatos e às lutas que dirigem a massa de trabalhadores empregados, desempregados e precarizados.

■ Combater o processo de institucionalização e burocratização das entidades sindicais. Reforçar os sindicatos como organizações independentes e autônomas dos trabalhadores.

■ Desenvolver na luta dos trabalhadores o sindicalismo de classe, de caráter anticapitalista e de confronto com o neoliberalismo.

■ Os sindicatos liderados pelos comunistas devem priorizar a educação socialista do proletariado, visando desenvolver os valores novos de uma consciência social emancipadora. Implementar cursos e atividades de formação. Desenvolver a comunicação e a pri-

morar a imprensa sindical, aproveitando os recursos da Internet. Dar maior atenção às atividades culturais.

■ Reforçar a interação da entidade sindical com o conjunto dos movimentos de massas, especialmente com o movimento comunitário, interagindo com as associações de bairros e a Conam.

■ Conceder maior atenção no trabalho de gênero, apoiando a criação de secretaria de mulheres no sindicato, na maior integração com a UBM e estimular igualmente a frente de luta anti-racista e a Unegro.

■ Desenvolver o caráter internacionalista da luta dos explorados, através da solidariedade de classe, intercâmbio de experiências e ações comuns. Defender os países socialistas. Estudar e valorizar as novas formas de luta contra a chamada globalização neoliberal, verificadas nas manifestações realizadas em Seattle, Porto Alegre, Buenos Aires, Quebec e Gênova.

■ Reforçar o sindicato nos locais de trabalho, na cadeia produtiva e nos ramos de atividade: A organização das bases nos locais de trabalho é um objetivo permanente e prioritário. É imperativo estudar a realidade vivida pelos trabalhadores, o processo de produção nas empresas e, com a terceirização, em toda cadeia produtiva, a fim de conhecer os seus pontos estratégicos e buscar a melhor forma de organização, de ação e comunicação para conquistar e conscientizar os trabalhadores.

■ Para combater a burocratização das diretorias sindicais: Lutar em defesa da concepção e da conduta classista, reforçar a democracia sindical (zelando pela realização de congressos, assembléias e o funcionamento regular do pleno da diretoria sindical), incentivar nas entidades sindicais iniciativas como alternância nos cargos de maior responsabilidade e na liberação de lideranças sindicais, estimulando a renovação regular dos quadros dirigentes. Combater a idéia de que a condição de sindicalista é profissão.

** resolução nº 17 da Comissão Política do Comitê Central, aprovada em São Paulo, 3 de agosto de 2001.*

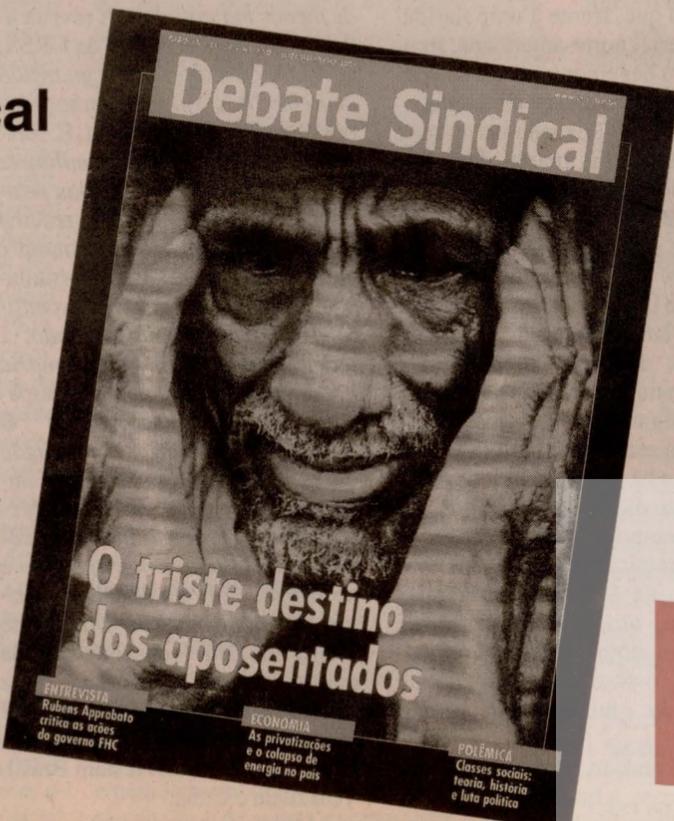
ASSINE A REVISTA

Debate Sindical

Receba em sua casa ou na sede da sua entidade a única publicação do país especializada no estudo do sindicalismo.

Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências.

A assinatura de R\$ 30,00 dá direito a quatro edições e você ainda ganha de brinde o livro "Administração sindical em tempos de crise".



CUPOM DE ASSINATURA

A partir do número:.....R\$ 30,00

Nome

Endereço

Bairro CEP

Cidade

Estado

Telefone(s) Fax

Profissão

Correio eletrônico

FORMA DE PAGAMENTO

Cheque nominal ao Centro de Estudos Sindicais, no valor de R\$ 30,00
 Depósito em conta corrente nº 407852-7, Banco do Brasil, agência 3324-3 (neste caso, enviar o comprovante)

CARTÃO
 Credicard
 Número
 Validade

CDM
 Centro de Documentação e Memória
 Fundação Maurício Grabois

MOVIMENTO

Concepção de classe do Partido

A. SÉRGIO BARROSO*

“Os sindicatos revolucionários, e com eles todo o movimento operário revolucionário na Bulgária, encontram-se esmagados, esgotados, decapitados. (...) Os militantes apodrecem na prisão, refugiam-se nas florestas ou no estrangeiro. (...) Mas o proletariado está vivo. (...) A reação será vencida. (...) No fim das contas... mobilizando todas as suas forças, obterá a vitória” (Dimitrov, “A sangrenta campanha contra o movimento operário”, junho de 1925).

Não é fortuita a lembrança das palavras do grande revolucionário G. Dimitrov, um tipógrafo de origem profissional e, no final da 2ª Guerra Mundial, presidente da República Popular da Bulgária. Neste agosto, registra-se a passagem do 74º ano do magnífico 7º Congresso da Internacional Comunista, marco nas formulações táticas e estratégicas da heróica batalha para barrar o fascismo, bem como na original teorização, naquelas circunstâncias, sobre os governos de transição ao socialismo. Uma nova política, vitoriosa, fundamentou-se no célebre Informe de Dimitrov perante ao Congresso, denominado “A ofensiva do fascismo e a luta pela unidade da classe operária contra o fascismo”.

Insistindo ainda – porque vale mesmo a pena –, Dimitrov foi verdadeiro gigante, tal a convicção ideológica nas possibilidades de vitória do proletariado combatente sob a bandeira comunista. Sua garra, seu talento de tribuno desassombrado, frente à frente a Goering e Goebles (principais capatazes de Hitler), em Berlim, em 1933, tornaram-no uma lenda¹.

A conferência dos comunistas: ideologia e política de classe

Evento de sentido inédito, a Conferência Sindical Nacional sacudiou as fileiras partidárias. Um encontro voltado à reflexão e ao debate para desatar os nós que atravancam o enraizamento e a ampliação dos nossos laços com o proletariado. Que revisitou a complexa questão sindical e reafirmou nossa concepção de partido político da classe, não qualquer organização obreira. Partido de leme firme na política ampla, aliancista, entranhado em todas as frentes de batalha, mas de identidade inarredável.

Nos dias que correm, propaganda às toneladas tenta forjar a capitulação frente ao ideário da revolução socialista. Intelectuais de encomenda ou não, inventam fórmulas (“fim do trabalho”, “fim da sociedade salarial”) ensejando riscar do mapa da nova morfologia de exploração e alienação capitalistas, a luta de classes. Os objetivos se afunilam num só: apagar a chama da consciência comunista. Ou rodar a história para trás, quando a mercantilização da sociabilidade burguesa penetra às entranhas; quando nunca inquietou tanto à humanidade, o estorvo que “o moinho satânico” capitalista – magistral designação do liberal Karl Polany – representa.



Dimitrov no Tribunal

Claríssimo o recado dos trabalhadores do PCdoB: não nos intimidamos o presente, de nuvens carregadas frente à capacidade da resistência da classe operária e dos trabalhadores para abater a fúria da globalização neoliberal. Para nós, o futuro das transformações revolucionárias implica em atravessar o vendaval que desfigura e desorganiza as forças do trabalho. Numa contribuição ao 10º Congresso do Partido, a Conferência aprovou tarefas e um plano de trabalho concreto. Os desafios são enormes. Todavia não são maiores do que a nossa paixão, nossa confiança na grande reconstrução histórica da autêntica tradição comunista.

*dirigente da Central Única dos Trabalhadores e da Corrente Sindical Classista

1 Sessão do Tribunal do Império, 4 de Novembro de 1933. – O Presidente (dirigindo-se a Dimitrov): Proíbo-o de fazer aqui propaganda comunista. – Dimitrov: Mas o Senhor Goering aproveita para fazer aqui propaganda nacional-socialista! – (...) – Goering (vociferando ainda mais): ... Na minha opinião, não passa de um malfeitor que deve ser enforcado, bem alto e depressa. – Dimitrov: Estou muito contente com a resposta do Senhor [Goering] Presidente do Conselho. – O Presidente: Que esteja satisfeito ou não, é-me indiferente. Agora retire-lhe a palavra.

Dimitrov: Ainda queria fazer uma pergunta que está relacionada com o processo. – O Presidente (ainda mais cortante): Retire-lhe a palavra. – Goering (vociferando): Fora, celerado! – O Presidente (dirigindo-se aos policiais): Levem-no! – Dimitrov (que os policiais já tinham agarrado): Provavelmente tem medo das minhas perguntas, Senhor presidente do Conselho? – Goering (gritando a Dimitrov) que é levado): Preste atenção, tenha cuidado, vou ajustar contas consigo logo que tenha saído da sala de audiências! Celerado! (In: *Obras Escolhidas*, Jorge Dimitrov, V. 2, p.p. 168-169, Editorial Estampa, 1976). Sobre o enfrentamento a Goebles, ver p.p. 171-178, do mesmo volume.-

O papel das Forças Armadas

HAROLDO LIMA*

Pronunciamento na sessão solene da Câmara dos Deputados de 8 de agosto pela passagem do Dia do Soldado.

Começo essa minha fala lembrando uma passagem de Marx e Engels em seu *Manifesto Comunista* de 1848. Lá, dizem eles, o que distingue os comunistas é que eles nunca perdem de vista “os interesses do conjunto do movimento”.

Por isto nós, do PCdoB, sempre que nos manifestamos sobre instituições, ou diretrizes, ou políticas, procuramos apreciá-las à luz dos interesses de conjunto, ou, em outras palavras, do ponto de vista do seu significado estratégico. Isto não nos retira a possibilidade de opinar sobre aspectos localizados das coisas, mas, pelo contrário, nos dá até mais direito de fazê-lo. O cuidado que temos é de não nos deixarmos envolver, até sentimentalmente, pela apreciação de fatos ou posturas localizadas, e perdermos, assim, a visão geral dessas coisas. A busca de uma visão geral nos leva a examinar, em primeiro lugar, o momento em que vivemos.

Depois do fim do bloco soviético, predomina no mundo uma situação unipolar, em que uma potência, os EUA, tem ampla hegemonia militar e econômica. Tem também vasta vantagem na produção e divulgação de conceitos, idéias, teses, todas elas arquitetadas para justificar seu predomínio amplo. Essa potência não titubeia em seus objetivos, inclusive em levar a guerra a nações menores que ousem não lhes fazer a corte.

Paralelamente, há uma resistência no mundo a esta situação imperial. A Europa procura se unir em torno do euro; a Rússia tenta se levantar com vontade própria; os movimentos sociais internacionalizados protestam a tal ponto que evam os mandões do mundo, a terem que se reunir em navios, em montanhas; e a China se desenvolve com tal ímpeto, e com tal decisão soberana, que amarela os que tentam dobrá-la. Por isto que, frente à unipolaridade imperial norte-americana, frente ao seu hegemonismo e à sua política de força, cresce uma tendência à multipolarização no mundo, sendo esta uma marca distintiva fundamental do nosso tempo.

O Brasil, nesse contexto, faz parte da periferia mais próxima do Império. Vê-se premido e tencionado, de todas as formas para a ele se acoplar, do ponto de vista econômico, diplomático, cultural e também militar. A sua vocação natural é ligar-se ao movimento que força no sentido da multipolarização, mas há muitos obstáculos.

Para os Estados Unidos, há muito tempo a América é para os norte-americanos, e eles não suportam, na sua retaguarda mais próxima, um país efetivamente soberano, com a extensão, a geopolítica, o potencial energético, e sobretudo humano que tem o Brasil.

Daí porque, no passado como no presente, a luta pela salvaguarda da soberania brasileira sempre

foi intrincada, difícil, mas fundamental. E é nesse contexto que deve ser examinado o papel das Forças Armadas brasileiras.

São elas alvo de trabalho arduo por parte de verdadeiras forças adversas, que não estão dentro do Brasil. Importante estudo feito pelo Almirante Armando Vidigal, intitulado *O papel das Forças Armadas no novo contexto mundial*, apresentado em seminário nessa Casa, em junho de 1992, afirma: “Quando o principal interesse estratégico dos EUA era derrotar o fascismo, a América Latina (AL) foi mobilizada para impedir que esse sistema político penetrasse no continente americano”. “Ao fim da IIGM... o comunismo internacional... passou a constituir a maior ameaça à segurança... dos EUA e, em consequência, toda a AL foi levada a assumir uma postura francamente anticomunista...”. E continua o Almirante: “A principal missão atribuída às Forças Armadas latino-americanas passou a ser a Guerra Subversiva, contra o inimigo interno. Apesar do ‘apequenoamento’ que essa missão representava para as Forças Armadas, elas a aceitaram e lançaram-se a ela com o empenho e a eficiência costumeiros”. E para completar, diz o Almirante: “Fica difícil não relacionar esta postura (a luta contra o inimigo interno) com as intervenções militares que tiveram lugar em praticamente todos os países da AL...”.

Hoje o quadro é diferente, mas os objetivos hegemônicos do Estado norte-americano são os mesmos. Já não há o inimigo soviético, mas há que se esvaziar potenciais competidores nacionais. E para esvaziá-los, enfraquecer suas Forças Armadas é passo importante.

Assim é que, segundo a especializada revista *Executive Intelligence Review*, de Washington, de maio/junho de 1992, “toda a AL deve se transformar em uma zona de neutralidade”, e sendo assim, “urge definir para os militares latino-americanos uma nova missão, de menor magnitude”. A revista afirma que, depois do fim da URSS, os EUA deverão ser “o guardião supremo dos valores democráticos”, em escala planetária. E, realçando o papel do livro *Os militares e a democracia: Futuro das relações civis-militares na AL*, resume seus 17 capítulos, apresentando, entre outras, a seguinte formulação: deve-se definir para “os militares (da AL) uma nova missão, ... a de converter-se em gendarmaria nacional com treinamento especial”. A revista acrescenta: “O principal obstáculo à consecução desse objetivo é a perspectiva imperante ao menos em certas facções dos militares latino-americanos, especialmente na Argentina e no Brasil...”. (Para detalhes maiores, ver o *Correio Brasiliense* de 14/06/92.) Em consequência da política econômica ditada pela mesma matriz, a Argentina está sendo levada à bancarrota. Resta o Brasil, a rigor, a Argentina, Brasil, Venezuela e Cuba.

Daí porque, sem qualquer dú-

vida, defendemos a necessidade imperiosa de as Forças Armadas preparadas, unidas, treinadas, dotadas de armamento moderno, que trabalhem com centros de pesquisa e tecnologia, e que se debrucem permanentemente na análise da defesa estratégica desse país. Daí porque defendemos seus planos avançados de Calha Norte, de Sivam, de Aramar e etc. Somos também favoráveis ao aprofundamento das ligações das estruturas militares com a população civil, num relacionamento que poderia trazer vantagens recíprocas, e sobretudo a vantagem de selar crescentemente a confiança do povo com sua força armada e de fazê-la confiar cada vez mais no seu povo. Consideramos ademais importante que o padrão salarial e a disponibilidade de verbas operacionais sejam dignas e condizentes com o papel que esperamos de nossas forças armadas.

A magnitude das tarefas que temos, relativas ao nosso ideal comum de construirmos e defendermos uma pátria livre e soberana, deve nos levar, na análise de problemas localizados, a ajustar rumos e a acertar contas com problemas que herdamos de passado recente. Um desses problemas é o da guerrilha do Araguaia que atuou naquela região sob a direção do meu partido, o PCdoB.

Não me parece possível nem necessário chegarmos a um entendimento de mérito sobre aquele acontecimento. Mas nós do PCdoB temos a expectativa de que poderíamos contar com a contribuição dos escalões militares oficiais para elucidar o paradeiro dos que lá tombaram e das circunstâncias de suas mortes. Episódios recentes acontidos na região do Araguaia, na cidade de Marabá, flagram existirem opiniões erradas sobre como encarar movimentos sociais e divergências que refletem a antiga doutrina do inimigo interno, de origem externa, como vimos na lição do almirante Vidigal, hoje felizmente já abolida.

A nota hoje divulgada pelo Exército reconhece ser “surpreendente” o encontro de citações como “arranhar direitos dos cidadãos” e “eliminar oponente”, expressões que, segundo a nota, “já não constam dos documentos atuais”. Pareceu-nos importante concretizar a informação que a nota traz de que, ante as formulações apresentadas, “serão apuradas eventuais transgressões” e “adotadas as imprescindíveis correções”.

Por último, no dia de hoje, queremos homenagear o soldado brasileiro, esse soldado oriundo de um povo sofrido e ameaçado, ameaçado sobretudo hoje no seu projeto histórico de se constituir como grande nação, que respeita os outros e que pelos outros quer ser respeitada. A esse soldado, que tão decisivamente contribuiu para fundar a nação e para desenvolvê-la, o nosso desejo de que, em estreita ligação com seu povo, e no respeito à democracia que estamos a construir, salubramente o seu dever.

*deputado federal, PCdoB/BA

TRIBUNA de DEBATES

10º Congresso mobiliza comunistas em todo o país

Alagoas: As Teses do 10º Congresso foram lançadas no dia 12 de julho com um ato na Ordem dos Advogados do Brasil, tendo como convidado o vice-prefeito do Recife, Luciano Siqueira, do Comitê Central. O presidente do PCdoB/AL, Eduardo Bomfim, convidou à mesa o deputado federal Régis Cavalcante (PPS); o presidente estadual do PPS, Anivaldo Miranda; o deputado estadual Paulo dos Santos (PT); o ex-presidente e conselheiro nato da OAB, José Verres; o membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Tobias Medeiros; o jornalista Apolinário Rebelo e o professor universitário Radjalma Cavalcante.

Amazonas: Em Manaus o lançamento foi dia 13 de agosto, na Assembléia Legislativa. Estiveram presentes representantes do PT, PV, PCB, PSB e PDT, além de representantes de sindicatos e líderes estudantis. O presidente estadual do Partido, deputado Eron Bezerra, fez uma exposição sobre os temas do 10º Congresso. "Somente com a união dos movimentos populares e com o povo nas ruas será possível implantar um regime mais justo para o povo brasileiro e esse regime é o socialismo", afirmou Vanessa Grazziotin, deputada federal pelo PCdoB/AM.

Bahia: No dia 26 de julho, em Salvador, o vice-presidente do PCdoB, Renato Rabelo, realizou palestra durante o lançamento das teses, no auditório do Sindicato dos Bancários. Junto com ele, na mesa do debate, estavam o presidente do Partido na Bahia, vereador Daniel Almeida, o deputado federal Haroldo Lima e o representante do PPS, Manoel Lima.

Goiás: O primeiro evento de exposição das teses foi realizado em Goiânia, em 3 de julho, na Faculdade de Direito da UFG. O deputado federal Aldo Arantes coordenou a solenidade, na qual estavam presentes mais de cem pessoas. O Partido está organizado em 76 municípios goianos. O secretário de Organização, Marcos de Araújo, está confiante na criação de comissões em mais sete municípios. A direção estadual iniciou, no dia 10 de julho, o ciclo de viagens pelo interior para a preparação das Conferências Municipais. As viagens, além dos eventos com filiados e da distribuição de A Classe Operária, têm sido recheadas de visitas a autoridades políticas, atos de filiações e entrevistas a rádios locais. Em Hidrolina, onde o Partido elegeu como vereador o bancário Adilson Machado, houve um almoço, na Associação Atlética de Hidrolina, comemorativo à conquista da cadeira na Câmara Municipal de Vereadores. Cerca de 100 pessoas participaram, inclusive os presidentes do PT e do PMDB. Em Rubiataba, a direção municipal realizou a solenidade de filiação de 32 lideranças locais, entre elas a do odontólogo Vandeval José Ribeiro, ex-presidente do PSDB local. Na cidade de Posse o lançamento das teses contou com a presença de lideranças do PDT, PSD, PSB e do presidente da Câmara Municipal, Wagner de Souza. Em Minaçu, 11 operários da Sama filiaram-se ao Partido, atitude seguida ainda por diretores do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais e vários camponeses atingidos pelas obras da barragem. Em Porteirão a reunião contou com as presenças do prefeito Osmar Antônio Dias, o Marita, e do presidente da Câmara, José Divino Gomes, somada à participação do vereador Amarildo dos Santos.

Minas Gerais: O PCdoB iniciou dia 10 de julho os preparativos para seu 10º Congresso em Belo Horizonte. As teses foram apresentadas por Renato Rabelo no auditório do Centro Cultural da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). De acordo com o integrante da comissão política do PCdoB de

Minas, Richard Romano, devem ser escolhidos aproximadamente 70 delegados mineiros para o Congresso. O lançamento teve a participação de aproximadamente 300 pessoas, incluindo representantes do PT, PSB, PCB, PPS.

Pará: Realizado no dia 9 de agosto, no Auditório do Palácio Antônio Lemos, em Belém, o lançamento das teses do 10º Congresso do PCdoB foi um dos mais amplos e representativos atos políticos da esquerda nos últimos anos. Na mesa estavam o PT, PSB, PCB e PSTU, parlamentares, e movimentos sociais, como o MST e a UNE. Estiveram presentes aproximadamente 300 pessoas. Após as saudações dos presidentes dos comitês municipal e estadual, Jorge Panzera e Leila Márcia, o membro do Secretariado do Comitê Central, João Batista Lemos, iniciou a apresentação da tese. O prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, e o senador Ademir Andrade (PSB) defenderam a suspensão do pagamento da dívida externa como forma de garantir o desenvolvimento do país e a libertação do povo. A deputada federal Socorro Gomes (PCdoB) finalizou dizendo que "a saída é a unidade do povo brasileiro, pois é só o que o imperialismo teme", citando os casos de Cuba e do Vietnã. Representando o MST, Ulisses Manaças, afirmou não ser suficiente criticar o neoliberalismo, sendo preciso apontar o socialismo como alternativa, identificando o PCdoB como um dos poucos partidos da esquerda que fazem isso claramente. A deputada estadual Sandra Batista e o dirigente estadual, Guto Magalhães, estiveram na cidade de Dom Eliseu para tratar do processo de conferência do Partido e do 10º Congresso. A visita também se estendeu ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com a presença do vereador do PCdoB Adolpho Von Lurman (Adolfão). Outro ponto alto da visita foi a reunião na Câmara de Vereadores, com o presidente da Casa, Peixinho, os presidentes locais do PT e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Manoel. A deputada Sandra visitou ainda os municípios de Rondon do Pará, Ipixuna, Aurora do Pará e Paragominas.

Pernambuco: O lançamento do 10º Congresso Nacional do PCdoB no Recife, no SINDSEP, contou com a presença de militantes, amigos, representantes de entidades e partidos em grande clima de confraternização. A mesa foi composta pelo vice-prefeito Luciano Siqueira (PCdoB), pelo vereador Paulo Dantas (PCdoB), pelo presidente do PCdoB/PE Alanir Cardoso, pelo prefeito do Recife João Paulo (PT), pelo vereador Jurandi Liberal (PT), pelo deputado Vicente André Gomes (PDT), pelo vereador Cordeiro de Deus (PL), pelo dirigente do PCB/PE, José Maria. Além de representantes das equipes de governo das Prefeituras de Recife e Olinda, vereadores dessas duas cidades e do Cabo, várias entidades também foram representadas no evento, dentre elas: OAB; UJS; UNE; DCEs da UNICAP e UFPE; SINPROJA; SINTEPE; CUT; sindicatos dos Bancários, Publicitários, Metalúrgicos, Servidores da UPE e dos Químicos; Movimento Negro Unificado. Durante a solenidade, o partido ganhou 13 novos filiados, inclusive dirigentes sindicais e estudantis. O lançamento foi encerrado com o poema de Vinícius de Moraes, "Operário em Construção", recitado pela jovem militante Laudjany Domingos. O gabinete do vereador Paulo Dantas, de Recife, e o Comitê Estadual estão promovendo o Ciclo de Debates "2002: Um novo projeto para o Brasil e para Pernambuco". O primeiro debate ocorreu no dia 6 de agosto e contou com a presen-



O deputado Haroldo Lima fala no lançamento das Teses em Salvador

ça do deputado federal Eduardo Campos (PPS) como palestrante. O vice-prefeito do Recife Luciano Siqueira, o vereador do Recife Paulo Dantas, a prefeita de Olinda, Luciana Santos, e o presidente do PCdoB/PE Alanir Cardoso participaram da mesa. O ciclo é composto por cinco debates quinzenais. Os próximos debatedores serão o senador Roberto Freire (PPS), o secretário de saúde do Recife Humberto Costa (PT), o deputado José Queiroz e o senador Carlos Wilson.

Rio Grande do Norte: O vice-prefeito de Recife, Luciano Siqueira, participou, na Câmara Municipal de Natal, na noite de 20 de julho, do lançamento das teses do 10º Congresso e ato de recepção aos cerca de 50 novos filiados ao Partido no Estado. Dirigindo-se aos componentes da mesa – dirigentes estaduais do PCdoB, PT, PDT, PV e outros partidos de oposição – e à platéia, formada pela militância e os novos camaradas, Luciano enfatizou que "nos fixamos como objetivo alcançar, construir um governo de reconstrução nacional". A solenidade contou também com a presença do deputado estadual Eron Bezerra (PCdoB/AM). Discursaram a presidente do Comitê Estadual do PCdoB/RN, Eveline Guerra; Mery Medeiros, ex militante do PCB que se filiou recentemente ao PCdoB e falou em nome dos novos filiados; o presidente do Comitê Municipal, Anchieta Lopes; o presidente do PT/RN, Olavo Ataíde e lideranças de outros partidos de oposição; e por fim o vereador George Câmara, de Natal.

Rio Grande do Sul: O auditório da Faculdade de Economia da UFRGS, em Porto Alegre, ficou pequeno no dia 20 de julho para a expressiva e entusiasta militância do PCdoB, tanto da capital como dos municípios vizinhos: Gravataí, Alvorada, Cachoeirinha, Viamão, Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Campo Bom e outros. Além do presidente estadual do PCdoB, Adalberto Frasson, juntamente com Renato Rabelo, compuseram a mesa o presidente estadual do PT, Selvino Heck,

o presidente estadual do PCB, Daniel Sebastião, o deputado federal do PT, Clovis Ilgenfritz, os prefeitos de Gravataí, Daniel Bordignon; de Cachoeirinha, José Stedille, e de Porto Alegre, João Verler (prefeito em exercício), além da deputada Jussara Cony e do secretário estadual de Obras, Edson Silva, ambos do PCdoB. Em Caxias do Sul, o lançamento aconteceu no dia 21 de julho, na Câmara de Vereadores. Aproximadamente 200 militantes participaram do evento, que contou com a presença do prefeito Pepe Vargas, do presidente municipal do PT, Antônio Leite, do vereador petista, Leonel Pinto, dos vereadores do PCdoB Déo Gomes e Adão Castilhos, do vereador comunista de Passo Fundo, Juliano Rosso e do presidente estadual do PCdoB, Adalberto Frasson. A presença de militantes e amigos do Partido e de forças de esquerda, têm sido a tônica nas reuniões de apresentação das teses, como demonstram Ijuí, Passo Fundo, Três Passos, Santa Rosa, Não-Me-Toque e São Borja.

São Paulo: O Comitê Municipal de Campinas realizou Ciclo de Debates, com mais de 300 participantes, abordando o temário do Congresso. O deputado federal Aldo Rebelo falou sobre a questão internacional. Renato Rabelo falou sobre a situação nacional e Jairo José, secretário de Organização do Comitê Estadual, falou sobre as questões de Partido e a necessidade de fortalecê-lo visando a construir sua hegemonia entre os trabalhadores, especialmente na classe operária. Mais de 10 presidente de associações de moradores, localizadas em áreas de ocupação, se filiaram durante os dias dos debates. Vários militantes e ex-dirigentes do PT e do PSB também se filiaram. Neste processo destaca-se a filiação do ex-secretário de Saúde de Campinas, José Roberto Micolli.

Participaram da cobertura: Moacyr Neves, Jóis Alberto, Tuca Siqueira

Conferência comunista em Salvador

Nos dias 21 e 22 de julho, os militantes do Partido em Salvador realizaram a Conferência Municipal, no Ginásio de Esportes dos Bancários. Além do significativo número de participantes – 222 delegados eleitos – o bom nível dos debates foi a marca do encontro, que discutiu prioritariamente a organização do Partido.

Tendo como slogan "Novos Rumos para Salvador", a discussão sobre os problemas de capital baiana teve destaque, ficando patente a necessidade de o Partido, juntamente com outros segmentos, elaborar um projeto popular e

democrático para o gerenciamento da cidade.

Durante a preparação da Conferência, alguns dados positivos mereceram registro, como a retomada do Partido no movimento comunitário, expressa no bom número de delegados representantes de bairros, e a reconstrução do comitê universitário.

Nos dois dias de reunião, os militantes avaliaram ainda a atuação do Partido na luta dos militantes por movimentos de mulheres e da juventude, nas frentes comunitária, ambiental e sindical, além da área de direitos humanos e políticas públicas.

A situação internacional

JOSÉ SOARES

O 10º Congresso do PCdoB não poderia ocorrer em melhor momento do que no transcorrer deste primeiro ano do século em que se adentra. Independentemente de outras cogitações, é sempre um momento muito simbólico, que pode significar o início de grandes mudanças, quiçá no sentido revolucionário, socialista, nesta Pátria pouco afeita às grandes alterações bem sucedidas de conteúdo.

Pouco restando a acrescentar à excelente análise procedida em relação à situação nacional no Documento, fazem-se necessárias algumas considerações acerca do movimento comunista, suas divisões, a possibilidade de superação dessas divergências e o papel de coesão que poderia ser desempenhado pelo PCdoB – ponto que, ao que me parece, foi tratado superficialmente, abrindo uma grande lacuna que deve ser de pronto preenchida, mormente porque diz respeito a um tema fundamental.

A tal respeito, é de todo conveniente registrar, mesmo depois de alguns meses, e indo, aliás, ao encontro da linha de raciocínio seguida nas Teses, que a realização do Fórum Social Mundial em Porto Alegre constituiu um indicativo seguro, porém nem único ou suficiente, de que o contexto político e social internacional caminha em sentido contraposto ao desejado pelo establishment neoliberal. O entusiasmo por conta de sua realização levada a cabo com imenso sucesso é, por isso, mais do que justificável. É um fato alvissareiro, que demonstra o grande potencial de lutas, não apenas do povo brasileiro, mas de significativa parcela dos povos do mundo.

Contudo, conforme bem o demonstraram os artigos publicados na própria revista *Princípios* e na *A Classe Operária*, a imensa variedade de posições ideológicas, se por um lado representou um dos fatores do êxito – ancorada na correta capacidade de aglutinação de distintas forças em torno da luta contra o neoliberalismo –, por outro, mostrou a congênita limitação e incapacidade do Fórum de ir mais além do que um "pacto" ou reunião de distintas forças contrárias a esta "variante" exacerbada e doentia na qual o capitalismo atual resolveu (ou foi obrigado a) transmutar-se.

Talvez seja este mesmo o seu papel. Mas

o que se pretende chamar a atenção é para o risco imane de serem depositadas esperanças demasiadas num evento que, pela sua própria natureza, não tem condições de formular concretamente uma alternativa viável e socialista, de corte ou ruptura com o status quo.

Por isso, o Partido – a meu juízo – deve envidar esforços no sentido de prestigiar cada vez mais a irradiação de uma perspectiva socialista em conjunto com demais forças do movimento comunista internacional. Se é fato que talvez ainda seja cedo para um nova "Internacional Comunista" e se é verdade que boa parte das forças que se reivindicam comunistas pelo mundo afora se encontram divididas ou muito enfraquecidas, é irrecusável que jamais esse espaço pode ser menosprezado, porque será com essas forças verdadeiramente socialistas que se poderá construir, ainda que atendidas as peculiaridades de cada país, um projeto socialista com potencial de canalizar a insatisfação crescente com o capitalismo reinante na pior de suas versões.

A articulação dos partidos de esquerda (em sentido amplo) em nível continental e mundial, embora deva ser, como frisam as Teses, incentivada e promovida, não pode substituir, a toda evidência, uma maior cooperação e proximidade entre os partidos que se filiam concretamente ao socialismo científico. Mesmo com as dificuldades efetivamente existentes, e até por causa delas, deve-se privilegiar uma reaproximação mais abrangente e de forma contínua entre as agremiações comunistas.

Desta feita, deve o Partido tentar, cada vez mais, relacionar-se de forma mais efetiva com essas forças que compõem o movimento comunista internacional, buscando a superação das diferenças e a união entre as diversas correntes (não-trotskistas) que o dividem, porém sempre com seus próprios pontos de vista.

Abrindo um parêntesis, mesmo no Brasil, com as pequenas forças e tendências comunistas, deve o PCdoB buscar uma maior aproximação, reduzindo os atritos mútuos e fortalecendo uma perspectiva crescente de unidade.

Acerca disto, cabe destacar que a perspectiva de fusão com o PCB deve ser cada vez mais acalentada, procurando-se vencer as divergências ainda existentes, dado sobretudo o forte simbolismo de uma possível união entre as duas forças que se colocam como herdeiras

do partido fundado em 1922. E embora não exista um clima muito amistoso, também é importante que o Partido se mantenha aberto ao diálogo com essa agremiação chamada PCML, além de outros comunistas que eventualmente se encontre dispersos em outras siglas (PCR, PT, etc).

A idéia de união e superação de divergências, ainda que paulatinamente, entre as forças comunistas, é algo que poderia transformar-se numa bandeira a ser trabalhada pelo PCdoB nos fóruns comunistas internacionais em que participe, defendendo, assim, mesmo na impossibilidade de fusão dos diferentes partidos que atuem num mesmo país, uma política de aproximação e aliança que diminua os embates entre esses partidos e abra espaço para a uma maior unidade, ou, ainda que nada disso seja possível, ao menos a uma situação de convivência amistosa, que iniba ou evite inúteis atritos entre esses agrupamentos que se intitulam comunistas.

Não se nega que as dificuldades para tanto são grandes. Diferentes trajetórias e posicionamentos opostos em relação a determinadas polêmicas muito afastam essas correntes. Partidos que ainda ostentam uma fraseologia maoísta da época da Revolução Cultural dificilmente aceitarão fácil uma aproximação com uma agremiação que antes se identificava com o revisionismo soviético. Mas é um desafio que mesmo assim precisa ser encarado de frente e que pode render, a longo prazo, bons frutos, tanto no âmbito interno de cada país, entre as suas diversas forças comunistas, quanto na esfera internacional.

Por outro lado, como bem lembram as Teses, nos últimos anos, surgiu um forte movimento antiglobalização, que conseguiu reunir distintas forças, inclusive os comunistas, contra o 'totalitarismo' do mercado e que possui uma grande e inegável capacidade de articulação e mobilização, causando estragos de porte na já corroída imagem do neoliberalismo – que é a versão/ideologia assumida pelo 'maré globalizante' principalmente a partir dos anos 90 – nas mais diversas partes do mundo.

Mas aí é que está o cerne da questão.

As Teses falam que tal movimento, para continuar num rumo positivo, não deve enveredar pelo caminho do preconceito anticomunista e de segregação de organizações clássicas

da luta dos trabalhadores (item 92), porém não mencionam o imenso risco de que, se os comunistas dos diversos países e continentes não estiverem minimamente articulados ou sintonizados, será isso que possivelmente irá acontecer, sendo mais do que provável, então, que a direção a ser dada pelas outras forças às lutas travadas contra globalização não será a que os comunistas apregoam, podendo, inclusive, ocorrer que as forças socialistas resem marginalizadas ou mesmo excluídas, alijadas, no próprio curso dos acontecimentos, sob alegações de teor reacionário ou sectário, muito comuns a parte desses movimentos, 'educados' na escola do anticomunismo – de direita e, sobretudo, de certa 'esquerda' avessa a partidos.

É necessária, pois, uma união mais concreta dos comunistas no plano internacional, mesmo com as divergências ainda existentes, sob pena de facções 'anarquistas', trotskistas, 'verdes' ou setores 'desgarrados' da social-democracia que participam desse movimento jogarem para 'escanteio' os partidos comunistas.

Finalmente, é importante destacar que essa integração/colaboração aqui sustentada não implica, nem pode implicar, em intromissão nos assuntos internos dos partidos, devendo-se, pois, resguardar-se-lhes a independência e total autonomia, de molde a impedir a repetição, na atualidade, do antigo vezo de um "partido todopoderoso" guiar, muitas vezes para caminhos errôneos ou mesmo desastrosos, os seus congêneres menos influentes de outros países.

São propostas talvez um tanto ou quanto arrojadas, mas têm elas o intuito de chamar a atenção para a evidência de que o movimento comunista já não pode permanecer atuando de forma "inorgânica", fragmentária e dividida, sem ao menos cogitar do estabelecimento, ainda que embrionariamente, de uma maior coesão internacional, através de um fórum permanente ou algo semelhante, e a se traduzir em eventuais ações conjuntas e no diuturno debate/troca de idéias. Enfim, uma maior união que, no futuro, possa fomentar concretamente a realização de profundas transformações no rumo de uma sociedade distinta do sistema de exclusão neoliberal.

José Soares é da base dos advogados (Fortaleza/CE).

Estado nacional e governo popular

EMERSON LOPES BROTTTO

Passados quase dez anos de implantação do neoliberalismo em nosso país, descortina-se, para contingentes cada vez maiores da população, um cenário de destruição e submissão aos ditames forâneos, transformando nossa nação num "condomínio" dos grandes grupos transnacionais, no fito único de impor as regras que mais interessam ao capital rentista, em detrimento de um desenvolvimento soberano auto-sustentado e que agregue os interesses populares.

Pensar ou mesmo querer o progresso nacional associado às aspirações democráticas e populares nos "marcos do neoliberalismo" é o mesmo que pensar ou querer o socialismo nos "marcos do regime burguês".

Derrotar o neoliberalismo para impor nova ótica desenvolvimentista ao país é fator primordial e estratégico na atual "etapa" da luta pelo objetivo final.

Entender e compreender tal fato é de suma importância para os novos rumos que pretendemos dar ao Brasil, ou seja, a questão imediata tático-estratégica é derrotar o neoliberalismo, se pensarmos que tal derrota tem aspectos táticos, do ponto de vista do objetivo final, mas também que congrega aspectos estratégicos, do ponto de vista atual, isto é, de imposição de outro caminho avesso ao projeto neoliberal.

Como fazer isso? Através de um movimento amplo e de massas, que contemple não somente os partidos de esquerda e oposição ao atual modelo, mas também os diversos setores da so-

riedade que se rebelam, ou que se afastam dele.

Precisamos compreender que a base para consolidar tal derrota passa pela defesa do Estado nacional reestruturado e de "novo tipo" – conforme item 108 –, ou seja, um Estado afeito aos interesses democráticos e populares, cujo governo, sustentado por amplas forças, diga não às imposições entreguistas e neocolonizadoras.

Como bem apontam nossas teses em debate, a viabilidade de um programa de reconstrução nacional deve ter como ponto de partida a recomposição e fortalecimento do Estado nacional, sendo de "novo tipo" na medida em que sua linha de condução desenvolvimentista não se enquadra, "pelos seus objetivos centrais e pelo caráter das forças políticas e sociais que podem respaldá-lo", num Estado de "chapéu na mão".

"São os novos e poderosos atores sociais, fruto da acelerada concentração do capital, de que são exemplo os 358 grandes conglomerados e grupos transnacionais que controlam 40% da riqueza mundial e de 80% a 90% das tecnologias. Com esse poderio econômico, e aproveitando-se das fragilidades dos sistemas de governo mundial, têm prescindido e até inibido a participação reguladora do Estado ou do conjunto da sociedade civil na definição e implantação de políticas, (Rattner, 1997), criando o que vem sendo denominado de crise dos estados nacionais." (in *O Trabalho no século XXI* pp. 202-3.

Do que vai posto acima, fica evidente que a luta contra o poderio econômico que domina o planeta, em sede de Brasil, como de resto

nos demais países que se debatem nas amarras do capitalismo na era neoliberal, passa, como afirmam coerentemente nossas teses em debate, "pela necessidade incontornável da formação de um extenso e massivo movimento cívico, ou de um campanha com esse caráter – centrada nas forças de esquerda, e capaz de unir a maioria da nação brasileira em torno de um programa de reconstrução nacional".

É possível cumprirmos tarefa de tal envergadura? Acreditamos que sim, e ela está colocada exatamente no momento em que as vozes mais conseqüentes com a defesa de nossa soberania se fazem ouvir: "Temos gravíssimos problemas de moradia, de saúde pública, de educação. Tenho insistido na necessidade de uma refundação do Estado brasileiro", Rubens Approbato Machado, Presidente Nacional da OAB, em entrevista concedida à revista *Debate Sindical*, Jun/Jul/Ago 2001.

Que não nos passe despercebido que o processo de reconstrução nacional passa, obrigatoriamente, pela reconstrução constitucional, como bem apontam nossas teses, o que implica em nossa luta decidida pela conquista de um governo democrático-popular, respaldado por uma ampla bancada das forças progressistas no Congresso Nacional e nas Assembleias dos Estados da Nação. Resgatada, ou viabilizada, a estrutura do desenvolvimento soberano, baseado no Estado Nacional reconstruído, capitaneado por um governo democrático-popular – a reconstrução nacional passa pelo governo popular respaldado por amplas forças – surge como inafastável

a tarefa de adequação da superestrutura, então direcionada no respaldo do progresso social.

Refere a camarada Ana Rocha, em seu entusiástico artigo na nossa *Tribuna de Debates*, que recente pesquisa do IBOPE, publicada na revista *Veja*, revela que 55% dos brasileiros concordam que o país necessita de uma revolução socialista para resolver seus problemas e 50% consideram que o socialismo deveria ser implantado no Brasil.

Se bem que as condições subjetivas não nos permitam conchamar o povo a tanto, isto é, a ruptura com a ordem institucional predominante, já que "não se reúne ainda as condições políticas e orgânicas para a conformação das forças sociais necessárias a esse empreendimento", por certo que a luta contra o governo e as forças que conduzem a reestruturação neoliberal do país se faz premente e perfeitamente assimilável por todos nós.

E não seremos nós, os comunistas, de tantas lutas e batalhas em prol da nossa pátria – que almejamos livre e soberana, com trabalho e democracia para o povo –, que veremos dificuldades, ou encontraremos desculpas, em que pese o tamanho da tarefa, para não levar a cabo essa batalha (derrotar esta praga do neoliberalismo e seus asseclas), armados que estamos pelo rigor de nossas teses em debate, e armados mais ainda pelos resultados certamente muito positivos de nosso 10º Congresso. **Maurício Grabois** Emerson Lopes Brotto é membro da Executiva Municipal do PCdoB (Passo Fundo/RS).

Flexibilização trabalhista

WELLINGTON FÉLIX CORNÉLIO (ZUZU)

Nos últimos anos, são freqüentes os empolgados discursos sobre a necessidade da flexibilização dos direitos trabalhistas no país. Tal flexibilização, hoje, já não é mais defendida apenas como uma mera retórica necessária para resguarda de interesses, já se tornou um dogma do artifício ideológico neoliberal. É comum escutarmos: "temos que flexibilizar os direitos trabalhistas, é uma necessidade da modernidade", "é uma necessidade da globalização", "é uma necessidade do mundo globalizado."

Na verdade, a orientação neoliberal se dá no sentido de cortar todos os gastos nas áreas sociais. Assim, corta-se cada vez mais gastos com saúde, educação, moradia etc, o tópic "emprego" se insere nas "não prioridades governamentais" e está intimamente relacionado à "flexibilização dos direitos trabalhistas". O desmonte nacional gerou um forte desequilíbrio macroeconômico, e profundos desajustes

estruturais. A "destruição" da indústria nacional e a crise do setor agrícola geraram um alto nível de desemprego e uma política de exclusão social. Como a lógica neoliberal inverte as prioridades, a política de geração de empregos não é uma "vontade política". Entretanto, o governo FHC, seguindo as ordens do FMI, precisa apresentar números e resultados, ou seja, necessita criar uma política de geração de empregos, todavia, na lógica neoliberal e os primeiros entraves encontrados para desenvolver esta política de geração de empregos, nesta lógica, são a Constituição Federal e a CLT.

A modificação do artigo 7º de nossa Carta Magna e a revogação da CLT – além de atender uma política de geração de empregos na cartilha neoliberal; assistindo ao ritmo da concorrência altamente concentradora e intensificando a precarização do trabalho ("subemprego") e a redução da média salarial, criando a figura dos trabalhadores informais (sem carteira assinada) e dos trabalhadores de contrato temporário – põe fim a conquistas

históricas constitucionais asseguradas graças a muita luta e esforços dos trabalhadores e do povo brasileiro.

Outrossim, diante disso, provoca-se hoje uma grande crise no Movimento Sindical Brasileiro, que vive já um grande período de refluxo, onde nossa força política, a CSC (Corrente Sindical Classista), deve propor alternativas e oferecer perspectivas, não obstante, não sermos a força majoritária que dirige o Movimento.

Devemos desmascarar esta balela de que a "flexibilização dos direitos trabalhistas" é ponto fundamental para o desenvolvimento do país. Devemos mostrar que é uma farsa e que não passa de um artifício ideológico neoliberal para atender interesses que não são nacionais e, muito menos, populares. O PCdoB deve divulgar incessantemente o exemplo da China Socialista. O exemplo de como um país com uma Lei Trabalhista, tão mais protetora do que no Brasil, com um Adicional de Horas Extras, nas duas (02)

primeiras Horas Extraordinárias do dia de 100%, sendo as seguintes com 200% e as laboradas em dias destinados ao repouso com 300%, há mais de vinte (20) anos ininterruptos, tem a economia que mais cresce no mundo, com um PIB nacional anual crescendo em média de 9,7 %, muito mais à frente dos 3 % a 4 % da maioria dos chamados países ricos. E, por último, conseqüentemente, mostrando a insustentabilidade do modelo e do sistema capitalista que não serve à Humanidade e ainda, rompendo as barreiras da desinformação e manipulação sobre a China, acabando com as imensas mentiras contadas a respeito deste país socialista. É tarefa nossa este desafio, é tarefa e responsabilidade de todos os militantes do PCdoB, porque "o futuro pertence ao socialismo!".

Wellington Félix Cornélio (Zuzu) é advogado, membro da Comissão Política (Executiva) do Comitê Municipal de Uberaba/MG.

Quadro político e debate de idéias

DANIEL MAX

O novo quadro político advindo das eleições de 2000, nos remete à discussão sobre essa nova realidade e os novos desafios colocados à nossa frente. Entre as novas tarefas estão o crescimento e a organização partidária, porém o êxito destas se inter-relacionam com uma boa formação militante para o enfrentamento de idéias. Nesse sentido o curso em vídeo se mostra uma ótima alternativa para os recém-filiados e jovens militantes do Partido.

Mas, agigantam-se diante de nós desafios nunca antes vividos, particularmente a nossa participação destacada nos executivos municipais e o comando da prefeitura de Olinda, o que reclamará melhor preparo dos nossos quadros dirigentes intermediários, tanto do ponto de vista técnico quanto ideológico e de combate à burocratização.

O debate de idéias exigirá de nós comunistas um empenho redobrado – para não sermos arrastados pela onda do senso comum, que vê a participação nas administrações como tomada de poder – frente ao fato de estarmos dirigindo máquinas montadas sob a lógi-

ca neoliberal num momento de crise do modelo dependente brasileiro e de crise do próprio sistema capitalista mundial.

Nesse contexto surgem muitas "soluções" para a superação da agonia atual por que passa os estados modernos liberais, ao passo que se avizinham as tentativas de nivelar por baixo a discussão sobre a saída para o impasse criado pelo que eles chamam de modernidade, descartando qualquer perspectiva revolucionária.

A questão da crise se confunde com a história do desenvolvimento das relações de produção capitalista, uma vez que estas se mantêm intactas. Quando se analisa a crise nota-se que vários analistas sofismam com relação às causas ou projeções advindas da modernidade. É preciso se estabelecer critérios para não confundir as formulas milagrosas (fracassadas), apresentadas pelos mesmos que criaram o atual estado de coisas, com as discussões e perspectivas apontadas no sentido de superar a modernidade liberal.

Trocando-se em miúdos: a análise histórica demonstra que nos marcos desse regime, isto é, nas atuais relações de produção que geram as atuais relações sociais não há solução. Vale salientar que todos os avanços extraordinários ob-

tidos na ciência e tecnologia beneficiam apenas uma pequena parcela da humanidade, enquanto a grande maioria da população mundial sofre com todas as mazelas geradas pelo capitalismo e a crise instalada que deixa os novos teóricos da modernidade atônitos, nada tem de novo porque há 152 anos Marx identificou no *Manifesto Comunista* ao afirmar: "suprimiram-se todas as relações fixas, cristalizadas com seu cortejo de preconceitos e idéias antigas e veneradas; todas as novas relações se tornam antigas, antes mesmo de se consolidar. Tudo o que é sólido se evapora no ar, tudo que era sagrado é profano, e por fim o homem é obrigado a encarar com serenidade suas verdadeiras condições de vida e suas relações como espécie. A necessidade de um mercado, constantemente em expansão, impele a burguesia a invadir todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte".

Diante do exposto nos resta a confirmação de que é preciso superar a modernidade liberal caduca, suplantando o capitalismo e edificando o socialismo. Fica também a certeza de que precisamos comprar o debate de idéias e vencê-lo com competência. Para tanto temos

a nosso favor as indicações preciosas encontradas nas obras de Marx, Lenin e inúmeros documentos do Partido, a consulta a essas fontes se torna obrigatória a partir do momento em que verificamos a existência de correntes de pensamento que se esforçam por colaborar no amortecimento da luta de classes. Entretanto é importante observar que mesmo no seio dos movimentos sociais encontramos opiniões vacilantes e contra-revolucionárias, o que de pronto deve ser combatido pelos comunistas armados do marxismo/leninismo.

A nova realidade nos coloca como vitrine nas administrações que participamos, alvo dos ataques mais sórdidos tanto da direita quanto de correntes oportunistas, daí a importância de garantir na nossa conduta o exemplo da dedicação, da disciplina, da firmeza e, sobretudo da preparação política/ideológica na realização das novas tarefas, para não cairmos no pragmatismo e esquecermos que: "sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário".

Daniel Max é secretário político da base da UFRPE.

Reconstruir o Brasil

RONALDO CARMONA

As mudanças estruturais dos anos FHC são aterradoras, como demonstram as teses ao 10º Congresso, trazendo efeitos desastrosos para gerações de brasileiros. Apesar do atraso na adesão completa do Brasil ao neoliberalismo – somente efetivada no atual governo –, a voracidade e rapidez da desestruturação do país foi marcante. Em quase 7 anos, nada menos que um terço do PIB (da 11ª economia do mundo) foi acrescido à dívida pública. Com isso, a natureza do Estado foi redesenhada; passou a ser uma "bomba de sucção" da produção e do trabalho nacional para os agiotas representantes de poderosos interesses imperialistas. A economia privada – outrora próspera – se encontra em avançado processo de desnacionalização, diante da "oportunidade" dos oligopólios dominarem um extenso mercado interno como o nosso. A depreciação do real agrava esse sintoma, resultando no crescimento exponencial da remessa de lucros e, portanto, é um dos fatores que agravam a crise na balança de pagamentos. As privatizações, concessões e sucateamento das empresas públicas – estas limitadas em sua capacidade de investimento pelo FMI – por sua vez conduzem a uma desorganização da infra-estrutura constituída – causando o caos energético e colapso iminente no sistema de transporte. Aparecem buracos na cadeia produtiva, que impac-

tam fortemente sobre a perspectiva de crescimento econômico.

Na política econômica, se emolduraram mudanças infraconstitucionais – LRF, Agências reguladoras e outras blindagens – para "legalizar" a transferência dos recursos arrecadados pelo Estado para bancos e especuladores, a partir da obtenção de bilionários superávites primários. Essas mudanças têm forte componente antidemocrático, contra a alternância de poder, pois independente da vontade popular, se mantêm os pilares do modelo. Agora, no apagar das luzes, esse governo, prepara a aprovação de uma emenda à Constituição, prevendo a "autonomia" do Banco Central, que independente do governo teria uma diretoria com mandato fixo, para definir, por exemplo as taxas de juros e a política cambial. Restaria ao Estado a autonomia apenas sobre a política fiscal, ou seja a de produzir superávites primários. Democracia e "mercado", definitivamente, não combinam.

O novo acordo com o FMI condena nossa economia a uma estagnação – crescimento pífio de 2,8% em 2001 e 3,5% em 2002 –, eleva os cortes nos gastos públicos – R\$ 40,2 bi este ano e R\$ 45,7 bi no próximo ano de superávites primários – e prevê o aumento do endividamento público em R\$ 130 bi até o final desse governo. Além disso, libera US\$ 5 bi das reservas do país para ser queimado na especulação do câmbio e volta a ameaçar os aposentados com a cobrança previdenciária.

Romper com esse estado de coisas é a ta-

refa de todos os brasileiros. Mas é preciso firmeza – e, sobretudo, apoio de amplas massas – para reconstruir o Brasil e romper com a dependência, começando, com a reordenação jurídica de nosso país, através de uma nova Constituição. Tanto mais radicais serão as medidas quanto mais amplas forem no sentido de agregar mais brasileiros em sua defesa.

Sintomas dão conta de tentativas de enquadramento de qualquer governo mudancista pela banca internacional. Setores da oposição dão mostras de serem suscetíveis a essas pressões, ao deslocarem o eixo da luta nacional, de reconstrução do Brasil, para o social, das rendas mínimas e bolsas escolas para a "cidadania" – medidas de conteúdo liberal. Revelam com isso um voluntarismo ingênuo, ainda que bem intencionado – pois o desenvolvimento da base econômica determina o desenvolvimento social.

A plataforma econômica da reconstrução, precisa redirecionar suas energias para o fortalecimento e ampliação do mercado interno e para um modo de desenvolvimento endógeno. Desarmar as armadilhas da dependência passa, em primeiro lugar por conter a necessidade de dinheiro externo para fechar a balança de pagamentos. Medidas como ampliar nossa pauta de exportação – agregando valor a estas –, substituir as importações, sobretudo as desnecessárias, estimular o mercado interno e taxar os lucros extraordinários das empresas multinacionais aqui instaladas são passos nesse sentido. Faz-se necessário também acabar com a indexação informal representada pela va-

riação cambial. Para estabilizar o valor da moeda e recompor as reservas, o país precisa centralizar o câmbio, retomando sua soberania cambial. Medidas como estas que detenham a necessidade de financiamento externo e equilibrem o câmbio, permitem ao país baixar as taxas de juros para estimular um novo ciclo de forte crescimento econômico. Medida importante da reconstrução será uma profunda reforma tributária, com forte progressividade das alíquotas para redistribuir renda e limitar especulações inflacionárias.

Quanto à dívida, é preciso inverter a lógica. Com a LRF, prioriza-se sobre qualquer outro gasto o pagamento da dívida. No novo governo, deve-se limitar o pagamento das dívidas – depois de auditadas –, a um percentual compatível com os investimentos públicos necessários para promover o desenvolvimento econômico e social. A relação com o capital externo, por sua vez, precisa se pautar pelo interesse nacional. Longe de copiar modelos, a experiência chinesa, de absorver capital estrangeiro privado em áreas sensíveis onde o país possui carência produtiva, e visando absorver novas tecnologias, é uma pista para nós.

A reconstrução do país é uma tarefa patriótica de nossa geração, visando desenvolver medidas nacionais, democráticas e sociais que paymentem o desenvolvimento econômico e social.

Ronaldo Carmona é membro da Direção Nacional da UJS.

Vigor e mística da militância popular (final)

MILTON ALVES

A derrocada da experiência socialista atingiu profundamente a prática e a mística dos militantes. Toda uma simbologia e mesmo alguns elementos estéticos (lembrando que no terreno das artes o realismo socialista já tinha sido fulminado lá pelo final dos anos 50) foram vitimados por toda essa hecatombe ideológica do pensamento único. A "bandeira", o encantamento e o poder de sedução do ideário do socialismo foram alvejados já nos embates ideológicos de 56 – as denúncias sobre o culto à personalidade de Stálin e as deformações burocráticas – para toda uma camada de ativistas, notadamente setores da intelectualidade. Apesar disso, o acúmulo do período anterior (papel da URSS na guerra contra o nazismo, as conquistas científicas, a considerável influência dos comunistas em alguns países europeus e as revoluções democráticas e populares no Leste europeu e na Ásia) sustentou, com grande força ainda, uma reserva de atração e sedução. O embate ideológico promovido pelo capitalismo – um dos exemplos, é o período da chamada "guerra fria" – gerou uma constante corrosão, foi minando e criando as condições políticas e culturais que contribuíram para a débacle do socialismo. O que facilitou uma ofensiva em larga escala e sem precedentes dos defensores do regime capitalista contra os movimentos libertários dos trabalhadores e dos povos oprimidos em todo o mundo. A amplitude e a profundidade das questões acima

abordadas merecem um exame mais detalhado, o que não é o objetivo deste pequeno texto. Utilizei esses processos como um referencial no tempo e para demonstrar como essa disputa no terreno das idéias foi deitando as raízes para a implosão de um conjunto de valores tão caros para a militância e para a mística até então desenvolvida. Posto isso, o desafio colocado é como vamos resgatar o vigor e o poder de sedução do projeto revolucionário em todas as suas dimensões (ideológicas, programáticas e organizativas) e da mística militante em meio a esse furacão neoliberal.

Uma questão nada fácil de ser resolvida, mas que precisa de algum tipo de resposta. Com este objetivo, vale ressaltar o interessante trabalho de Marta Harnecker, chilena radicada em Cuba, no livro *A Esquerda no início do século XXI* – Fazendo possível o impossível –, um amplo painel que levanta uma multiplicidade de questões teóricas e práticas.

Para Marta Harnecker a "esquerda não vive só uma crise teórica e programática, mas também uma crise orgânica." (1) A autora em tom polêmico declara que a "esquerda mesmo reconhecendo a importância da organização política para conseguir os objetivos de mudança social tem feito muito pouco para se adequar às exigências de novos tempos. Durante um longo período isso teve muito a ver com a cópia acrítica do modelo bolchevique de partido, ignorando o que o próprio Lenin defendia a respeito." (2) O primeiro passo é o exame crítico e o balanço multilateral do conjunto dessas experiências políticas e organizativas, extraindo daí lições para uma prática renovada. Quan-

to mais formos capazes de extrair ensinamentos mais teremos condições de uma retomada com consistência, requalificando e atualizando o projeto revolucionário. Essa reflexão está em curso – tem um caráter tático e estratégico para todo o conjunto da esquerda. O segundo passo é o esforço para recuperar para a luta anticapitalista os setores sociais que historicamente tem interesse numa transformação revolucionária da sociedade.

Uma exigência objetiva, no entanto intrincada e complexa, é a reestruturação nas formas e nos meios organizativos dos instrumentos políticos (partidos), de luta econômica (sindicatos), culturais, e associativos em geral dos trabalhadores e das classes sociais que antagonizam com o sistema capitalista. Portanto, tem uma importância decisiva, cada vez maior, o conhecimento das condições concretas em que se trava a luta pela transformação social hoje. A aplicação da fórmula, nem sempre considerada devidamente, de uma política ajustada para uma dada situação concreta (a realidade objetiva); o desenvolvimento da arte de conhecer, interpretar e agir na perspectiva do surgimento de um novo cenário, que favoreça a acumulação de forças para a conquista de uma hegemonia dos trabalhadores e das camadas populares na sociedade. O domínio crescente e a aplicação no terreno da política dos elementos da nossa brasilidade, das nossas tradições históricas e culturais na construção de um projeto nacional de emancipação social – conduzido por um novo bloco de forças, que esteja à altura dos desafios de uma mudança progressista na atual situação do país.

Nesse sentido, recorreremos novamente ao

trabalho de Marta Harnecker, onde ela reafirma a necessidade da militância política e partidária: "esta decepção da política e dos políticos não é grave para a direita, porém para a esquerda é uma questão relevante. E isto por uma dupla razão: em primeiro lugar, porque a transformação não se produz espontaneamente, as idéias e os valores que prevalecem na sociedade capitalista – e que racionalizam e justificam a ordem existente – invadem toda a sociedade e influem de modo muito especial nos setores menos providos de armas teóricas e de distanciamento crítico. Em segundo lugar, porque é necessário que sejamos capazes de vencer forças poderosas que se opõem a essa transformação, e ela não é possível sem uma instância política formuladora de propostas capaz de dotar milhões de homens de uma vontade única." (3) Eis a imensa tarefa que a nossa geração tem pela frente. Formaremos nossos novos batalhões de militantes – tribunos, organizadores, políticos populares e propagandistas – com base na radicalidade da negação da barbárie capitalista e de seus valores, e levantando bem alto a bandeira da recuperação da militância política e da sua validade como instrumento para a construção de uma nova sociedade.

Milton Alves é presidente estadual do PCdoB/IPR.

Notas

(1) Marta Harnecker, *A esquerda no início do século XXI* – fazendo possível o impossível, p. 220.

(2) Idem. *Ibidem*, p. 230.

(3) Idem. *Ibidem*, p. 221.

Uma teoria pedagógica avançada

RENATO GOMES DOS REIS

"Sem teoria revolucionária não existe movimento revolucionário." Lenin

No presente artigo daremos ênfase à necessidade do estudo das teorias científicas que constituem o núcleo do partido, para tanto iremos citar o item de nº 190, de onde podemos retirar alguns trechos: "O trabalho do Partido na frente teórica e ideológica precisa de novos passos... É necessário estruturar os trabalhos de uma Escola Nacional, com cursos em vários níveis... Simultaneamente, quadros do partido precisam conferir maior importância a atividades como estudo, participação em seminários e outras de cunho teórico." Estes fatos evidenciam a necessidade de preocupação na estruturação partidária tanto no que diz respeito à ideologia quanto à teoria. Deve então o comunista ter três braços, dois que integram a constituição fisiológica e um outro mental (o conhecimento). Para executar-se tal tarefa é necessário também a existência de uma teoria pedagógica de vanguarda.

Temos as teorias dos pedagogos soviéticos Vygotski e Makarenko que constituem

um grande avanço, também a teoria de Piaget e as de Paulo Freire. Fundindo os elementos teóricos dessas idéias podemos pensar na Teoria do Erro Coletivo, teoria que versa sobre o aprendizado social via um processo de tentativas e erros dentro do convívio social. Naturalmente esse corpo teórico deve estar perfeitamente adaptado às realidades do nosso povo. Nesta teoria é bem evidenciada a dialética de Hegel, que também serviu de base para os fundamentos do marxismo, pois o progresso da coletividade dentro do saber coletivo processa-se por duas forças, o erro coletivo e o acerto coletivo, tese antítese e síntese. Para análise do desenvolvimento psicológico coletivo do ponto de vista desta teoria, nos valem da teoria de Jung que descreve os mecanismos do inconsciente coletivo, portanto o progresso pedagógico da população reflete-se em seu inconsciente coletivo. Dentro destes parâmetros podemos verificar a importância da utilização de uma teoria avançada para o método de ensino aprendido, mas resta ainda explanarmos a necessidade da participação do comunista nos estudos e em atividades similares. O camarada Lenin sempre foi um entusiasta do estudo, mesmo

Marx no desenvolvimento de sua vasta obra leu incessantemente obras de Dante Alighieri, Goethe, Shakespeare, Quesnay, Ricardo, Adam Smith, naturalmente Hegel. Marx também realizou estudos matemáticos, pois descreve com grande eloquência a parte matemática de sua teoria em *O Capital*.

Como podemos verificar a construção do regime comunista exige grande dedicação teórica, ainda mais no período hodierno, que se caracteriza pelo grande desenvolvimento científico e tecnológico, deve o comunista estudar ciências como a história, dentro desta a história do desenvolvimento econômico, as ciências sociais, a economia, a matemática e vários de seus ramos, como por exemplo a estatística, o cálculo infinitesimal, álgebra linear, probabilidades, a própria teologia e a filosofia. Das experiências históricas podemos notar a importância da discussão teórica para o sucesso do socialismo científico. Para compreendermos por exemplo em sentido amplo o conceito de Luta de Classes, é necessário conhecermos as idéias de Hegel para finalmente fazermos uma transposição para uma situação social, desta maneira devemos realizar a transubstanciação do conheci-

mento em movimento revolucionário. Todos esses movimentos exigem o uso do braço mental, pois sem os elementos teóricos é improvável que se processem revoluções, pois para que exista uma revolução coletiva é necessário que ocorra também uma revolução individual, pois aí teremos uma massificação revolucionária no inconsciente coletivo, mas para que ocorram estes fenômenos faz-se mister o desenvolvimento do braço mental, que nos livra dos grilhões do atraso e da ignorância assim como um propulsor de foguete o livra da gravidade terrestre. O comunista deve ser o representante da classe operária que tenha consciência da Luta de Classes, realizando-a em todos os momentos em que duas forças a tese e a antítese se defrontarem, realizando assim uma síntese de progresso, para tanto é necessário o braço mental que é desenvolvido com estudo, pois o estudo nos ajuda na ruptura com o senso comum e com a mentalidade retrógrada da nossa vil sociedade.

Renato Gomes dos Reis é membro do CM de Birigui/SP.

Lenin e o partido de vanguarda

AUGUSTO CÉSAR BUONICORE

Alvez poucos tenham sido os marxistas que estudaram o problema do partido tanto quanto Lenin. No entanto, depois de sua morte, buscou-se reconstituir o seu pensamento, enrijecendo-o, dogmatizando-o. A teoria do partido político revolucionário leninista foi uma das principais vítimas desse processo de dogmatização. Por longas décadas buscou-se vender a idéia que existiu um único modelo organizativo de partido.

Mas na obra de Lênin não existe a apologia de um modelo único e universal de organização. Pelo contrário, nela existem inu-

meros modelos e o desenvolvimento das suas propostas organizativas está intimamente ligado ao desenvolvimento do próprio movimento revolucionário russo.

A crítica ao economicismo

As grandes greves ocorridas na Rússia entre 1895-1896 não produziram automaticamente nem a consciência socialista nem uma organização partidária sólida, como muitos acreditavam. O jovem Lenin passa então a estudar com maior atenção o problema da relação entre a luta econômica-corporativa dos operários e o processo de constituição de uma

consciência revolucionária e socialista. Os problemas de partido começavam a ganhar relevo na construção teórica de Lenin. Consolidava-se a idéia de que só o partido revolucionário poderia assegurar às lutas econômicas de massa uma saída política adequada.

Lenin começava então uma enérgica luta contra o economicismo e o espontaneísmo. Ele sabia que para construir um partido que pudesse cumprir as tarefas colocadas pela revolução era preciso derrotar as concepções que negavam o papel da teoria. Fundou a necessidade de construção de uma sólida organização partidária e de se colocar no centro da tática e da estratégia socialista a luta políti-

ca revolucionária contra a autocracia czarista.

Em 1902 Lênin escreve *Que Fazer?* Nesta obra busca analisar a complexa relação entre a o fator consciente e o movimento espontâneo das massas. Posiciona-se contra o culto da espontaneidade do movimento operário desenvolvido pelos economicistas. Para ele "toda diminuição do papel do 'elemento consciente', do papel da social-democracia significa – quer se queira ou não – um reforço da ideologia burguesa sobre os operários (...). O desenvolvimento do movimento operário resulta na subordinação à ideologia burguesa", porque a ideologia burguesa é mais antiga, está completamente elaborada e possui

meios de difusão infinitamente maiores.

Para Lenin a social-democracia dirige a luta da classe operária "não apenas para obter condições vantajosas na venda de força de trabalho, mas, também, pela abolição da ordem social que obriga os não possuidores a se vender aos ricos". Por isso os sociais-democratas não poderiam limitar-se à luta econômica.

É devido aos limites estruturais da luta econômico-sindical que a consciência política de classe não pode nascer diretamente dela. A verdadeira consciência socialista não pode nascer da relação direta e exclusiva entre operários e patrões dentro das fábricas. A consciência de classe é um reflexo da luta de classes no campo da política.

Afirma Lenin: "Todo aquele que orienta a atenção, o espírito de observação e a consciência da classe operária exclusiva ou preponderantemente para ela própria não é social-democrata; pois para conhecer a si própria, de fato, a classe operária deve ter um conhecimento preciso das relações recíprocas de todas as classes da sociedade contemporânea."

Somente a burguesia interessa reduzir a luta de classes apenas aos aspectos econômicos e que a política operária seja reduzida à política sindical. Por isso, para Lenin, "todo rebaixamento da política social-democrata ao nível da política sindical resume-se exatamente em preparar o terreno para fazer o movimento operário um instrumento da democracia burguesa".

Para Lenin de "Que Fazer", fiel discípulo de Kautsky, a consciência socialista só poderia ser importada de fora da classe operária. As razões disto eram muito simples: a consciência socialista só pode surgir sobre a base de um profundo conhecimento científico que os operários por si só são incapazes de conseguir. Os portadores desta ciência não poderiam ser os operários, mas os intelectuais revolucionários.

No II Congresso da POSDR Lenin defenderia que todo membro do partido deveria trabalhar sob a direção de uma organização social-democrata e, necessariamente, incorporar-se a uma delas. Lenin chegou a defender uma organização partidária que se assentasse, quase exclusivamente, em um corpo de revolucionários profissionais que se regeria por uma rígida centralização que, até mesmo, restringia os processos eletivos de base.

A fórmula organizativa de Lenin correspondia plenamente à realidade russa, na qual imperava a mais irrestrita ilegalidade que exigia um partido clandestino, centralizado. A desobediência a qualquer dos pontos das normas organizativas e de segurança poderia sig-

nificar a queda de parte ou mesmo de toda organização partidária. Os métodos de organização e a abrangência da democracia partidária não podem ser considerados abstratamente.

Outro fato que não podemos esquecer é a inexistência, pelo menos até 1905, de amplos movimentos das massas operárias na Rússia. Portanto esta forma de organização era indispensável para uma conjuntura de forte repressão e marcada pela inexistência de um amplo movimento de massas.

A revisão leninista

Os acontecimentos revolucionários de 1905 contribuíram de maneira decisiva para a alteração de algumas concepções de Lenin sobre a relação entre consciência socialista e espontaneidade e portanto sobre a própria política de organização da social-democracia russa.

A ação revolucionária das massas operárias urbanas, sem direção de uma vanguarda socialista, fazia nascer os soviets nos quais os bolcheviques, num primeiro momento, se recusaram a participar. Lenin, no seu exílio na Suécia, conclamaria os seus partidários a aderirem aos soviets, criação das massas insurgentes e embrião de um novo poder operário.

Conclamava Lenin: "Não nos isolem o povo revolucionário, mas submetamos a seu veredicto cada um de nossos passos, cada uma de nossas decisões, apoiemo-nos por inteiro e exclusivamente na livre iniciativa que emana das próprias massas trabalhadoras".

Curiosamente essa carta não foi publicada na Rússia, a fração bolchevique ainda estava impregnada pelos velhos métodos de organização clandestina e pelo preconceito à ação espontânea das massas. Não sem um forte tom de ironia que Lenin afirmaria: "Nós, dirigentes do proletariado social-democrata, nos comportamos como aquele chefe militar que havia disposto seus regimentos de um modo tão absurdo que a maior parte de nossas tropas não participou ativamente da batalha."

Entre 1906 e 1907 Lenin iria reforçar a guinada e enfatizar o caráter revolucionário das organizações soviéticas e a capacidade das massas para elevar-se espontaneamente ao nível da luta política revolucionária. Ainda durante o ano de 1906 fazendo um balanço da experiência dos Sovietes afirmaria: "Não foi nenhuma teoria, nenhum apelo, nem a tática ou a doutrina de nenhum partido, mas a força da própria realidade que levou um órgão sem partido, de massas à necessidade de desencadear a insurreição e os converteu em seu órgão". Algum tempo depois Lenin repetiria o mesmo juízo: "Passando por cima das organi-

zações, a luta proletária das massas converteu-se em revolução".

Em 1906 publica o texto *Doze Anos*, prólogo de uma compilação de textos escritos entre 1895 e 1906. A primeira parte é dedicada quase exclusivamente a "esclarecer" o papel desempenhado por *Que Fazer?*

Ele responde a seus críticos: "O erro principal dos que hoje polemizam com o *Que Fazer?* consiste em desligar por completo esta obra de uma situação histórica determinada, de um período histórico concreto do desenvolvimento de nosso partido que passou a muito tempo. *Que Fazer?* é um resumo da tática e da política iskristas em matéria de organização durante os anos de 1901 e 1902. Um resumo, nem mais e nem menos." E continua, "nem mesmo no II Congresso pensei em erigir as suas formulações em algo programático, em princípios especiais".

Referindo-se à questão da democracia interna no partido afirma Lenin: "O Partido Social Democrata aproveitou-se antes de qualquer outro o período passageiro de liberdade para introduzir nas suas fileiras a estrutura democrática ideal, de uma organização aberta, como um sistema eletivo, com uma representação nos congressos proporcional ao número de membros organizados. Esse procedimento não foi utilizado pelos social-revolucionários e nem pelos cadetes, os mais organizados dos partidos burgueses, quase legal e que possui recursos financeiros infinitamente maiores e tem a possibilidade de utilizar a imprensa."

Portanto Lenin expressa neste texto sua opinião de que não se deve atribuir a obra de 1903 um caráter teórico geral, nem mesmo tendo em vista a realidade russa pós-1905. Mas Lenin defende a política organizativa adotada em 1903 afirmando que ele teria feito uma "distorção da nota distorcida pelos economicistas e precisamente porque corrigi energeticamente as deformações, a minha nota será sempre mais justa". Lenin reconhece que "forçou" a nota em *O que Fazer?*

A nova conjuntura revolucionária de 1905 impõe também um novo modelo de organização. Lenin passa a defender uma estrutura mais democrática e elástica, reivindica a entrada massiva de operários nas fileiras social-democratas, a fim de transformar "em vida os cinzentos esquemas dos intelectuais"; propõe que haja para cada intelectual várias centenas de operários.

Novamente houve resistências por parte de bolcheviques mais doutrinários, que acreditavam que a abertura do Partido levaria a sua descaracterização como Partido de

Vanguarda. Lenin responde:

"No momento presente, quando o heróico proletariado demonstrou na prática a sua disposição de luta (...) de lutar num espírito puramente social-democrata, seria por demais ridículo duvidar de que os operários que ingressam no nosso partido (...) não sejam social-democratas em 99% dos casos. A classe operária é social-democrata por instinto, de modo espontâneo, e em dez longos anos de trabalho, a social-democracia fez muito, muitíssimo, para converter essa espontaneidade em consciência (...)"

Continua Lenin: "A clandestinidade desmorona-se. Avante, com maior audácia, empunhai as novas armas, entregai-as a gente nova, ampliai as vossas bases de apoio, chamai todos os operários social-democratas, incorporando-os às centenas e aos milhares à fileiras das organizações do partido! (...) Deixemos de lado todo o espírito mesquinho na necessária reforma do partido: comecemos sem dilação a nova via". Mas a revolução de 1905 seria derrotada e o movimento operário e socialista entraria em um período de refluxo.

O impacto da derrota da revolução e da repressão que se seguiria pode ser aquilutado pela evolução do número de militantes em Moscou. Dos milhares de militantes que existiam em 1905 restavam em 1909 apenas 150 e em 1910, no auge da crise, não passava de algumas dezenas.

Conclusão

Lenin compreendia o Partido como um instrumento a serviço da revolução socialista e não como um fim em si mesmo. O desenvolvimento das formas organizativas estão intimamente ligadas com o desenvolvimento dos processos revolucionários na Rússia. O partido deve se adaptar ao processo revolucionário e não a revolução ao partido. Portanto não existe, a priori, um modelo único de organização leninista. O que existem são alguns princípios gerais que poderíamos, a grosso modo, definir: um partido de vanguarda, um partido de ruptura com a ordem capitalista, um partido vinculado à classe operária.

Nesta nova fase de luta pelo socialismo, no limiar do século XXI, é preciso que repensem coletivamente a forma-partido. Neste sentido Lenin pode nos oferecer pistas preciosas mas não pode responder por nós, pois este é o nosso problema e não o dele.

Augusto César Buonicore é secretário de Organização e Formação do CM de Campina/SP.

Intelectualidade e universidade

ÉRIC MEIRELES DE ANDRADE

"Um partido que entenda o importante papel da intelectualidade brasileira e, por isso mesmo, busque integração de seus membros nas fileiras partidárias" (*Teses do X Congresso, item 136*)

com grande clareza de seu papel de vanguarda do proletariado, nos marcos de uma nova realidade no processo da luta de classes, que o PCdoB realiza seu X Congresso Nacional.

Vale ressaltar a importância ímpar que as teses vêm dando para a reaproximação do PCdoB com a intelectualidade progressista.

Em plena ofensiva do pensamento neoliberal, urge aproximarmos e desenvolvermos a luta de idéias, em conjunto com o segmento intelectual avançado, progressista e antineoliberal.

Mas não somente aliarmos, como também trazermos para as nossas fileiras intelectuais e artistas, que estão comprometidos com o proletariado e com o socialismo.

Tarefa difícil, se não compreendermos o que é intelectualidade e seu papel na luta de classes e também se não entendermos seu principal "espaço", que são as universidades.

Este texto não vislumbra ser uma tese acadêmica sobre o tema, objetiva elucidar inicialmente os significados de universidade/intelectualidade e fazer um balanço crítico e re-

volucionário da atuação dos comunistas nas universidades brasileiras.

A Intelectualidade

"Em qualquer trabalho físico, mesmo o mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora... Por isso, seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais". (1)

Concebe-se intelectualidade como uma categoria social nas relações de produção, especializada para o exercício da função intelectual (por isso sua relação com a produção não é imediata). Toma forma ao conectar-se com todas as classes, principalmente dominantes e as trabalhadoras. "Os intelectuais são os 'prepostos' da classe dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político...". (2)

A história da intelectualidade brasileira tem um caráter contraditório e, ao mesmo tempo, de grande importância nacional (seja para os movimentos progressistas ou reacionários). Participou ativamente da luta contra a escravidão, em defesa da República, contra a ditadura militar (e uma parcela a favor), pelas diretas e pelo impeachment do Collor.

O grande centro de organização, formulação e vivência intelectual em nosso país é a u-

versidade, responsável por mais de 80% de sua produção.

Devido à implementação do projeto neoliberal, alterando a lógica da produção intelectual e concepção de universidade, a intelectualidade brasileira vem sendo formada basicamente por dois tipos: a intelectualidade "clássica", envolvida ainda com uma produção mais universalista de conhecimento; é concentrada principalmente nas universidades públicas, católicas/confessionais, e algumas autarquias municipais.

O outro tipo é a "nova" intelectualidade, onde sua ótica formadora é segmentada e mercantil, responsável pelo trabalho burocrático estatal e também pela administração e educação ideológica racionalista conservadora das grandes empresas; sua formação está concentrada principalmente nas universidades de aluguel, abertas aleatoriamente pelo governo de FHC.

A Universidade

As universidades brasileiras possuem um histórico de produção científica e tecnológica invejáveis a qualquer país desenvolvido, mesmo não conseguindo desenvolver-se com pleno êxito (devido à subserviência nacional aos países dominadores).

Neste estágio avançado de capitalismo, há uma necessidade intrínseca dos países imperialistas de reter em suas mãos quase todo o con-

trole do conhecimento científico e tecnológico de ponta (haja vista a Lei de Patentes, o caso da produção de genéricos de AIDS no Brasil, etc.).

Com o governo de FHC, as universidades públicas vêm enfrentando sérios perigos de não sobreviverem como universidades públicas, gratuitas, com a tríade ensino-pesquisa-extensão. O governo corta verbas para a pesquisa e infra-estrutura; arrocha salários dos docentes e funcionários, descaracteriza sua função pública e gratuita, etc; Lança cotidianamente uma campanha privatista. Só neste governo, não foi criada nenhuma universidade pública!

Em contrapartida, houve um crescimento desorientado e descaracterizado de universidades particulares. Estas, sem o compromisso de uma produção científica e tecnológica para a soberania nacional, prostituem seu ensino para atender basicamente as demandas do setor privado empresarial. Além disso, expulsam alunos inadimplentes e aumentam deliberadamente suas mensalidades. Formam graduandos com uma proposta metodológica/pedagógica esquemática e direcionada apenas para o mercado de trabalho.

É necessário resistir a este projeto nefasto de sucateamento e racionalização conservadora da produção científica e tecnológica do Brasil, sabendo buscar uma melhor sistematização da realidade de nossas universidades e atuar de forma mais



concreta, ampla e combativa possível.

Grandes passos foram dados pela UNE, com o Projeto Emergencial de Estruturação das Universidades Públicas e a iniciativa de proposta de Regulamentação das Universidades Particulares, aprovados no Congresso da UNE e da CONTEE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino).

O PCdoB

Temos uma longa experiência de atuação nas universidades. Sermos hegemonia na UNE e na CONTEE e atuarmos historicamente na ANDES mostra-nos o quanto estamos presentes nelas. Um grande problema que temos é não sistematizarmos o trabalho partidário dentro das universidades. Venho pincelar alguns problemas que vejo em vários debates de camaradas de outras Instituições de Ensino Superior.

- Desconhecimento de como atuar na Universidade: "a principal característica da universidade é a luta de idéias". (3) Este perfil é único que diferencia nossa atuação de base universitária das demais. Em plena derrota do socialismo e crescimento do pensamento neoliberal, em muitos momentos somos "engolidos" pela campanha de sermos dinossauros, ultrapassados e

que o socialismo morreu. Para termos uma intervenção real precisamos cotidianamente gabaritar nossos camaradas com a formação teórica, política e ideológica. Somos tímidos para o debate de áreas e da ciência e tecnologia. Ficamos no movimento estudantil formal, desconsiderando a intervenção acadêmica como instrumento de crescimento e maior visibilidade dos comunistas. Nossa elaboração fica ainda muito no pragmatismo e no espontaneísmo;

- Não temos paciência com a intelectualidade: Intelectual (principalmente professor) é muito difícil se filiar no Partido. É a eterna visão idealista de "independência" e "autonomia" de pensar, que para o intelectual é a síntese de sua desconfiança e receio de ser cercado pelo Partido. Por isso, é que tem tanta simpatia pelo terceiro setor...

O trabalho com a intelectualidade necessita de muita atenção, paciência... E MUTTA AMPLITUDE! Se nas lutas nacionais precisamos ser amplos, muito mais nas lutas da universidade. Buscar ampliar na luta em defesa do marxismo, da soberania nacional, dos interesses do povo brasileiro, sabendo colocar nossas opiniões e radicalizando na combatividade da ação. Outro fator é uma permanente apresentação de nossas idéias para a comuni-

dade universitária, devemos romper com o preconceito sobre a gente e emularmos nossos camaradas na apresentação dos trabalhos científicos e exposição de seus livros e teses. O grupo "Marxismo + Brasil" é para nós um grande exemplo!

- Nossa atuação ainda é corporativa: Professores com professores, funcionários e estudantes na mesma situação. Não possuímos uma atuação unificada de partido. Além disso, nossa atuação sindical e estudantil é muitas vezes mais importante do que nossas tarefas e atividades partidárias cotidianas. Isso é natural para um partido de massas, mas não para um partido do perfil que temos. O PCdoB é o "tronco" da atuação dos comunistas. É ele quem dirige, orienta e se responsabiliza pela materialização de nossas atividades. Sem o Partido, nossa vida é fragmentada e muitas vezes, sem clareza estratégica. Colocar o partido no centro, em vez da atuação sindical/estudantil é conseguir romper com a insuficiência do corporativismo e o espontaneísmo crasso que há muito tempo nos incomoda. Aliado a esses fatores precisamos dar mais organicidade e aprofundar nossa democracia interna. Vida regular é desenvolvermos melhor a luta política e teórica en-

tre nossos camaradas e na comunidade universitária.

- Temos pouco acompanhamento das instâncias superiores partidárias: é verdade que as direções superiores (distritais ou municipais) do partido vêm superando esta deficiência, mas estamos ainda muito longe de supri-la! Ainda não é sistemática e nem planejada. Sem a participação mais ativa das direções superiores, não funciona a vida política e orgânica da base. Ficamos "perdidos", sem saber o que fazer nas atividades cotidianas. O partido funcionar por completo é exigir a presença das direções superiores emulá-los a entrosar com o planejamento e da vida diária das bases universitárias.

Viva o 10º Congresso do PCdoB!
Viva o Socialismo!

Éric Meireles de Andrade é estudante de história e militante do Organismo da PUC-SP

Notas

- (1) Gramsci, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. II, p. 18.
- (2) Idem. *Ibidem*, p. 21.
- (3) Rangel, Olívia. "Discurso na Conferência do organismo do PCdoB PUC-SP", 1997.

Centralidade do proletariado

FRANCISCO LIVINO DE NORONHA NETO

Com o objetivo de contribuir com a discussão acerca do papel de vanguarda do proletariado na luta pelo socialismo, espero que algumas questões aqui colocadas venham enriquecer o debate sobre a mesma.

Gostaria de destacar, particularmente, a letra "a" do item 137: "responder ao desafio teórico da reafirmação do caráter potencialmente revolucionário da classe operária". Nós reconhecemos esse caráter quando constamos e reafirmamos que, apesar das transformações ocorridas no "mundo do trabalho" levando à diminuição e à alteração do perfil da classe operária como resultado do desemprego estrutural e das "novas tecnologias", não é possível imaginarmos a produção de mercadorias sem operários. E, ainda, se diminui de um lado, o número dos operários das grandes fábricas ligados aos ramos fundamentais do processo produtivo, aumenta, de outro, o subemprego e a precariedade das condições de trabalho de amplas massas do proletariado.

É verdade que, somente reconhecer, constatar ou reafirmar não resolve a questão. Mas, da mesma forma, seria um grande engano acreditar numa resposta imediata e definitiva quanto ao "desafio teórico da reafirmação do caráter revolucionário da classe operária", quando o movimento revolucionário e comunista, ainda se encontra, mundialmente, num quadro de defensiva do ponto de vista da luta pelo socialismo.

Por essa razão, a resposta a um desafio dessa envergadura somente será dada no processo histórico da luta política e de idéias contra a propagação reacionária e os ideólogos do capitalismo, que procuram desacreditar o socialismo e o papel de vanguarda do proletariado. Contra certas tendências pequeno-burguesas, que, no seio do movimento operário e fora dele, contraditoriamente, defendem o socialismo, mas parecem recusar a luta de classes, muitas vezes, apresentando-se como "protagonistas da história" - típico protagonismo pequeno-burguês que, quando reconhece, e ainda assim de maneira superficial, o papel revolucionário da classe operária no processo de transformação da ordem social e política, tende, devido sua vacilação e incompreensão política, ideológica e prática a converter-se numa espécie de vanguarda de sua própria classe, a pequena burguesia.

Reafirmar o papel do proletariado na revolução e na transformação da sociedade não significa considerá-lo "o único protagonista da história", pois esta, sendo mais ampla, é naturalmente feita por homens e mulheres, sem maiores distinções.

Na Academia, particularmente, são comuns as afirmações de que a classe operária perdeu seu "papel de vanguarda" ou que se

"rendeu" ao capitalismo, perdendo com isso sua capacidade de reação contra o sistema que a domina e explora. Alguns professores afirmam que não existe "socialismo", mas sim, "socialismos", que em outras palavras significa não considerar o socialismo científico, uma vez que essa maneira de pensar leva à diluição do debate e gera confusão teórica, política e ideológica, além de não apontar claramente, uma alternativa concreta e viável. Pode-se mesmo especular que o simples "olhar empírico" sobre a primeira experiência socialista na antiga URSS tornou "inviável" qualquer proposta que tenha por base o pensamento de Marx, Engels, Lenin e outros revolucionários.

Diante de tais situações, imaginem como não deve se sentir confuso um jovem que acabou de entrar na universidade. Não custa lembrar ainda que, muitos deles, como não tiveram nenhuma experiência anterior de militância em organização política, iniciam, muitas vezes, sua vida política nela. Além disso, ao contato com idéias e textos sobre o marxismo, anarquismo, Escola de Frankfurt ou da revolução de 1968 na França, considerando a natureza específica de cada curso, soma-se a convivência cotidiana do espaço e da vida universitária, cuja dinâmica tende a favorecer o surgimento de uma diversidade imensa de propostas e projetos, normalmente, de uma maneira bastante confusa que torna impossível a unidade política e ideológica.

Por isso, tem-se a impressão de que "indivíduos ou grupos" conseguem ao mesmo tempo serem "marxistas, anarquistas, trotsquistas" ou, se quiserem, "liberais". Isso ocorre, porque a muitos falta uma sólida base teórica e ideológica, capaz de situá-los num terreno determinado. E também porque não dá para imaginar, hoje, uma cultura marxista semelhante à que existia, por exemplo, na década de 60 do século XX. Por último, o neoliberalismo, semeando o individualismo e o "pensamento único", vem desacreditar qualquer proposta que possa, na atualidade, fazer frente ao modelo vigente.

Aqui surge um problema. Porque esses jovens, uma vez conquistados para o nosso campo político, dada sua "maleabilidade" política e ideológica, podem facilmente abandonar para outros "campos políticos" ou abandonar a militância no partido com extrema rapidez. Nesse sentido, a formação teórica e política assume importância quase que imediata.

Temos assim mais uma frente onde pode e deve ser travada a luta de idéias, com resultados positivos para o partido.

Um outro campo que deverá também ser objeto de nossa atenção e de luta, diz respeito, a certas tendências que, como sabemos, incrustadas no movimento operário, sindical e político, defendem o que denominam de "so-

cialismo democrático". Tal concepção se configura por um lado, tanto como defesa disfarçada de social-democracia, consciente ou não, quanto, por outro, como ataque ao marxismo-leninismo e ao socialismo científico. Pois o termo "socialismo democrático", nesse caso, é utilizado justamente em oposição a quaisquer outras experiências socialistas anteriores porque, segundo esse ponto de vista, aquelas não passariam de "ditaduras". Com isso, evitam uma análise mais aprofundada para enfatizarem simplesmente alguns de seus aspectos sociais. Numa palavra, buscam reformar a sociedade e não transformá-la.

Recorrem muitas vezes a argumentos sutis sobre o respeito aos direitos do indivíduo e políticos, à democracia e ao pluripartidarismo, mas com isso atacam princípios fundamentais do socialismo, como a ditadura do proletariado e o centralismo democrático. Temos aqui, outra frente, contra a qual devemos travar a luta de idéias.

Ressalte-se ainda que a luta política e de idéias está diretamente ligada à elevação do nível de consciência do proletariado, bem como relacionado com o segundo aspecto do item 137, acerca da adesão dos trabalhadores ao projeto político do partido. Exceções os pontos seguintes (c e d), sobre os quais não propomos fazer considerações específicas.

Entretanto, algumas questões devem ser consideradas, dentro da linha que colocamos. Dois aspectos devem ser destacados: o primeiro se refere à maneira de pensar o caráter de vanguarda do proletariado no socialismo e o que o partido deverá fazer para enfrentar o problema; o segundo diz respeito ao internacionalismo proletário e à solidariedade.

Por vezes, percebi manifestações que negam o caráter de vanguarda do proletariado no socialismo. Além disso, até de maneira inconsciente, percebe-se que essa forma de pensar, não considera como deveria o papel do proletariado na luta política pelo socialismo e na construção da nova sociedade.

Para esclarecer melhor a questão, muitos indivíduos, geralmente provenientes de estratos sociais médios, e, na universidade, isso muitas vezes aparece claramente, não têm a necessária identificação com o proletariado. Isso acontece, não por culpa deles, mas porque, ao virem para o partido, trazem naturalmente hábitos, costumes, valores e idéias da classe a qual pertencem.

Pois se, em termos de "consciência de classe", os operários precisam ter como referência elementos comuns como hábitos, valores e práticas capazes de identificá-los com outros indivíduos de sua classe, também que pessoas de classe média, uma vez num partido revolucionário, não deverão ficar limitados aos "valores" de sua classe, mas assimilar a concepção proletária identificando-

se o máximo possível com o proletariado. Pois, como lembraram Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista, a libertação do proletariado é a condição para libertação de toda a sociedade.

Ao contrário do que se possa pensar, não estou falando de uma questão nova, visto que há 18 anos (1) ela era bastante clara no partido.

Por isso, o partido precisa fortalecer sua identidade proletária. E, convenhamos, como se constata que o número de operários é muito pequeno, ocupando posições importantes nos diversos níveis do partidok, pode-se argumentar que a identidade proletária não é uma questão de quantidade, mas sim, de qualidade! Mas, como sabemos, uma não está separada da outra. E se não temos uma grande quantidade de operários preparados para assumir cargos nas diversas instâncias partidárias, o resultado será uma qualidade reduzida. Até porque o proletariado, constituindo a ampla maioria da sociedade, quanto maior for o número deles em suas fileiras, mais forte será o Partido.

Nas condições em que se encontram o Brasil e o mundo, hoje, dominados pelo "pensamento único" do neoliberalismo - que difundindo o individualismo e a competição exacerbada, abala também a auto-estima e empurra os indivíduos à apatia e ao descrédito - torna-se extremamente importante, para os partidos revolucionários, o movimento operário e sindical intensificar a difusão do internacionalismo proletário e a solidariedade entre os trabalhadores de todo o mundo.

No Brasil, em especial, o partido deve, através da sua propaganda de materiais de divulgação dirigidos a um público mais amplo, buscar a solidariedade entre as diferentes categorias de trabalhadores e movimentos, pretendendo não só levantar os interesses e objetivos comuns que existem, mas, ao mesmo tempo, combater a ideologia dominante e elementos culturalmente estabelecidos, que criam "falsas oposições" ou diferenças entre pessoas e grupos sociais e humanos - homens e mulheres, negros e brancos ou, questões talvez menores, como por exemplo, as diferenças regionais.

A solidariedade entre os trabalhadores do campo e da cidade, apesar de demonstrar, que suas demandas sociais são diferentes, tem objetivos comuns a luta contra a fome, a miséria, pelo trabalho, terra, moradia, direitos sociais e pela democracia.

Francisco Livino de Noronha Neto é membro da base da PUC-SP.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

(1) Informe de Organização ao 6º Congresso do PC do Brasil, 1983.

Partido nas regiões metropolitanas

LÍLIAN MARTINS

O 10º Congresso de nosso Partido enfrentará o debate de várias questões atinentes à nossa compreensão e ação sobre a realidade mundial, nacional e sobre questões essenciais da construção partidária. Neste terreno merece debate a questão da estruturação partidária nas Regiões Metropolitanas.

A região da Baixada Santista é um caso exemplar para esse debate. Formada por nove municípios (Bertioga, Guarujá, Santos, São Vicente, Cubatão, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe) transforma-se celeremente em uma única cidade, fenômeno denominado pelos geógrafos de conurbação. Mas, para além dos fenômenos estudados pela ciência, existe o pulso da vida concreta.

Região de importância estratégica para o Brasil, combina o Porto de Santos, que responde por 1/3 do comércio exterior do Brasil, com o parque industrial de Cubatão, que é formado pela Usina Henry Borden, por uma siderúrgica, a Cosipa, uma Refinaria (a Presidente Bernardes), terá até o final de 2001 uma usina termoeletrica e um pólo petroquímico que responderá

por 59% de toda a produção petroquímica nacional. Em artigo comemorativo do aniversário de Cubatão, o ex-prefeito afirma que é o único conglomerado desse tipo no mundo.

Não fosse pelo peso econômico desta região, a área é ainda absolutamente fundamental para um Partido que recoloca no centro de suas preocupações e ocupações a questão do proletariado, conclusão ineludível dos últimos eventos partidários, em especial a Conferência sobre o trabalho operário e sindical. Segundo a fundação Seade essa região possui 50 mil postos de trabalho na indústria, 30 mil postos de trabalho nas atividades portuárias, em Santos, Cubatão e Guarujá, sem falar nos trabalhadores do setor rodoviário e outras atividades – que podemos chamar proletariado ampliado.

Há ainda a considerar a tradição de rebeldia da região, já chamada de Barcelona Brasileira, Moscou brasileira, Cidade Vermelha, sempre capitaneada pelos trabalhadores. Este traço da história da região tem se perdido pela enorme fragmentação ideológica vivida pelo movimento sindical e pelo proletariado.

Para além das normas estatutárias, a atuação organizada do Partido enfrenta, aqui, difi-

culdades específicas. Um mesmo indivíduo trabalha na Cosipa, em Cubatão, estuda em uma universidade privada em Santos, mora no Guarujá e a sua atuação sindical se estende por toda a baixada – a maioria absoluta dos sindicatos tem por base territorial a Baixada Santista, estendendo-se às vezes até o Vale do Ribeira.

Esse fenômeno não é localizado, ao contrário. Para ter-se uma pálida idéia do quanto é generalizado, a região conta com algo em torno de quarenta dirigentes intermediários entre os vários municípios. Esse quadro de vida real partilhada em dois ou mais municípios é enfrentado por pelo menos vinte companheiros.

Do ponto de vista administrativo a região é legalmente uma região metropolitana, possui uma agência regional de desenvolvimento. A lei de criação da RMBS veio apenas reconhecer uma realidade.

É urgente que nosso Partido enfrente também essa realidade.

A existência de vários comitês municipais desarticulados causa inúmeros e constantes conflitos de competência, rebaixa a qualidade da militância de nossos camaradas, reduz o alcance de sua ação. É recorrente a pergunta de onde

organizar os militantes, por local de trabalho, moradia ou estudo. É evidente que por trás da pergunta se coloca a prioridade para a atuação partidária junto aos trabalhadores, ao proletariado, portanto a organização por local de trabalho, ou a ação que privilegie as disputas eleitorais e busca de espaço institucional, para as quais a organização deva dar-se por local de moradia.

Penso que algumas diretrizes partidárias devam ser solidamente firmadas, a prioridade da organização deve dar-se por local de trabalho. A vida política partilhada em várias cidades exige a constituição de uma instância de direção metropolitana, não um mero fórum de consultas, mas uma instância deliberativa que planeje e acompanhe a aplicação da política para toda a região.

Essa instância, longe de enfraquecer os municipais, virá auxiliar sua construção e fortalecimento, permitindo que a ação política dos militantes se estenda por toda sua área de vivência, quer seja local de trabalho, moradia ou estudo.

Lilian Martins, da Comissão Política do CE/SP e presidente do Comitê Municipal de Santos/SP.

PCdoB – a chama da liberdade!

VINÍCIUS PUHL

"A chama da liberdade está acesa, não no pavio e sim no coração de cada camarada revolucionário do Brasil." G.O.G. Raper Brasileiro

O 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil, PCdoB, com o seguinte Poema, extraído do 1º Manifesto da União da Juventude Socialista: "O mundo para chegar à primavera mudou três vezes de estação e se mudanças ocorreram no curso desta viagem tão bela, foram para que os erros fossem eliminados e corrigidos por quem traz consigo a juventude, a liberdade e a paixão." E com essa expressão jovem do desenvolvimento dialético da sociedade humana caracterizar o PCdoB como a profunda e decisiva força de oposição ao capitalismo e pela construção do socialismo no Brasil.

O PCdoB, que na construção partidária, colocou e coloca no centro a ideologia marxista e a forma de organização leninista, sendo uma organização Marxista-Leninista, é um Partido Independente, fundado pelo proletariado e cujo objetivo fundamental é a conquista do poder político pelo proletariado com o fim de organizar a sociedade socialista.

Vivemos a complexa e temperada luta do século XXI que se inicia. Nossos esforços concentram-se em interpretar o mundo e principalmente transformá-lo, claros de que a teoria e a construção do Partido devem estar em processo de permanente desenvolvimento.

A aplicação do correto princípio de Partido de Vanguarda, criado por Lenin no processo político de desenvolvimento de uma situação revolucionária concreta e com o objetivo de nela intervir desde a sua preparação; ligado a amplas massas e com forte inserção no proletariado, sendo um destacamento da classe operária, intimamente vinculado a ela; baseado na doutrina marxista; que aplique uma política justa correspondente a realidade, que mude o curso dos acontecimentos e imprima uma orientação de classe, influenciando na vida do povo; que forje um militante político capaz de compreender a história sob ótica e os conceitos marxistas, que tenha consciência de seu papel de agente das transformações sociais e esteja preparado ideologicamente, munido do domínio da teoria e convicto da revolução socialista, exigência histórica para a humanidade. São alguns dos parâmetros imprescindíveis na construção do Partido, e fruto da sua ação e política revolucionária, da sociedade socialista.

Porém, nas condições atuais da luta de classes, verifica-se com a ofensiva neoliberal a presença de elementos estranhos aos princípios marxistas-leninistas, que influenciam amplamente as massas e atingem militantes comunistas, sendo altamente nocivos ao Partido,

à sua unidade e a seus objetivos estratégicos. Muitos dos camaradas, inclusive membros de instâncias dirigentes do Partido, caem no liberalismo, uma tendência burguesa, que dá valor universal e absoluto à democracia sem considerar seus condicionamentos de classe, que se opõem ao centro único de direção, ao centralismo-democrático, que formalmente aceitam a disciplina revolucionária, mas na prática são liberais social-democratas, que aplicam as resoluções que julgam convenientes. O liberalismo é um caminho aberto à degenerescência do Partido Proletário revolucionário. É tarefa de cada um e fundamentalmente do coletivo partidário combatê-lo, com zelo a unidade de vontade e ação dos combatentes, porém como ensinou Lenin, repudiando as falsas unidades.

A convicção revolucionária de homens e mulheres é uma condição necessária para a passagem ao novo regime social, tanto quanto as premissas materiais da sociedade futura. Fruto da consciência de classe, da educação comunista, do constante trabalho ideológico nas fileiras da organização de vanguarda, com energia e atitude revolucionária, vontade de vencer e domínio da teoria. Essas qualidades são forjadas com a perspectiva de igualdade, liberdade e justiça, tendo cada um e todos juntos os olhos no futuro e na luta do dia a dia.

Fortalecer a composição de classe no Partido é indispensável, ser uma parte da classe operária, como dizia Lenin, para tanto é preciso que a luta dos trabalhadores, do operariado tome o rumo do socialismo. As massas esperam por melhoras na vida, adornadas da sua capacidade criadora e transformadora, sob olhares críticos aos que combatem o capitalismo e o desnudam apresentando a sua cara velha excludente, violenta e sanguinária. O drama do desemprego é apresentado aos trabalhadores de forma cruel, como se não soubessem os milhões que assim tragicamente encontram-se e aos trabalhadores empregados o medo domina suas consciências, pois direitos não há no desemprego. Portanto, essa massa de homens e mulheres, em grande parte jovens, encontram-se anestesiadas com grandes incompreensões graças ao analfabetismo e à ideologia dominante capitalista alienante.

Pois é hora de raiar o dia à multidão de desletrados, colocar na escola as mais de 4 milhões de crianças que estão fora das salas de aula, alfabetizar os mais de 30 milhões de analfabetos, assegurar educação aos 67% dos jovens de 18 a 24 anos que abandonaram os estudos, revolucionar a Educação Pública, dando acesso livre e universal, com qualidade e gratuidade, um ensino voltado à produção de conhecimento e desenvolvimento da teoria transformadora, crítico e inovador, que seja fonte geradora da ciência e da tecnologia e esteja a serviço da humanidade em prol da resolução dos graves problemas ecológicos, am-

bientais, energéticos, políticos e sociais do presente e do futuro.

Mas quando nascerá esse glorioso dia? Somente quando se levantarem as massas, guiados pela força da organização de vanguarda do proletariado em marcha contra a burguesia, responsável por essa sociedade capitalista desigual e produtora da marginalidade e consciente de seu papel dominante e de suas táticas e estratégias imperialistas de dominação e exploração da humanidade.

E como será possível despertar as massas deste sono profundo a que estão submetidas? Ainda são grandes as dificuldades na busca dos objetivos revolucionários, pois aqui se encontram organizações políticas, elites dominantes que apresentam suas mentiras disfarçadas de verdades, que enganam o tempo todo o povo; e apresentam como base da sua convicção de que a realidade a que estamos submetidos é imutável, porém mais do que isso apresentam os azuis do céu, o branco das nuvens e o amarelo da riqueza como perspectivas a todos os que têm capacidade, a todos os seres livres que disputam entre si migalhas ou um lugar ao sol. Oferecem a todos o sonho de um dia ter um milhão de dólares, uma mansão, um carrão e uma linda família. Ora essa, não são os poucos programas televisivos de partidos políticos liberais, reacionários e social-democratas que apresentam essa perspectiva alegre e feliz ao povo, que apresentam soluções mágicas para a desgraça acometida à ampla maioria dos trabalhadores, são os próprios excluídos, marginalizados, oprimidos e explorados reproduzindo essa consciência, essa compreensão, esse golpe. Que obviamente detêm a hegemonia na sociedade. Culpa do povo? Claro que não! Como dizia Marx: "As idéias dominantes são as idéias das classes dominantes." Pois então como despertar as massas para a nova consciência? Ganhando-a para os horizontes da perspectiva socialista, apresentando a ela o socialismo, ensinando-a a construí-lo na luta do dia a dia como já mencionado, despertando a convicção revolucionária, organizando-a nas células dirigentes do processo transformador, aglutinando-a em estruturas de poder e direção democráticas que com a autonomia de expressão reproduzam mais e mais a causa da revolução e as idéias justas, igualitárias e libertárias do socialismo. O proletariado precisa do Partido para abrir perspectivas do horizonte socialista na sua luta, a consciência de classe não é algo espontâneo, como constantemente é afirmado. Uma organização que tenha três fundamentais elementos em pleno funcionamento: um cérebro, caracterizado pelo Comitê Central, que a partir da condição de análise, extrato da elaboração coletiva das bases, fornece orientação justa ao conjunto do destacamento de vanguarda da classe operária e a ampla massa do povo; uma comunicação que dê caminhos às orientações e às linhas mestras do desenvolvi-

mento da ação e luta revolucionárias ao Partido e as amplas massas do povo; e por fim o determinante, recursos materiais para viabilizar toda a estrutura da organização, pois sem as condições materiais dificilmente viabiliza-se uma organização nos marcos do regime capitalista ou alguma perspectiva de avanço em seus objetivos programáticos estratégicos.

O 10º Congresso é um marco da organização dos comunistas do Brasil, o conjunto de suas teses e dentro em breve o projeto de resolução política será um instrumento vivo da elaboração coletiva dos comunistas brasileiros, sob o qual cada operário, cada intelectual, cada jovem estudante, e todos aqueles que tiverem a oportunidade de tomar conhecimento, poderão, conforme suas características aplicá-lo, com o domínio da teoria e com a atitude revolucionária seguir adiante o legado transformador do povo brasileiro.

Suas teses são um documento que expressa a vida difícil a que está submetida a humanidade no sistema capitalista nos marcos do neoliberalismo. Que apresenta os pontos decisivos de compreensão da Conjuntura Internacional e Nacional brasileira e traz uma rica elaboração em relação à construção do Partido, concentrando-se no desafio de desenvolver a teoria do Partido como organização dirigente da classe operária e como instrumento insubstituível à vitória da revolução social. Aprofundar a convicção revolucionária, elemento indispensável para a atitude revolucionária e para reforçar os valores socialistas dos homens e mulheres comunistas. Ligação às massas, um partido inserido ao proletariado, com maior ligação às massas trabalhadoras, principalmente fabris.

Uma análise dos 15 anos de legalidade do PCdoB nos remete aos ensinamentos de períodos do refluxo das idéias socialistas, com a derrocada do socialismo real da URSS, porém com a heroica e brava contribuição do Partido Comunista do Brasil à análise dos acontecimentos, à autocrítica dos erros cometidos e à formulação de um Programa Socialista para o Brasil. Com princípios firmes e erguendo bem alto a bandeira do socialismo, o PCdoB obtém positivos êxitos nesse período de legalidade.

Aqui está expressa um breve opinião ao 10º Congresso do PCdoB, que já é vitorioso por seus ricos debates, pelo momento histórico e pela importância estratégica dos objetivos de resistência ao neoliberalismo e construção do socialismo, como já dito: futuro da humanidade, destino da classe operária e esperança da juventude.

Viva o 10º Congresso do PCdoB! Viva a luta revolucionária! Nas praças, nas ruas, da luta de vanguarda do Partido Comunista do Brasil!

Maurício Grabois

Vinicius Puhl, da base do Centro de Porto Alegre, do Comitê de Porto Alegre e do Comitê Estadual/RS.

Institucionalidade burguesa-liberal (parte I)

DURBENS M. NASCIMENTO

O tema da identidade revolucionária é um ponto lacunar na discussão contemporânea acerca dos rumos do movimento revolucionário emancipacionista e tem relação direta, de um lado, com a atualização da referência teórica, política e organizativa do PCdoB, e de outro, com a necessidade de enfrentar diuturnamente o debate político-ideológico na competição com a social-democracia, ainda na fase da construção da hegemonia política e cultural, a fim de inspirar a construção de um socialismo renovado e transformar-se em alternativa para milhões de brasileiros conforme nossos desejos e a necessidade histórica.

Este artigo aborda de modo reflexivo essa questão, levando-se em conta o avanço das forças populares e democráticas no Brasil e a experiência histórica do movimento comunista internacional, a conjuntura internacional e, sobretudo, o envolvimento com a institucionalidade burguesa-liberal. Os contornos desse debate, a meu ver, ainda não estão nitidamente definidos. Ele aponta necessariamente para a meta estratégica da conquista do poder político e a instauração de uma nova ordem socialista no Brasil.

A questão provocativa que sugiro é a seguinte: o que garantirá que o PCdoB evite, no envolvimento geral com a institucionalidade burguesa e em particular com a social-democracia de cunho popular, na competição pelo controle hegemônico dos movimentos sociais e operário, a perda de sua identidade de Partido revolucionário e a negação de tão nobres objetivos estratégicos os quais vem perseguindo desde os anos 20 do século passado? Pormenorizadamente, como o PCdoB deve comportar-se na dupla ação simultânea de a) apresentar-se à sociedade como solução para os problemas humanos e, em particular, b) aos trabalhadores – operários e trabalhadores em geral da cidade e do campo – no intuito de transformar-se naturalmente em referência política e ideológica? Como construir um movimento revolucionário competitivo, levando-se em conta as características da luta de classes contemporânea e sem, obviamente, deixar de perseguir uma meta de conquista do poder evitando e recusando o isolamento de um lado e, de outro, não deixando de atuar nos movimentos democráticos e patrióticos e socialistas na etapa atual da revolução brasileira?

O ponto de partida para tentar responder essas questões, pressupõe que essa identidade revolucionária tornou-se um dilema para partidos comunistas de orientação marxista-leninista que se movimentaram (e que se movimen-

tam) no âmbito dessa legalidade institucional e estabeleceram (e estabelecem) interações estratégicas com a social-democracia na luta democrática, e que poderá existir nos partidos revolucionários contemporâneos como o PCdoB.

Contra essa tendência, é necessário que o PCdoB adote um procedimento crítico em relação ao papel histórico exercido pela estratégia, concepção e métodos da social-democracia, assim como reflita acerca do modo pelo qual pensa a criação da capacidade subjetiva do processo revolucionário brasileiro, isto é, rediscuta o seu envolvimento com as regras do constitucionalismo republicano-liberal, que, a meu ver, influenciou em certa medida a destruição das bases revolucionárias desses partidos revolucionários. Essa afirmação, entretanto, é contrária à tese segundo a qual o pecado original da derrota do movimento comunista está na possibilidade histórica de se contaminar pela ideologia revisionista e de suas congêneres do pensamento liberal-reformista da pequena burguesia e da burguesia no interior do movimento comunista em escala planetária.

Ao apresentar essa questão, não estou convencido que ela possa ser enfrentada somente numa situação determinada. Aquela relativa ao resultado do desenvolvimento evolutivo da luta de classes, engendrada por um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas que levará à exaustão a contradição capital-trabalho expressada na crise de hegemonia. Desse quadro histórico-social, continua a tese, sairá objetivamente as respostas teóricas e práticas para os problemas surgidos, que se referem ao grande salto qualitativo rumo a uma nova sociedade. Mais ainda: como consequência, o desenvolvimento da luta de classes, nessa conjuntura bastante peculiar, na qual as forças políticas e sociais entrarão necessariamente numa luta encarniçada pelo poder ("crise nacional revolucionária" de Lenin ou "crise orgânica" de Gramsci), criará as condições necessárias e imprescindíveis para a conquista do poder político. Somente nesse momento, de amadurecimento da classe operária e seus aliados é que, como temos o melhor projeto, no caso brasileiro, atrainos milhões de pessoas e seremos a vanguarda do processo mudancista. Portanto a resposta teórica é aquela que remete a um tempo futuro por causa da "análise concreta de uma situação concreta".

Ainda que essa assertiva tenha fundamento teórico-político, não podemos afirmar a priori que não temos nada a dizer presentemente sobre essa questão. Acho, inclusive, que, pensar esse problema, hodiernamente, é pressuposto para qualquer tentativa de construção de um socialismo renovado.

Nessa direção apresento quatro pontos preliminares que são essenciais para os meus propósitos.

Primeiro, é sabido o fato histórico de que os partidos que reorganizaram-se em bases revolucionárias na década 60 do século passado, não criaram um projeto alternativo ao socialismo-democrático dos revisionistas e dos sociais-democratas em perspectiva mundial.

Segundo, sem que eu tenha a pretensão de negar a existência do fenômeno do revisionismo que se abateu sobre o movimento comunista, tanto no final do século XIX quanto aquele de novo tipo que destruiu por dentro a revolução socialista no final dos anos 50, e mesmo estando em acordo com as posições, segundo as quais, ele (o revisionismo) e suas diversas vertentes são causa da derrota do movimento comunista, estou em desacordo com a hipótese de que aqueles partidos comunistas europeus do pós-guerra sucumbiram na disputa sob a institucionalidade em função de fatores exclusivamente vinculados ao abandono dos princípios do marxismo-leninismo, isto é, pela contaminação ideológica pequeno-burguesa e burguesa.

Terceiro, é sabido que consideramos que os partidos revolucionários atingidos pelo "vírus" do revisionismo, embora tenham se reorganizado a partir da década de 60, não tiveram tempo histórico para se transformar em referência política, ideológica para enormes contingentes de trabalhadores pelo mundo afora.

Por fim, a nossa explicação para esse fato, até agora intocável, é que com o tempo, dado a necessidades objetivas geradas pela contradição entre capital e trabalho insanável nos marcos do capitalismo, esses partidos, irão, efetivamente, se constituir direção hegemônica para os trabalhadores dessas sociedades, devido serem os únicos herdeiros da tradição marxista-leninista.

A favor de uma outra argumentação, defendendo que as razões históricas que determinaram aquela nossa (PCdoB) explicação anterior, em virtude de seus limites objetivos, precisa ser completada criticamente, dado que a análise acerca do fenômeno social-democrata e revisionista está assentada num contexto marcado predominantemente pela Guerra Fria e pela idéia, segundo a qual, tal fato não tinha nada a ver conosco, porque defensores do marxismo-leninismo e de um modelo que, de acordo com nossas convicções, se adequava plenamente na ex-URSS, antes da década de 50, e na Albânia, após a II Guerra Mundial. Contudo, os acontecimentos históricos da última década do século passado, mostraram que nós também estávamos equivocados (ver os problemas na Albânia).

Com efeito, penso que a derrota da revo-

lução tanto nas duas primeiras décadas do século passado na Europa – falo aqui dos casos emblemáticos da Itália e da Alemanha – quanto nas décadas de 50 e 60 com o revisionismo em cena, tenha sido causada por determinadas práticas e ações na direção e coordenação dos movimentos sociais, populares e operário para os quais os marxistas-leninistas não pensaram a construção de uma identidade revolucionária na práxis política, e com isso, não conseguiram estabelecer, em condições democráticas, o time entre a atuação na legalidade institucional e a organização subterrânea de uma rede alternativa de formas de participação política e cultural que possibilitasse o ataque frontal ao Estado burguês, o que não impediria efetivamente a participação ativa em eleições e outras formas de disputa aceitas pelas regras do jogo do establishment capitalista-burguês.

É, portanto, a concepção evolucionista estratégica da luta pelo socialismo, idealista porque voluntarista na maneira de conceber, em condições democráticas, o combate de classes, que levou, inevitavelmente, à perda da identidade desses partidos e a incapacidade de refletir sobre os efeitos positivos para a estabilização política do capitalismo. Nota-se aqui, que a atividade, inclusive dos comunistas e social-democratas, nos marcos da institucionalidade, se tornaram, como podem se tornar, no caso das instituições liberais-republicanas, as mais eficientes para a racionalização da administração dos negócios da burguesia. Sem contar a possibilidade histórica de se descaracterizarem como organizações revolucionárias orientadas ideológica, política e organizativamente pelos ideais de Marx, Engels e Lenin. Podem sucumbir, contraditoriamente, diante do avanço da organização dos movimentos sociais e populares em perspectiva democrática. Em perspectiva histórica, acabaram contribuindo, como efeito inintencional, para o fortalecimento do poder burguês nas sociedades capitalistas onde as coalizões reformistas chegaram ao poder, mormente as sociedades que construíram o Estado de Bem-Estar Social. (Contra os quais, aliás é bom lembrar, se volta presentemente o neoliberalismo em perspectiva periférica).

Essa perspectiva analítica desenvolvida não faria sentido se não aplicasse ao caso brasileiro. O esforço intelectual permite-me entender que a situação atual do movimento comunista no mundo e no Brasil em especial, necessita ser reinterpretada à luz da discussão anterior. (continua)

Durbens M. Nascimento é militante da OB da Universidade Federal do Pará.

Por mais mudanças no Estatuto

PÉRICLES SANTOS DE SOUSA

São justas e oportunas as modificações no Estatuto do Partido indicadas pelo Comitê Central ao 10º Congresso. Destaco, entre elas:

□ A criação da Comissão de Controle, eleita no CC, com atribuição de se pronunciar sobre o cumprimento do Estatuto, analisar recursos das várias instâncias ao Comitê Central e fiscalizar as finanças partidárias. Essa comissão, nas condições atuais de crescimento e legalidade, tornaria mais ágil a resposta da direção a demandas desse tipo e mais democrática a gestão das finanças partidárias.

□ No art. 20º, os acréscimos que visam retirar distorção do texto atual que atribui às Comissões Políticas (CP) a indicação das funções de todos os seus membros. Segundo o nosso Estatuto não é o Comitê que indica o presidente, o secretário, o tesoureiro etc e sim a CP. Aliás, quem lê o texto atual fica sem saber a denominação, a titularidade dos dirigentes do Partido. O Estatuto só fala em Comitês e Comissões. Ainda no mesmo artigo acres-

centa-se um parágrafo regulamentando eventos fora da estrutura vertical.

□ No art. 64, estende-se para outros indicados para cargos públicos o que vale para parlamentares, no que toca à contribuição financeira. Ainda neste artigo propõe-se suprimir o parágrafo 2º em razão de possíveis mudanças no Fundo Partidário, como a eventual aprovação do financiamento público de campanha. Além do mais a letra do artigo 29 já atribui ao CC a definição de utilização dos recursos do Fundo.

□ No art. 16 são fixados prazos para recursos e deliberações sobre os mesmos, melhorando as condições para o direito de defesa.

□ Essas modificações, embora necessárias, aprofundam defeitos do texto do Estatuto que é prolixo, repetitivo, sem unidade na sua redação, chato de se ler. Devemos trabalhar por uma nova redação com vistas ao aprimoramento da forma, o que poderia ser indicado pelo 10º Congresso para um momento posterior. Isso ajudaria, por outro lado, a usarmos mais o Estatuto como texto básico na vida partidária, de garantia da sua unidade, de a-

desão e formação de novos militantes.

Há questões outras, já postas na vida partidária, que não foram respondidas pelas modificações, mas que devemos ir apontando e amadurecendo:

□ Ao criarmos a UJS definimos que todo comunista jovem, atuante na frente juvenil, deve militar principalmente naquela organização. Como não há limitação à filiação de jovens ao PCdoB, muitos se filiam, permanecem na UJS e sem organismo partidário de militância, portanto, sem mecanismos permanentes de participação na vida partidária. Assinbléias de jovens às vésperas de Conferências, ou a sua distribuição em organismos de base já existentes são soluções precárias que limitam o papel destes filiados.

□ O Estatuto não faz distinção entre quadros e militantes; há apenas a exigência de 5 anos seguidos de militância para ser eleito ao CC. Ali não há referência à política de quadros, à importância de núcleos mais ou menos estáveis de direção etc.

□ Com o crescimento do Partido a eleição uninominal (com contraposições) dos

Comitês, definida no Estatuto, vai se chocando com os critérios de composição das nominatas, cada vez mais extensas. A proposta que o antigo Comitê faz, em geral, considera critérios de representatividade de áreas geográficas, de setor, de origem de classe, de gênero etc, além dos critérios tradicionais. A proposta é de uma "orquestra", de uma chapa. Mas a eleição é nome a nome.

□ O artigo 20, item , não responde à necessidade de organização em frentes como a ambientalista, a anti-racista, a de defesa dos direitos humanos. Há filiados que atuam prioritariamente nestas frentes e pedem organização partidária aí.

Por fim, os passos que dermos na discussão das teses sobre o partido e nas decisões que tomarmos no Congresso poderão reforçar a idéia de um novo texto para o Estatuto, mais conforme o partido de feição moderna, em expansão e que luta pelo socialismo renovado.

Maurício Grabois

Péricles Santos de Sousa é membro do Comitê Central.

A construção partidária

RODRIGO DE CARVALHO

A realização de nosso Congresso nos coloca uma tarefa de grande envergadura: dar conta da sustentação do mais importante instrumento de libertação do nosso povo, o nosso próprio partido. Mantê-lo e fazer com que ele dê conta das principais tarefas nos dias atuais são tarefas muito difíceis, sabemos bem. As origens dessas dificuldades e seus desdobramentos foram bem colocados pelas teses e este artigo tem a intenção de pontuar quatro elementos que considero fundamentais para analisar nossas debilidades.

A primeira, e talvez a mais importante seja a reafirmação da construção do partido de tipo leninista. Com os ataques que sofremos ao longo das últimas décadas, em especial a de 90, a luta de idéias tem tomado corpo imprescindível para nossa força política. O avanço da mentalidade individualista, a rejeição do tipo de organização coletiva e favorecimento dos anseios individuais, o questionamento às formas tradicionais de organização dos movimentos sociais e o discurso da substituição das lutas de classes sociais pela sua cooperação, tem nutrido o combate ao partido leninista.

A compreensão de nossas bases e direções intermediárias da importância da construção do partido nos organismos de base é pequena, menos entendida que a democracia partidária a partir do centralismo democrático. Os organismos de base quando são construídos, na maior parte das vezes, têm dificuldades em e manter com atuação constante. É recorrente ouvir indagações do por que da necessidade dos organismos de base se a construção do partido deve ser amplo e com a participação de todos, juntos, numa clara alusão de que a forma de organização por base é limitadora para o crescimento do partido. Nesses casos o que existe é a incompreensão prática

de como organizar o partido e mantê-lo com vida nos locais de atuação. Vários esforços nesse sentido já foram feitos, para citar o último "Nenhum Comunista sem Organismo de Base", e são importantes para educar e convencer a militância, mas de fato ainda não repercutiram nos resultados mais favoráveis. Uma solução imediata não há, senão a de convencer a militância na própria luta de idéias.

A segunda questão é o combate às práticas espontâneas, a partir dos planos de estruturação partidária, que tiveram sua implementação nas principais direções, mas ainda com pouca repercussão nas direções intermediárias que se estruturam muito em função das demandas apresentadas. A partir do movimento feito para cuidar mais e melhor do nosso partido, confirmou-se a situação dos baixos níveis de estruturação que existem nas direções intermediárias.

Para se aplicar as tarefas de se organizar, educar, divulgar e contribuir, o primeiro passo ainda em construção é de organizar os núcleos de direção com estas tarefas. Em particular, as finanças do partido ainda estão em situação delicada. Embora se tenha conseguido viabilizar um instrumento de captação de recursos como o sistema nacional de contribuição militante, ainda não se atingiu nem os níveis mais organizados do partido para a tarefa da contribuição. Talvez a realidade mais dura da construção partidária continue sendo a conquista da consciência dos militantes, em todos os níveis, para a sua justiça e necessidade. Ao entrar no quarto ano da aplicação deste sistema de contribuição, nos deparamos com uma contradição: ao mesmo tempo em que o sistema é considerado um importante instrumento para o militante contribuir com o partido, sua adesão é limitada. Salvo alguns casos, não há contestação ao sistema por parte da militância e das direções do partido. Então por que existe uma baixa adesão dos militantes?

São vários os argumentos que nos deparamos ao longo destes anos de debate com a militância, em especial, as direções intermediárias. Alguns dos elementos mais importantes são:

Embora não seja elemento de concorrência, existe um sistema próprio de contribuição militante em alguns municípios, em especial quando o partido começa a se estruturar e se fortalecer, exigindo aluguel de sede, material próprio de propaganda, campanhas diversas, etc;

O nível de espontaneísmo de nossa militância, em particular das direções intermediárias, continua muito alto. Na maioria dos municípios não existe debate político de finanças nem responsável pela direção para o acompanhamento da tarefa;

Em muitos casos, mesmo com a concordância coletiva da necessidade de potencializar este instrumento, individualmente o militante não está ganho para aderir ou por não concordar e não expressar essa opinião ou não considerar uma ação importante para a construção partidária;

Existem ainda, embora residual, problemas de ordem financeira do militante que está em dificuldades. Para este problema há iniciativas coletivas para tratar a possibilidade de exceção.

A ausência de recursos certamente é um dos elementos mais importantes para justificar nossas limitações. Contribuir com o partido faz parte de nossa organização, da educação e da consciência revolucionária de nossos militantes.

O terceiro aspecto de nossa limitação é como equilibrar a deficiência política e ideológica de nossa militância identificada a partir da construção do partido neste quinze anos de legalidade. A partir deste período, graças à justa política de nosso partido capaz de identificar e traduzir os principais problemas nacionais e agir sobre eles, arremetamos uma maioria de militantes de diversas áreas e opiniões, sinceros com a característica principal

de lutar por um país mais justo, mais correto. Daí houve uma defasagem ideológica daquele perfil de militantes que optaram pelo partido pelas condições acima mencionadas mais o seu caráter ideológico.

O PCdoB deve ser um partido de vanguarda e sem perder de vista sua característica de massa, amplo e ideologicamente bem definido. Com esta característica será natural encontrar em nosso partido militantes de perfil distinto, até sem entender muito bem o socialismo, mas sua continuidade e crescimento como quadro político exigirá desdobramentos do nosso partido ainda maiores para que ele seja atingido e convencido de nossa teoria científica.

O quarto e último aspecto deve ser entendido bem mais como um desafio que uma deficiência, trata-se da unidade dos comunistas brasileiros. Esse assunto complexo deve ser encarado como nossa responsabilidade. É preciso despende mais esforços para que tragamos para o seio de nosso partido todos os militantes que se consideram comunistas e tem sob a égide do marxismo-leninismo suas orientações. Como maior organização comunista do Brasil, o PCdoB deve capitanear esses esforços e conquistar outras organizações e outros indivíduos para esse projeto. Não cabe mais nesta conjuntura política mais de uma organização séria intitulada como comunista. É claro que haverá correntes esquerdistas e irresponsáveis que farão oposição a essa idéia, mas certamente o isolamento político de tais correntes as enfraquecerá e a percepção de um partido comunista unitário e forte referenciará ainda mais o nosso movimento comunista. A palavra de ordem é crescer e fortalecer o Partido Comunista do Brasil para romper com o atual sistema; fortalecer-se e se tomar poder.

Rodrigo de Carvalho é secretário de finanças do Comitê Estadual/SP.

Desafios dos comitês estaduais

CARLOS AUGUSTO DIÓGENES PINHEIRO

O esgotamento do projeto neoliberal no Brasil torna-se cada vez mais evidente. Amplas parcelas do povo estão compreendendo melhor a falácia dos "sólidos fundamentos" apregoados pelos neoliberais de plantão e sentem na própria pele a gravidade da crise que se avoluma no país. Abre-se a possibilidade de uma nova fase política, com a construção de um projeto voltado para os interesses maiores da nação.

No entanto, a consecução desse novo rumo, de ruptura com o atual, não será um processo simples, meramente eleitoral. Tem como centro a implementação de objetivos nacionais, defesa da soberania do país, conquista de avanços democráticos e sociais. Como tal, sofrerá o bombardeio do imperialismo americano e seus aliados internos, na defesa arraigada dos interesses contrariados. Criarão todos os tipos de dificuldades visando desmoralizar e inviabilizar um caminho independente. Tentarão desvirtuá-lo pelo atalho da chamada terceira via. Será um processo tortuoso, cheio de idas e vindas, com avanços e recuos, de intensa luta ideológica e de massas na sociedade.

A experiência histórica demonstra que num momento como este torna-se cada vez mais indispensável a presença atuante e forte de um Partido Comunista revolucionário. De um Partido de vanguarda, com visão estratégica, que saiba combinar cada batalha específica com a luta mais geral. De um Partido com grande inserção de massas, capaz de mobilizá-las e enfrentar em todos os níveis a reação dos poderosos. Possuidor da marca de ação unitária, aglutinador de amplos setores populares, democráticos e patrióticos.

O balanço destes 15 anos de legalidade aponta, ao lado do crescimento nas diversas frentes de atuação, lacunas e debilidades que precisam ser sanadas para enfrentar com êxito os desafios do momento.

A superação dessas debilidades passa pelo fortalecimento político, teórico e ideológico

co permanente das direções estaduais e dos principais comitês municipais. A solidez, capacitação, espírito proletário destas direções ganha relevo especial num país como o nosso, de dimensões continentais, níveis desiguais de desenvolvimento, aspectos culturais variados, movimento popular e democrático em estágios distintos e um partido com nível de construção bastante diferenciado. Os Comitês Estaduais são sustentáculos importantes do trabalho de articulação do Comitê Central, fazendo a ponte com o conjunto da estrutura.

Maior intervenção dos comunistas nas frentes sociais – sindical, juvenil, comunitária, gênero etc – maior ligação destas frentes com a luta política, mais integração do trabalho institucional com os movimentos sociais, são desafios que exigem avanço no funcionamento e interligação das comissões auxiliares dos Comitês Estaduais. Definição de jornadas unificadas de luta envolvendo todas estas frentes, desencadeando campanhas de massas, exige direção articulada, capacidade de elaboração, coordenação e execução. Este trabalho é fundamental para inserir o coletivo no leito das lutas populares, contribuindo para o seu desenvolvimento e politização.

A intensificação da luta teórica e ideológica é uma exigência para o salto na consolidação das direções e formação de uma corrente de pensamento marxista na sociedade. Polemizar nas universidades, com a intelectualidade, sindicalistas, lideranças populares, contrapondo às opiniões neoliberais, reformistas e trotsquistas as idéias do socialismo renovado é vital para afirmação do Partido Comunista nos setores pensantes, formadores de opinião. A diferenciação dos comunistas não se dá somente no campo político, mas também no teórico e ideológico.

Internamente, estruturar com periodicidade os cursos de formação possibilitando o estudo, a elevação do nível teórico dos dirigentes municipais e de base. A partir dos Comitês Estaduais, das Comissões Políticas, estabelecer a cultura da prática da crítica e autocrítica, com

naturalidade e equilíbrio, no momento exato e em cima de fatos concretos, ajuda a formação de um espírito proletário no coletivo, combate desvios e reforça a unidade partidária. Fincar na militância a confiança na perspectiva revolucionária, nos valores nobres, culturais, de resistência e luta do nosso povo. São questões centrais para o fortalecimento ideológico da militância, que exigem dedicação, empenho de um núcleo central em cada estado.

Preocupação constante com o estudo da realidade regional, compreensão das principais tendências políticas, transformações sócio-econômicas ocorridas nas últimas décadas, história e lições das lutas populares são essenciais para o avanço das direções. A inclusão de uma aula no Cifoma sobre a realidade estadual é uma iniciativa que deve ser estimulada. O conhecimento da história de luta do nosso Partido desde 1922 em cada estado, acredito, é praticamente inexistente. A prática do estudo minucioso da realidade concreta deve ser estimulada nos municipais e bases.

A diferenciação de nossas posições políticas e uma maior visibilidade do Partido precisam ser preocupação dos dirigentes de massa, partidários e parlamentares comunistas, no trabalho de frente que realizam no dia a dia. Essa visibilidade ganha destaque nas campanhas eleitorais quando lançamos candidatos para as disputas majoritárias. No entanto, não podemos cair em artificialismos, pois o resultado termina sendo negativo. A projeção dos principais dirigentes enquanto direção partidária valoriza o papel do PCdoB.

A superação do atraso na construção orgânica, a estruturação num número maior de municípios, nas principais empresas, universidades, escolas, distritos, bairros, não é uma tarefa só do secretário de organização. É um trabalho articulado de todas as secretarias, comissões, dirigentes de massa e parlamentares. Cultura, a busca diária e permanente da montagem de nossa estrutura, impulsionando o seu funcionamento e consolidação em todos os níveis, independente das formas de organização já exis-

tentes de massa, é fincar raízes do socialismo em cada local. Trabalhar de forma organizada, com planejamento e controle de metas é uma prática a ser levada aos municipais e bases.

Uma política de formação permanente de quadros, associada ao aproveitamento e promoção de acordo com as qualidades e características pessoais, é essencial para compor a máquina partidária, em permanente processo de crescimento e de novas exigências. A experiência demonstra que nas direções é necessário associar núcleos de companheiros profissionalizados, experimentados na luta, respeitados pelo coletivo, com dirigentes de massas, parlamentares, trabalhadores, jovens etc. Homens e mulheres que reflitam no fundamental a atuação na região, com melhores condições políticas e ideológicas de conduzir o coletivo no sentido do crescimento e consolidação. Neste processo de Congresso serão renovadas todas as direções, desde as bases até o Comitê Central, num processo de revitalização importante da nossa organização.

Sem sombra de dúvida, entre as maiores vitórias do Partido neste período de legalidade, está a reconstrução do Comitê Central e Comitês Estaduais, duramente atingidos pela ditadura militar. Quis neste artigo ressaltar que o avanço partidário em cada estado, independente do grau de organização em que se encontre, está em grande parte no papel instigador, impulsionador, renovador, na busca incansável do apreender e aprimorar das direções estaduais. Avançar na compreensão do papel de um órgão dirigente estadual, com grandes e complexos problemas a resolver, é um desafio do presente. Valorizar as reuniões, contribuir na pesquisa, elaboração e debate, cumprir as decisões, preocupar-se com o Partido e sua unidade é tarefa número um, superior a qualquer outra de massa, de todos aqueles que serão eleitos para cargos de direção pelo coletivo partidário.

Carlos Augusto Diógenes Pinheiro, presidente do C.E. do Ceará e membro do Comitê Central.

Por um jornal nacional de massas

JÚLIO VELOSO

"A grande arma de nossa divulgação é, sem dúvida, um diário de massas. Ele é o veículo número um de nossa política no meio do povo. É tão vital para o partido quanto o ar que respiramos." (Maurício Grabois - "Levemos nossa política às massas")

Um partido que se pretende de massas e de vanguarda precisa falar para fora, em especial para os trabalhadores e setores mais oprimidos.

Nossa propaganda tem um sistema composto por um jornal voltado para o público interno (*Classe*) e uma revista teórica (*Princípios*). Além disso, temos instrumentos sazonais como a propaganda eleitoral gratuita de televisão e rádio.

Salta aos olhos, nesse sistema de propaganda, a ausência de instrumentos que tenham como meta atingir os amplos setores do povo, em especial os trabalhadores. Essa realidade subverte o que deveria ser o princípio norteador do trabalho de propaganda: a divulgação para as amplas parcelas.

Isso é grave e é mais um sintoma do fenômeno constatado na Conferência Sindical Nacional, de que o partido descuidou de sua construção entre os trabalhadores. Como pôde ser encarado com naturalidade e por tanto tempo, o fato do partido não ter uma publicação que visasse alcançar seu público-alvo preferencial?

Alguns companheiros podem argumentar que o partido já lança mão de instrumentos de

propaganda para amplas parcelas do povo, como o trabalho de nossos parlamentares e os nossos programas de televisão. No entanto, esses instrumentos têm grandes limitações. É fato que a ação de nossos parlamentares resulta em propaganda para o partido, mas essa é sempre secundada (pelo próprio caráter da função) pela propaganda do próprio parlamentar. No caso da TV, apesar dos notáveis avanços do último período, quando buscamos nos aproximar de uma linguagem mais publicitária, os programas são semestrais, e mesmo assim nem sempre estão voltados para o nosso público prioritário.

O partido precisa recompor seu sistema nacional de propaganda, lançando mão entre os seus instrumentos de um jornal de massas nacional, de periodicidade regular, voltado em especial para os trabalhadores. Um jornal com linguagem acessível e tiragem massiva, que seja distribuído de maneira gratuita onde é prioritária a construção partidária. Um material que pautado o partido para estar presente todos os meses na porta das principais empresas, universidades, escolas. Um instrumento que jogue o partido para fora, para a disputa das consciências, para a luta pela hegemonia de idéias.

Essa necessidade, que já era premente anteriormente, tomou caráter de urgência a partir do desafio apontado pela Conferência Sindical: construir o partido e sua influência entre os trabalhadores. Esse desafio deve mobilizar a energia criadora dos comunistas e não pode ser encarado rotineiramente. Para ilustrar podemos

dizer que a secretaria nacional de finanças deve lutar para financiar o esforço, a de organização para mobilizar o partido e a de propaganda para dar ao partido instrumentos que possibilitem a abordagem dos trabalhadores. Do contrário teremos uma resolução de estante.

Em São Paulo tivemos uma experiência interessante com o lançamento, há dois anos, do jornal *Alerta SP*. O partido no estado, ao se colocar o desafio de expandir suas fileiras e sua área de influência, constatou a necessidade de lançar mão de um instrumento dirigido aos trabalhadores e setores mais oprimidos da sociedade. O jornal tinha uma tiragem pequena no começo, mas foi ganhando corpo, e por responder a uma enorme demanda reprimida, foi abraçado com entusiasmo pelo partido. Hoje distribuimos 110.000 jornais em duas edições mensais (uma voltada para capital e outra para o interior). O *Alerta SP* pauta boa parte da intervenção pública do partido, e é garantia de uma presença constante nas fábricas, escolas, bairros. Cerca de 40% do jornal é distribuído em fábricas e já pudemos constatar resultados entre os operários.

No número anterior da *Tribuna*, foi defendida a idéia de que um jornal de massas nacional não deveria ser lançado, já que o ideal é que tivéssemos jornais regionais. É fato que o ideal seria termos jornais regionais de massas, que reproduzissem toda a riqueza das especificidades do Brasil continental. Mas deixar nas mãos dos comitês regionais a tarefa de elaborar jornais de massas regionais, nas atuais condições do parti-

do, equivale a abrir mão de termos o jornal de massas. A debilidade do nosso trabalho de propaganda nos estados desautoriza ilusões. A Secretaria Nacional de Propaganda deve assumir para si a tarefa de produzir o jornal de massas nacional do partido, que pode ser impresso de maneira descentralizada nos estados.

O argumento utilizado de que na história do partido, quando tivemos instrumentos de massas, eles foram regionais desconsidera o contexto histórico. Os jornais de massas regionais citados foram publicados no pós-guerra - os anos de ouro para os comunistas. Era a época das filas de trabalhadores nas portas dos comitês do partido pedindo filiação, dos nossos jornais que se vendiam aos milhares nas bancas de jornais, e dos jornalistas e intelectuais que se apresentavam voluntários para trabalhar para os jornais comunistas. Esse momento não parece ter parentesco com o atual. Além disso, podemos citar para justificar a existência de um jornal nacional de massas, a *Tribuna Operária*.

Se esperarmos pela realidade em que podemos ter instrumentos regionais de massa por todo o país, viveremos ainda um longo período sem um instrumento que nos auxilie na tarefa principal de um partido como o nosso: se construir entre os trabalhadores.

Júlio Veloso é secretário de propaganda do Comitê Paulistano/SP

Fortalecer os instrumentos nacionais

DIVO GUISONI

Nesta participação na *Tribuna de Debates* do 10º Congresso quero ressaltar a importância que tem o novo rumo traçado e encaminhado pela comissão de formação - itens 166 e 167 das teses - em que tira ensinamentos das derrotas sofridas pelo socialismo e procura dar conseqüências ao *Programa Socialista* para o Brasil, aprovado na 8ª Conferência. Conhecer a formação econômica, cultural, social e política do país são premissas fundamentais para um programa de ruptura com o sistema de exploração dominante e para a construção da nova sociedade socialista, com a cara de nosso país e do povo, que o PCdoB defende.

Penso que o Partido precisa avançar mais no esforço coletivo, com cursos de diversos níveis, que respondam à necessidade dos militantes e à demanda da luta de classes, cada dia mais complexa e difícil. Mas, sou de opinião de que o Partido deve desenvolver esforços pela valorização do estudo individual. O que estudar, como estudar, qual a relação entre a ação política de massas e o estudo individual, pois não teremos bons líderes de massa e partidários sem o estudo e a dedicação individual. O estudo tem que fazer parte da atividade dos dirigentes e lideranças, sem o qual fica muito limitada a capacidade da análise viva e a correta intervenção na realidade. O Partido precisa avançar na dialética teoria-prática. Nada e ninguém pode substituir o esforço individual na formação do dirigente comunista.

Outra preocupação é com os camaradas

do Partido que decidem fazer carreira acadêmica. No item 176, parte final, a tese fala da importância de reaproximar PCdoB da intelectualidade progressista.

Tem crescido o número de comunistas fazendo pós-graduação, dando aulas em universidades e ocupando postos importantes no ensino. Apesar de toda a adversidade que os comunistas enfrentam, as idéias programáticas do socialismo e as análises que o Partido faz, no geral, são bem recebidas. Mas, parece-me que a maioria dos comunistas que segue caminho acadêmico acaba se afastando do Partido, caminhando, por assim dizer, por um via paralela à do Partido. A pressão ideológica é muito forte contra os que se dizem comunistas do PCdoB.

Penso que as comissões de organização, formação e propaganda devem reunir os camaradas e amigos desta frente para conhecer melhor sua realidade, analisá-la, sistematizá-la e tirar uma orientação mais coletiva.

Tal ativo, entre outros pontos, poderia avaliar melhor por que é pequena a contribuição desses camaradas com a revista *Princípios* e tirar algumas diretrizes. Seja enviando críticas para melhorá-la, seja enviando artigos para enriquecê-la, ou seja, utilizando-a mais amplamente nas salas de aula. Numa reunião como a que me referi, esta questão da revista pode ocupar boa parte da pauta, pois é um instrumento vivo e vitorioso do Partido, bem aceito, voltado a este meio, que precisa ser potencializado. Se organizarmos a utilização da revista nas universidades, o Partido poderá avançar muito e criar condições para junto transformar o Instituto Maurício Grabois no instrumento que dele o Partido quer.

Por último falo do *Jornal A Classe Operária* e a revista *Princípios*. A *Classe Operária* passou por várias metamorfoses nesses 15 anos de legalidade. Hoje goza de certo prestígio no seio do Partido e tem alguns pontos quase de consenso para melhor cumprir o seu papel de órgão do Comitê Central, voltado para os filiados, militantes e amigos do Partido. Precisa ser um instrumento mais vivo e ágil; precisa ser oxigenado pelas informações do Partido do país inteiro; precisa que o coletivo banque financeiramente o jornal e tenha uma equipe maior, que dê conta dessas tarefas.

Em relação a um jornal de massas do Partido não seria *A Classe Operária* e não tratarei do mesmo por ora.

Quanto à *Princípios*, acredito ser um instrumento de aprovação ampla, mais consensual dentro e fora do Partido. Um projeto vitorioso, cujos méritos são do Partido. Mas há incompreensões grandes sobre a revista, que se não forem superadas colocam em risco sua sobrevivência. Refiro-me primeiro à circulação. A tiragem é pequena, a maioria de quase 2/3 do Comitês Estaduais, não trabalha com cotas da revista e o número de assinantes é muito pequeno. Se não houver um esforço para mudar esta situação, a *Princípios* não jogará o papel que pode e deve desempenhar na luta de idéias e corre o risco de desaparecer ou se burocratizar.

Estou de acordo com o Comitê Central quando afirma que *A Classe Operária* deve chegar ao conjunto dos militantes e filiados para orientar e informar sobre a vida do Partido.

A revista *Princípios* é um instrumento da

luta de idéias do Partido, voltada para a área acadêmica, intelectuais, professores, formadores de opinião, dirigentes e lideranças do Partido. O quadro do Partido que estuda os principais artigos da *Princípios* compreende melhor as questões da luta de classes, da luta de idéias do dia a dia e eleva a qualidade de sua intervenção. E são os dirigentes do Partido que têm, junto com a Editora, a responsabilidade de sustentar, melhorar e ampliar a revista e o fazem ao solicitar e pagar cotas para colocá-la ao alcance dos quadros e público-alvo; ao assinarem a revista e garantir uma circulação mínima e estável da mesma; ao enviarem sugestões, opiniões, críticas e matérias para melhorá-la cada vez mais.

No processo do 10º Congresso e dos 80 anos do Partido é mais do que oportuno, junto com várias tarefas para fazer as Conferências vitoriosas, abraçar a consigna "NENHUM DIRIGENTE SEM *PRINCÍPIOS!*", para chegarmos aos 80 anos do PCdoB com 4 mil assinaturas. Assim a revista alavancará muito a ação do Partido, dando uma qualidade melhor à intervenção dos dirigentes e formando uma ampla corrente de opinião de ruptura com o neoliberalismo e defesa do socialismo.

As revistas *Presença da Mulher* e *Debate Sindical* são também instrumentos importantes do Partido, voltadas para as frentes feminina e sindical, que precisam ser apoiadas e fortalecidas pelo coletivo partidário, sem o que não cumprem com seu papel.

Divo Guisoni é secretário de organização do Comitê Centro do PCdoB/SP.

Nada como um dia após o outro!

CARLOS GEOVANI MACHADO

inaugurar o século XXI com um Congresso recheado de debates de alto nível, elaborações e discussões renovadas acerca dos fenômenos econômicos, políticos e sociais que envolvem a humanidade, buscando apontar outros rumos que não o caminho da barbárie neoliberal, nos dias atuais é, no meu entender um marco, um registro histórico sem igual na belíssima trajetória de vida do Partido Comunista do Brasil e de seus membros.

Mais do que situar o coletivo partidária e (sem falsa modéstia) e armar o povo, o Congresso tende a orientar-se pela afirmação cien-

tífica, pela convicção revolucionária, pelo caráter político e ideológico que rege o Partido na sua gigantesca tarefa de linha de frente na batalha pela construção do socialismo na terra do samba, do futebol, da cerveja e do carnaval!

O que me chama a atenção neste processo é que o PCdoB, cada vez mais, se afirma com um Partido ideológico, sabe o que quer porque se arma pelo marxismo-leninismo, tenta romper com dogmas e não se entrega a vacilações e "modismos teóricos" contemporâneos que tentam negar a necessidade e o papel do Partido de vanguarda da classe operária como uma ferramenta poderosa de transformação radical nos marcos do atual regime moribundo.

Problemas de estruturação orgânica, de comunicação e propaganda, de finanças, de ligação com as massas, enfim, problemas de Partido, nada tem sentido se não estiver vinculado ao desafio macro: a busca do novo rumo, socialista, para o Brasil!

Vejam o nível superior do debate que está colocado para os comunistas brasileiros! Vejam, que extraordinária façanha superar lutas ideológicas, como em 1962, contra os revisionistas e chegar em 2001 firme, e em crescimento enquanto os renegados do socialismo sucumbiram como pó numa organização desfigurada como o PPS de Ciro Gomes e Freire. Nada com um dia após o outro! O desafio do Partido não é con-

tra uma ameaça de desfiguração ideológica, ao contrário, é de como se afirmar cada vez mais revolucionário, de como ampliar sua influência no meio operário, como ganhar as amplas massas para o socialismo. Isso é fantástico! Que a burguesia, as elites arrogantes e prepotentes (que se intitulam perpétuas no poder) percam o sono porque o 10º Congresso do PCdoB apontará um novo rumo para o Brasil e fará muito barulho para aglutinar os amplos setores populares, democráticos e populares que constroem o Brasil justo, soberano e popular com a cara e a alegria generosa de sua brava gente. Quem viver verá!

Carlos G. Machado, da Comissão de Finanças/RS.

MOVIMENTO

Direito por inteiro

FELIPE MAIA E CARLA SANTOS*

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, anunciou esta semana que o governo vai editar medida provisória para impedir que apenas a UNE e a Ubes emitam carteiras estudantis. Vindo do governo Fernando Henrique, não causa surpresa.

Afinal, o ministro foi o promotor do maior desmonte já visto nas universidades públicas, a maioria delas em greve no momento. Ganhava críticas até de companheiros de primeira hora, como a professora Eunice Durham, por promover um "liberou geral" na abertura de cursos superiores privados, com várias denúncias de trocas de favores entre nomeados do ministério e donos de escola.

Como o ministro, assim como o governo de que faz parte, não consegue suportar críticas, partiu agora para o ataque contra a organização dos estudantes, que teimam em resistir a um governo corrupto, que colocou a universidade brasileira em uma das maiores crises que já se viu.

A emissão de medida provisória sobre carteira de estudante é, antes de tudo, um ato arbitrário, autoritário, bem ao estilo imperial de um governo que prescinde do Congresso e da sociedade para governar. Desacostumados ao debate e abraçados a decretos, editam medida provisória na mesma proporção que assinam cheques para comprar votos e salvar banqueiros amigos da falência.

Diz o ministro que pretende "ampliar" a meia-entrada, pois hoje a UNE e a Ubes deteriam "monopólio" da concessão das carteiras. Infelizmente, acreditar nas "boas intenções" do ministro

equivale a acreditar em Papai Noel. Como ele não tem coragem de assumir que pretende, sim, acabar com a meia-entrada e enfraquecer as entidades estudantis, resolve posar de "democrático".

Esse argumento não é novo. Foi o mesmo usado durante a ditadura, quando foi grande o combate não só à meia, mas também à carteira e às entidades estudantis – até que o general Figueiredo acabou com o direito em 83, alegando a falta de controle sobre a emissão das carteiras (que desde o início do regime militar foi tirado da UNE, e por isso havia, em 1983, milhares de carteiras diferentes e a grande maioria era falsificada), mas não apenas isso. Na época, um dos argumentos usados era de que a meia era "privilégio" dos estudantes, que mais "democrático" seria a concessão do direito para todos, em horários especiais. Desde então ficou claro que a idéia da "meia para todos" era o caminho para prevalecer a "meia para ninguém". Qualquer semelhança com o que pretende o governo Fernando Henrique não é mera coincidência.

E mais: já existem exemplos, hoje em dia, de como funciona o método proposto pelo ministro – de emissão da carteira por qualquer entidade. Em Brasília é assim e, na prática, tornou-se impossível o controle sobre a emissão das carteiras, o direito é desrespeitado e o documento questionado. O resultado é que meia-entrada para estudante na capital federal, na prática, não existe. É este exatamente o caminho proposto pelo governo.

A outra face do ataque é a necessidade de enfraquecer as entidades estudantis. Os recursos arrecadados com as carteiras é distri-

buído igualmente entre a UNE, as UEEs, DCEs e centros acadêmicos de todo o país. São esses recursos que permitem a livre organização de atividades políticas, acadêmicas e culturais – como a campanha pela redução das mensalidades, as passeatas pela CPI da corrupção, a campanha em defesa da universidade pública, as bienais de cultura, as semanas esportivas e culturais realizadas em vários Estados. A UNE não precisa do governo ou de financiamentos privados para realizar suas atividades, que tanto incomodam o governo. É desse "incômodo" que o ministro Paulo Renato pretende se livrar.

A ingerência do governo em assuntos que só dizem respeito às entidades dos estudantes é uma atitude, no mínimo, arbitrária e inaceitável. Encontrará, sem dúvida, muita resistência, até o ministro entender que faria melhor gastando tempo e energia em resolver os inúmeros problemas de sua pasta: falta de professores nas universidades federais; fiscalização de faculdades particulares que se multiplicam com o aval do MEC feito botequim em cada esquina, sem oferecer um mínimo de qualidade; violência nas escolas; desvios no Fundef; analfabetismo...

A meia-entrada foi um direito duramente conquistado, e queremos esse direito por inteiro. Não vamos permitir que um ministro demagogo, que age como mero ajudante-de-ordens do Banco Mundial ataque este direito – seja qual for a forma escolhida para nos atacar.

*presidentes da UNE e da Ubes



Wadson Ribeiro e Felipe Maia, no Congresso da UNE

Repúdio às declarações do ministro da Educação

A Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil vem a público manifestar o seu mais veemente repúdio às declarações do ministro da Educação, sr. Paulo Renato Souza, veiculadas no jornal *O Globo* de 14 de agosto de 2001.

De acordo com a matéria assinada pelos jornalistas Helena Chagas e Rodrigo França Taves, o ministro afirmou que a receita das carteirinhas da União Nacional dos Estudantes sustenta o PCdoB.

Tal afirmação não passa de ominosa calúnia contra um partido político que se sustenta única e exclusivamente da arrecadação entre centenas de milhares de militantes e simpatizantes, além das verbas oficiais do Fundo Partidário. As contas do Partido Comunista do Brasil são fiscalizadas e aprovadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

As mentirosas afirmações do ministro da Educação do governo entreguista e antipopular de FHC não passam de uma abjeta tentativa de criar ambiente político hostil a uma força política cada vez mais respeitada e influente na vida nacional, sendo assim mais uma expressão da odiosa política discriminatória e antidemocrática do governo federal contra a oposição.

Ao manifestar seu repúdio às calúnias do ministro da Educação, que será interpelado judicialmente, o Partido Comunista do Brasil reafirma sua orientação política de oposição ao governo de FHC.

São Paulo, 14 de agosto de 2001

Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil

Homenagem a Jorge Amado

HAROLDO LIMA*

A nação brasileira tomou conhecimento da morte, ontem à noite, no meu Estado da Bahia, de Jorge Amado. Escritor de grande nomeada, de projeção nacional e internacional, membro da Academia Brasileira de Letras, projetou o Brasil falando das coisas do povo, em particular da gente simples, mais humilde, caracterizando em muitos dos seus romances as figuras típicas e folclóricas da Bahia, enfocando os costumes e luta daquele povo.

Jorge Amado teve trajetória muito complexa. Não se considerava escritor de grande cultura literária. Foi criticado em algumas oportunidades por escritores, literários e críticos que observavam em seus romances certos aspectos não condizentes com o elevado escol literário. Mas Jorge Amado foi um grande contador de histórias. Contou a história da Bahia, da zona do cacau, das lutas, do sofrimento, das esperanças, sonhos e romances de sua gente.

Por outro lado, Jorge Amado também foi político. Hoje pela manhã, quando tecia comentários a respeito de Jorge Amado, fiz uma observação. É interessante como a imprensa resvala ao fazer apreciação unilateral da trajetória daquele

homem. Jorge Amado foi político da juventude à idade madura. Não passou poucos anos sendo político, mas a maior parte de sua vida. Terminou-a fazendo declarações políticas.

Jorge Amado foi filiado ao Partido Comunista do Brasil. Hoje é publicado nos jornais que ele foi do Partido Comunista Brasileiro. Ora, em 1940, quando foi eleito deputado federal, não existia o Partido Comunista Brasileiro, que surgiu em agosto 1961 de uma cisão do movimento comunista internacional que repercutiu em nosso país. O antigo Partido Comunista do Brasil terminou sendo dividido entre o velho Partido Comunista do Brasil e um partido chamado Partido Comunista Brasileiro, que também, de certa maneira, já encerrou o seu papel, transformado em PPS, embora sobreviva em outro setor que mantém essa bandeira.

Jorge Amado, entretanto, foi Constituinte junto com João Amazonas e Maurício Grabois, líder do Partido Comunista do Brasil na Constituinte de 1945/1946, de quem era liderado Jorge Amado. Havia diversos outros membros desse Partido. O velho João Amazonas, companheiro de bancada



O escritor baiano com o líder comunista cubano Fidel Castro

de Jorge Amado, lembra-se ainda como o escritor baiano era uma figura como todos os militantes comunistas daquela época: disciplinado, arguto, cioso.

A bandeira do respeito à liberdade religiosa, fazendo parte da Constituição foi levantada por Jorge Amado na Constituinte de 1946, por orientação do Partido Comunista do Brasil. Mais à frente, o escritor baiano fez diversos romances, alguns dos quais marcaram época em nossa história.

Em minha mocidade e durante o tempo em que fui preso político em São Paulo e na Bahia, o que

circulava com mais força nos presídios era a trilogia de Jorge Amado intitulada *Subterrâneos da Liberdade*. Era o livro mais lido.

Queremos ressaltar também que, durante aquele período em que fomos presos políticos em São Paulo, escrevemos para Jorge Amado pedindo alguns de seus romances e ele encaminhou-nos um pacote com seus livros com um bilhete muito afetivo, chamando a atenção para aqueles momentos pelos quais também havia passado, justamente ele, que também foi preso político. Jorge Amado mandou-nos o livro *Capitães de A-*

reia, cujo ápice é a realidade de um menino como esses meninos de rua que hoje permeiam as nossas cidades.

O coroamento de Jorge Amado em sua vida e sua luta foi seu ingresso no Partido Comunista do Brasil. Afastou-se do partido, distanciou-se da militância política de esquerda mais ativa. Entretanto, nunca deixou de viver momentos como este.

Lembramo-nos de entrevista concedida por ele ao jornal *Expresso*, de Lisboa, em 1998. Portanto, há pouco tempo. Terminava com diversas passagens interessantes, entre as quais selecionamos uma que consideramos central: "O contrapeso para o capitalismo só pode ser o socialismo; só nos resta o socialismo, mais nada". Essa é a frase com a qual encerramos a nossa homenagem ao baiano Jorge Amado.

Em tempo, encaminhamos requerimento em nome de diversos Deputados da Bahia à Presidência, para que esta Casa promova sessão solene em homenagem ao grande vulto que foi Jorge Amado.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Pronunciamento na sessão da Câmara dos Deputados do dia 7 de agosto de 2001

Um cenário de crise

UMBERTO MARTINS

Crise globalizada, com tons mais dramáticos na América Latina, compõe a característica mais notável da conjuntura do sistema capitalista internacional.

Os problemas começam pelos Estados Unidos, onde a indústria, em recessão registrou em julho o décimo mês de queda consecutiva, os demais setores da economia estão em franca desaceleração, os lucros das corporações declinam e o preço das ações experimenta forte desvalorização. São fatos que provam a falsidade da chamada Nova Economia, conceito ideológico criado e difundido pelo Departamento de Comércio dos EUA que predizia o fim das crises cíclicas e um crescimento ininterrupto do PIB norte-americano. O horizonte que a vida desenha é outro.

Parasitismo e decomposição

A crise da economia norte-americana merece especial atenção pelos seus impactos sobre a economia internacional. Trata-se do maior mercado mundial. Somente o seu déficit comercial (a mais perfeita tradução do parasitismo do império) corresponde a cerca de sete vezes o valor das exportações brasileiras. Quando um mercado de tal dimensão recua, as vendas do resto do mundo para os EUA, que constituem boa parte das exportações globais, evoluem no mesmo sentido.

Os norte-americanos também são o maior receptor dos investimentos realizados pelos bancos e multinacionais da União Européia e Japão, cujos negócios também estão sincronizados com a sua crise.

A possibilidade de uma queda vertiginosa do dólar frente ao euro e ao iene, precipitada pela combinação da recessão com as necessidades de financiamento de um déficit em contas correntes na casa dos 450 bilhões de dólares anuais, é outro fantasma que ronda a conjuntura. Embalado pelas "ilusões de prosperidade" (conforme a definição do economista Paul Krugman) criadas pelo ciclo de crescimento dos anos 90, o dólar experimentou forte alta nos últimos anos frente ao euro e ao iene, alcançando um valor artificial, que não tem correspondência com o comportamento da balança comercial.

Até mesmo os técnicos do Fundo Monetário Internacional já estão alertando que a situação é insustentável e a moeda norte-americana tende a sofrer uma marcante depreciação. Tal previsão pode não se confirmar, a exemplo do que em geral ocorre com as previsões do Fundo. Todavia, cedo ou tarde a hora da verdade vai chegar para o dólar, apresentando a conta salgada do parasitismo e

evidenciando o processo de decomposição do império, ainda hoje mascarado pela máquina de propaganda da Casa Branca e as "ilusões" da prosperidade financiadas pelo capital estrangeiro.

Colapso do sistema financeiro

Os desequilíbrios nas contas que compõem o balanço de pagamentos do império têm sido a principal fonte do colapso da ordem financeira internacional, ainda sustentada na hegemonia do dólar e em instituições caducas como o FMI e o Banco Mundial. Pouco mais de quatro anos após as turbulências cambiais que sacudiram o sudeste da Ásia (desdobrando-se posteriormente na moratória russa, decretada em agosto de 1988, na maxidesvalorização do real, em janeiro de 1999, e na agonia do peso argentino), já parece evidente que as causas fundamentais daqueles acontecimentos – as dívidas e passivos externos dos EUA e dos países generosamente classificados pelo FMI como "emergentes" – não foram removidas.

Ao lado dos problemas econômicos dos EUA, também se projeta um horizonte crítico no Japão e outros países asiáticos (à exceção de China, Índia e Malásia) e na União Européia, onde a moda é pautada pela revisão para baixo das estimativas de crescimento.

E é nos "países emergentes", em especial sobre as veias abertas da nossa América Latina, que a crise econômica – associada ao crescimento das dívidas e passivos externos – atinge proporções mais alarmantes e se desdobra progressivamente em sérios conflitos sociais.

O desempenho das economias nos países socialistas, principalmente na China – que exibe há anos um crescimento robusto e ininterrupto –, revela um apreciável contraste com a mediocridade generalizada do capitalismo. Países que não se submeteram às orientações do FMI, como a Índia e a Malásia, também estão obtendo melhores resultados.

Ameaça de recolonização

Entrelaçada com a crise econômica verifica-se, na esfera da geopolítica, a emergência de sérias contradições entre a estratégia hegemônica do imperialismo norte-americano, a ofensiva para recompor a sua liderança econômica (em boa medida perdida para a União Européia) e os interesses das nações latino-americanas. Em interação com este fenômeno há o aguçamento dos conflitos comerciais entre as grandes potências, refletidos num aumento invulgar do protecionismo e na disputa pela liderança dos blocos regionais.

O projeto de formação da Á-

rea de Livre Comércio das Américas (Alca) se desenvolve neste contexto, como uma iniciativa dos imperialistas estadunidenses para fortalecer suas posições nos mercados da região. Integra com o Plano Colômbia, na esfera militar, uma estratégia hegemônica que carrega uma séria ameaça para os povos latino-americanos: a perspectiva de recolonização. Parece orientar-se por este mesmo propósito as experiências de dolarização da economia em curso no Equador e El Salvador.

Cresce, simultaneamente, o apetite dos EUA e de algumas potências européias sobre a Amazônia, traduzido nas recorrentes insinuações de que ela deve ser "globalizada" sob o pretexto de preservar o meio ambiente.

Chantagens contra a Argentina

A vulnerabilidade das economias às flutuações do fluxo de investimento externo, agravada nos últimos anos pela política neoliberal, fragiliza os países e governos da região, reduzindo a capacidade de resistência às chantagens, pressões e imposições imperialistas. Sinal disto é a tentativa de incluir a construção de uma base militar norte-americana na cidade de Salta (na fronteira da Argentina com a Bolívia) como condição do apoio da Casa Branca e do FMI à renegociação da dívida externa e concessão de novos empréstimos ao governo de la Rúa. A nova e constrangedora condicionalidade, confirmada por fontes do próprio governo argentino, hoje às voltas com uma séria crise cambial, permitiria aos EUA um maior controle sobre a região amazônica.

Esses fenômenos não são corriqueiros. Fazem parte de um novo cenário geopolítico, em gestação, e não podem ser encarados e abordados de forma rotineira pelos trabalhadores. A instabilidade dá o tom dos nossos dias. Não vivemos uma situação comum e não devemos nos dar ao luxo de apostar numa evolução tranqüila e pacífica do quadro político nos próximos anos. O movimento sindical, as forças patrióticas, democráticas e progressistas do Brasil e da América Latina devem colocar as barbas de molho e preparar o espírito para grandes batalhas em defesa da Amazônia e da autodeterminação dos nossos povos e nações.

Questão nacional

O problema nacional vai se colocando no centro da luta de classes no Brasil e demais países da América Latina. O perigo que nos ronda tem cara, nome e data. No calendário do império, a Alca deve ser realidade daqui a quatro anos (2005). Não é um problema

teórico. O Plano Colômbia já está em curso. A eclosão de novas crises cambiais na Argentina e Brasil, ao jogar os governos de de la Rúa e FHC nos braços do FMI, abre caminho a concessões inaceitáveis e ao aguçamento dos conflitos sociais. A "reforma trabalhista" prometida por FHC ao FMI é exemplar neste sentido.

Anos seguidos de renegociações das dívidas externas, concluídas invariavelmente com a capitulação das classes dominantes aos interesses da oligarquia financeira internacional, sugerem que a questão nacional não poderá ser resolvida nos marcos do neoliberalismo. Sua solução pressupõe a ruptura com o FMI e os Estados Unidos, assim como a construção de políticas econômicas alternativas, em contraposição à Alca, ao Plano Colômbia e à estratégia hegemônica do império. A luta em defesa dos interesses nacionais está estreitamente vinculada às batalhas contra a flexibilização dos direitos sociais, o desemprego e a política subserviente de nossas elites.

Multiplicam-se os sinais de revolta dos povos contra a ofensiva reacionária do capital e à ordem imperialista neoliberal. Na América do Sul, sobretudo na Venezuela, Colômbia e Equador, a resistência adquire formas avançadas de luta, atingindo inclusive o patamar da busca de um novo rumo para seus povos. O descontentamento popular na região refletiu-se no crescimento eleitoral da esquerda em alguns países (caso do Brasil e Uruguai), no levante dos índios equatorianos, frustrado por um golpe branco desfechado pela cúpula das Forças Armadas, nas revoltas populares observadas na Bolívia e em diversas regiões da Argentina.

O clamor por mudanças populares foi mais nítido e forte na Venezuela, que fez um enérgico pronunciamento antineoliberal com a eleição do presidente Hugo Chávez e aprovou em referendo realizado no final do ano passado uma Constituição democrática, que prevê a reformulação radical das velhas e corrompidas instituições do Estado.

A crise brasileira

As estatísticas econômicas indicam que o Brasil caminha para a recessão, impulsionado pelas crises energética e cambial. A recuperação econômica iniciada no segundo semestre de 1999, alardeada com tanto ufanismo pelo governo, revelou-se brevíssima. Como pano de fundo deste cenário temos o crescimento da dívida e do passivo externo do país, a reversão do fluxo internacional de capitais (com sensível redução dos investimentos e empréstimos para os "emergentes") e as crises da Argentina e dos EUA.

Em boa medida, os dilemas vividos hoje pela nação brasileira resultam dos seis anos de governo FHC, que aqui aplicou com canina fidelidade os preceitos do neoliberalismo. Tem sido um governo de tristes recordes, que entregou estações, abriu fronteiras para investidores e especuladores estrangeiros, estimulou e continua estimulando um processo inédito

de desnacionalização econômica, aboliu e reduziu direitos previdenciários e trabalhistas, promoveu o maior nível de desemprego da história brasileira. E também cometeu e deixou cometer notáveis bandalheiras nos episódios da reeleição, privatizações, especialmente a das telecomunicações, na Sudam e no sistema financeiro. Correndo da investigação como o diabo da cruz, nosso presidente virou especialista em "operação abafa e evita CPI".

O passivo externo do país (constituído pela dívida acrescida dos investimentos estrangeiros diretos, investimentos em ações e títulos) dobrou no reinado de FHC, representando hoje algo em torno de 70% do PIB. A famigerada dívida externa, de aproximadamente US\$ 120 bilhões em 1994, aproxima-se da marca dos US\$ 250 bilhões. Os compromissos do país com o exterior neste ano, expressos principalmente no pagamento de juros, amortização da dívida externa e remessa de lucros e dividendos, chegam a US\$ 55 bilhões, uma sangria de riquezas insuportável para a nação e que, como temia o ex-presidente Tancredo Neves, vem sendo bancada com o sangue e o suor do povo.

A necessidade de transferir volume tão elevado de recursos ao exterior refletiu-se no crescimento dos déficits das contas externas, agravou o desequilíbrio no balanço de pagamentos e provocou o colapso da política cambial e a maxidesvalorização do real. O Brasil ficou ainda mais vulnerável e dependente frente ao capital estrangeiro, que passou a exigir a entrega de patrimônio público e a desnacionalização de amplos setores da economia para viabilizar o pagamento dos seus extraordinários lucros. Agora, através do FMI, eles cobram a transferência das últimas jóias da coroa: Petrobrás, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, além das hidrelétricas que ainda não foram privatizadas. A excessiva dependência econômica inviabiliza o crescimento econômico a taxas compatíveis com as necessidades do país e condena a nação a uma condição de permanente instabilidade.

A pretexto de enfrentar a crise, reduzindo o chamado "Custo Brasil", FHC, em dupla com o FMI, desencadeou uma ofensiva brutal contra os trabalhadores. As perspectivas são aterradoras. O presidente definiu como prioridade do que chama de "segunda etapa" da política neoliberal a reforma trabalhista prometida na Carta de Intenção encaminhada no ano passado ao FMI. O propósito é apagar da Constituição o capítulo dedicado aos direitos sociais (Artigo 7º) e suprimir benefícios como 13º Salário, férias de 30 dias, auxílio maternidade, entre outros conquistados como muita luta ao longo da nossa história. Com isto, ele promete impor um retrocesso inédito nas relações entre capital e trabalho no país, a ponto de revogar o próprio Direito do Trabalho. Simultaneamente, com o objetivo de dificultar a resistência dos trabalhadores, quer promover o enfraquecimento, a divisão e fragmentação do movimento sindical, abrindo caminho à criação de sindicatos por empresa.

Seminário sobre a redução da jornada de trabalho

A Secretária de Política Sindical da CUT vai promover, no auditório da CUT, rua Caetano Pinto, 575, dias 10, 11 e 12 de setembro, um seminário sobre a redução da jornada de trabalho. Farão intervenções os estudiosos Ricardo Antunes, Sergio Mendonça (diretor executivo

do Dieese), Chaterine Bloch (socióloga francesa, da CGT e do Ministério de Trabalho do governo Jospin, que falará sobre as 35 horas semanais francesas), os deputados Inácio Arruda (PCdoB/CE) e Jair Meneguelli (PT/SP), o presidente da CUT João Felício, Gilda Almeida de

Souza e outros dirigentes da Central.

O seminário é um primeiro passo na direção de uma campanha nacional pela redução da jornada sem redução dos salários que a CUT deve abraçar e a Conferência Sindical Nacional do PCdoB definiu como uma prioridade.

INTERNACIONAL

O povo peruano não votou pelo continuísmo neoliberal

PARTIDO COMUNISTA DO PERU
("PATRIA ROJA")*

Pronunciamento

1 - A Mensagem Presidencial com a qual o dr. Toledo inaugurou seu governo não atendeu às expectativas de amplos setores da população que, pelo menos, esperavam o anúncio de medidas que estivessem de acordo com suas promessas eleitorais.

Em lugar de um estadista revelando ao país as vigas mestras da esperada reconstrução nacional, a descentralização, o saneamento de nossa economia, assistimos à apresentação de um governante diminuído, cujo discurso se caracterizou pelas generalizações, as medidas imediatistas de corte populista, como é o caso da adequação trabalhista da OIT, as eleições regionais, a criação do Conselho Nacional da Juventude, emprego de emergência, luta contra a corrupção etc., úteis para gerar estabilidade a curto prazo, mas não para tirar o país da grave crise em que se encontra e, menos ainda, para encaminhá-lo ao desenvolvimento.

2 - Diferentemente das evidentes omissões do presidente Toledo, seu ministro da Economia, o sr. Pedro Pablo Kuczynski, tem se mostrado muito eloquente nos diversos meios de comunicação, anunciando que continuarão e aprofundarão as medidas herdadas do fujimorismo, tais como as privatizações, a disciplina fiscal, a eliminação das exonerações de que gozam alguns povoados da fronteira, o pagamento pontual da dívida externa, o tratamento privilegiado e subserviente do capital estrangeiro etc. Quer dizer, nem mais nem menos que a continuação do neoliberalismo econômico, ainda que ora pontuado por certas concessões em âmbito político e

social, conforme as recomendações dos ideólogos do imperialismo que, reconhecendo que na aplicação do modelo ultrapassaram os limites, indicam que deve ser dado ao capitalismo selvagem um rosto humano.

3 - Contrariamente ao ceticismo popular, setores que vão desde a direita até o chamado centro político encontraram a prudência do discurso presidencial e no realismo do sr. Kuczynski, uma mensagem cheia de esperança, e geraram eco ao chamado da governabilidade, ou, na pior das hipóteses, a uma oposição responsável. Trata-se de construir um novo consenso acerca do novo governo e prevenir-se das convulsões sociais que, mais cedo do que se imagina, baterão às portas procurando solução para a postergação dos direitos da grande maioria do país.

4 - Os recentes movimentos de massa protagonizados por agricultores, sindicatos, setores juvenis, Frentes de Defesa, usuários da Telefônica e serviços elétricos, ou os povoados do sul, vítimas do terremoto e que reclamam ajuda efetiva, demonstram a existência de certa estagnação de processos que o governo deverá enfrentar em curto prazo, em cuja base estão os grandes problemas nacionais como o emprego, luta contra a pobreza, democratização, descentralização, moralização direitos humanos, etc. Este movimento de massas que se iniciou na luta contra a ditadura fujimorista é ainda disperso, com estrutura frágil e alcance nacional, mas com um enorme potencial que irá abrindo passo conforme avança a situação política. O apoio popular que levou o dr. Toledo ao Palácio do Governo pode transformar-se em repúdio aberto, se o povo achar que suas expectativas foram burladas novamente.

5 - No plano internacional, assistimos a um contexto em que

os Estados Unidos, sob a administração Bush, está decolando uma agressiva política para conservar e ampliar suas zonas de influência e consolidar sua hegemonia mundial, em batalha aberta com outras potências imperialistas. Para os países latino-americanos, isso se traduz na aplicação de uma estratégia de aprofundamento da dominação neocolonial nessa área que o imperialismo norte-americano considera tradicionalmente fundo de quintal. Desse modo, a Alca, o Plano Colômbia, a dolarização das economias de El Salvador e Equador, as privatizações dos portos, aeroportos, empresas estratégicas, o estabelecimento de bases militares norte-americanas em El Salvador, Aruba, Curaçao, Equador e Peru, são todos elementos dessa estratégia global cujo objetivo é controlar os mercados e recursos da área, especialmente a Bacia Amazônica, considerada o principal pulmão do planeta.

6 - Por isso, a luta do povo peruano está intimamente ligada ao combate contra o imperialismo, especialmente norte-americano, que deve compreender a todos os povos da região, levantando as bandeiras da integração latino-americana e do Caribe, da solidariedade com Cuba socialista, do repúdio à imposição da Alca e o Plano Colômbia e da defesa da soberania de nossa pátria.

7 - A globalização neoliberal que não só aumentou o abismo entre países ricos e pobres, mas pôs em perigo a própria existência do planeta como habitat para a espécie humana, vem gerando repúdio de amplos setores em todo o mundo. Os protestos contra esse tipo de globalização protagonizada em diversos países, cuja manifestação mais recente se deu em Gênova, onde morreu um ativista de esquerda, nos mostram que tem avançado uma oposição de amplísimos setores, a qual devemos acalantar e dar nossa contribuição.

8 - Os piores momentos para a esquerda peruana têm ficado para trás. Durante uma década resistimos com êxito à ofensiva ideológica neoliberal que pretendia nos apagar do mapa; defendemos nosso espaço em franco combate contra a ditadura fujimorista; estivemos presentes em cada jornada de

luta popular. Dessa etapa, saímos renovados e com novos bríos, dispostos a participar em debates de idéias, a lutar para que o povo, e somente o povo, tome as rédeas deste país. Nos reafirmamos na posição que assumimos depois de conhecer o resultado eleitoral: o de nos constituir em uma oposição e alternativa patriótica e popular. Estamos convencidos que a esquerda é indispensável no cenário nacional, pois somente a partir da perspectiva socialista é que o Peru poderá encontrar saída para seus problemas. O Movimento Nova Esquerda, que realizará nos próximos dias o Primeiro Congresso Nacional, se converteu em um importante referencial da esquerda no país, e devemos envidar esforços para conseguir sua inscrição no Registro Eleitoral.

9 - Hoje, quando estão sendo postos na mesa vários temas da agenda nacional, entre eles o debate constitucional, nos pronunciamos pela necessidade da convocação de uma Assembléia Constituinte que elabore uma nova Carta Magna, a mesma que deve submeter-se a referendium. Os remendos à Constituição fujimorista ou o resgate da Constituição de 1979 não são suficientes. Trata-se de elaborar uma Constituição que leve o país ao progresso duradouro e ao bem-estar de todos seus habitantes, que incorpore um Projeto Nacional de Desenvolvimento e seja a base de uma Nova República. Desse modo estaremos fechando um ciclo de 180 anos de vida republicana, onde as classes dominantes governam sempre de costas para o país.

10 - Saudamos as lutas dos agricultores; dos mestres do Sutep e dos trabalhadores da construção civil; da população de Barranca e Yurimaguas; do povo do Tambo grande em sua luta contra a exploração mineira em detrimento da destruição do vale; do povo de Cajamarca que enfrenta o saque de seus recursos e a deterioração do meio ambiente por parte da Mineradora Yanacocha; dos povos de Huaylas e Conchucos que lutam igualmente contra os abusos de Antamina; dos jovens que, em diversas partes do país, reclamam atenção para suas necessidades; dos usuários que se mobilizam

contras as tarifas draconianas da Telefônica. Saudamos o próximo congresso da CGTP e chamamos ao fortalecimento desta central de trabalhadores peruanos; da mesma forma, a II Junta Ampliada de Presidentes de Federações da FEP, a realizar-se nos dias 31 de agosto e 1º de setembro, na cidade de Lima. Nessas ações, devemos trabalhar incansavelmente pela unidade. Somente o povo unido, com clareza de seus objetivos e dispostos à luta pode abrir um novo caminho na história do país.

11 - Chamamos o povo peruano a não baixar a guarda e a continuar se organizando e lutando por seus direitos desrespeitados, e exigir do governo o cumprimento de suas promessas eleitorais. Neste momento, é preciso mobilizar toda a população em torno da seguinte plataforma de luta:

Criação de fontes de trabalho, reativando o aparelho produtor;

Restituição os direitos dos trabalhadores arrebatados pelo neoliberalismo durante a ditadura fujimorista;

Repúdio à nova onda de privatizações, em especial dos serviços de água potável de Lima e regiões adjacentes, e do sistema elétrico;

Moralização profunda, incluída a repatriação dos delinquentes Fujimori e Arítomi;

Convocação de uma Assembléia Constituinte que elabore a nova Constituição e seja submetida a referendium;

Descentralização efetiva do Estado, não só em seus aspectos administrativos ou políticos, mas também e principalmente econômico, sem o qual as regiões do interior continuarão no abandono;

Renegociação e moratória da dívida externa, destinando os recursos gerados ao desenvolvimento do país;

Convocação da juventude para eleger os representantes do Conselho Nacional da Juventude, para formar Conselhos Juvenis em nível distrital, departamental e regional;

Repúdio à imposição da Alca e ao Plano Colômbia.

Lima, agosto de 2001

* III Plenária do Comitê Central do PC do Peru - Patria Roja

Congresso do "Bandera Roja"

ERON BEZERRA*

Em torno de 4 centenas de delegados dos diversos Estados da Venezuela se reuniram no III Congresso do Partido Comunista "Bandera Roja", em Caracas, para analisar a situação internacional e nacional, além dos problemas organizativos do Partido.

Foram 4 dias de um rico e caloroso debate, onde a tônica central foi a condenação da política neoliberal como sendo o mais refinado instrumento de que tem lançado mão o imperialismo para viabilizar sua dominação sobre os países de economia dependente.

Tal qual como no Brasil ou em qualquer outro país de economia

dependente, os delegados presente ao III Congresso do "Bandera Roja" apontam o desmonte dos Estados nacionais, a supressão dos direitos sociais e trabalhistas, o cerceamento das liberdades democráticas e o intervencionismo crescente dos Estados Unidos como a face mais visível e perversa das consequências da política neoliberal. Dentro dessa lógica concluem que a disputa pelos mercados vai levar os EUA a conflitos com a Europa, identificando na força militar europeia - 60 mil homens mobilizáveis - a evidência dessa assertiva.

Esse aspecto - o do intervencionismo - foi particularmente enfatizado, não apenas por sucessivas intervenções, mas igualmente pela

aprovação, na sessão de encerramento, de uma moção de repúdio ao Plano Colômbia, que os comunistas venezuelanos identificam como "uma intervenção norte-americana com o propósito de frear a luta dos povos da região". A Venezuela, assim como o Brasil, é um país fronteiro com a Colômbia, o que faz com que esse debate ganhe relevo e importância na estratégia e na definição tática da linha política do "Bandeira vermelha".

*deputado do PCdoB Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, membro do Comitê Central, e representante do Partido no III Congresso do "Bandera Roja".

ASSINE

PCdoB A CLASSE OPERÁRIA

Rua Adoniram Barbosa, 53, CEP 01318-020, São Paulo - SP
Tel.: 0_11 3104-4140 Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

12 edições = R\$ 18,00

Pagamento:

Cheque nominal
 Dinheiro

Vale postal nº

Cartão nº
Validade

Depósito na conta
Ag.0251

C/C 48676-7, Banco Itaú

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

CEP Estado:

Data de nascimento: / /

Tel.: ()

Profissão:

Correio eletrônico:

Data da assinatura: / /

INTERNACIONAL

A solidariedade com a Colômbia no encontro de San Salvador

MIGUEL URBANO RODRIGUES*

O I Encontro Internacional e pela Paz na Colômbia e na América Latina, reunido em San Salvador de 20 a 22 de julho – do qual participei como representante do Partido Comunista Português – foi uma iniciativa com aspectos inéditos.

A Universidade Nacional de El Salvador deveria ter sido a sede daquele acontecimento político e humanista. Mas tal não aconteceu. Cinco dias antes, a Embaixada dos EUA dirigiu-se ao reitor e informou-o de que a cedência das instalações do campus para a iniciativa seria considerada por Washington um ato de hostilidade aos EUA. A não ser cancelada, afetaria a ajuda financeira à Universidade resultante de um convênio. A manobra de chantagem funcionou: a Universidade submeteu-se.

Uma funcionária da embaixada levou a insolência ao ponto de sugerir à Comissão Organizadora que o Encontro fosse anulado porque "seria prejudicial para a Colômbia". O recuo da Universidade forçou, porém, os organizadores a tomarem medidas que prejudicaram decisivamente o programa previsto.

A sessão inaugural realizou-se num pavilhão desportivo; no segundo dia uma sessão plenária e as reuniões das oito comissões de trabalho transcorreram num colégio particular; e a sessão de encerramento, no dia 22, efetuou-se num pátio da Universidade Luterana. O decano da Universidade Nacional apresentou desculpas ao plenário em nome da maioria do corpo docente, pela vergonhosa capitulação da reitoria perante a embaixada norte-americana.

O escândalo foi maiúsculo. Ficou transparente o temor que a insurreição colombiana inspira à administração Bush.

Os três principais diários do país não dedicaram uma linha ao Encontro. A televisão (doze canais) também ignorou o acontecimento, bem como a maioria das rádios. Mas *La Prensa Gráfica* e o *Diario de Hoy*, os grandes quoti-

dianos da capital, encontraram espaço para dedicar ao chamado choque entre "ortodoxos e renovadores" na Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, publicando entrevistas com adversários da orientação revolucionária daquele partido, patrocinador do Encontro.

As Farc: confiança e firmeza

A intervenção de fundo, na sessão inaugural, coube às Farc-EP. O comandante Arturo Campos, do seu Estado Maior Central, criou com o discurso de abertura, pelo conteúdo e linguagem, a serena atmosfera de combatividade que iria marcar todo o Encontro.

Da sua mensagem dirigida aos povos do mundo emergiram a firmeza das Farc e a sua confiança no desfecho da luta que travam. Mas o comandante colombiano inseriu essa luta num vasto painel internacionalista, no âmbito da grande vaga de contestação às políticas do neoliberalismo e às agressões imperiais dos EUA.

Destacou a revolução bolivariana na Venezuela, os levantamentos indígenas no Equador, as marchas dos cocaleros na Bolívia e no Peru, o desafio dos piqueteiros na Argentina, o combate do Movimento dos Sem Terra no Brasil, a luta do povo de Porto Rico contra as manobras da Marinha dos EUA na Ilha de Vieques, a resistência dos povos da República Dominicana e do Caribe em geral, o avanço do Sandinismo na Nicarágua, o fortalecimento do FMLN em El Salvador, a heroica resistência de Cuba ao bloqueio e a resistência continental ao Plano Colômbia. Em todos esses processos –sublinhou– "abre-se caminho à combinação de tradicionais e novas formas de luta de massas que vão desde a greve ao boicote, passando pelos surtos insurrecionais acompanhadas da eterna presença guerrilheira, como alternativas para cortar o nó górdio da história contemporânea, que se resume no esgotamento da última fase do capitalismo, por um lado, e, por outro, no aparecimento de novas formas que procu-

ram a liberdade, a democracia e o desenvolvimento, sob parâmetros de paz, com justiça social, independência e soberania, representados no socialismo".

Arturo Campos caracterizou o Plano Colômbia – agora chamado Iniciativa Andina – como um agressivo projeto militar dirigido contra os países que na Região mais preocupam Washington: a Colômbia, a Venezuela e o Equador. Para garantir e perpetuar a sua hegemonia política, econômica e militar sobre o Continente, os EUA ampliaram e reforçaram a sua rede de bases militares regionais. Além de Vieques em Porto Rico, de Iquitos no Peru, de Palmarola em Honduras, contam agora com as bases de Aruba e Curaçao, cedidas pela Holanda, com a de Comalapa em El Salvador, Salta na Argentina e Manta no Equador. Um cinturão de guerra ameaçador.

E, contudo, o Plano Colômbia esbarrou desde o início com resistências inultrapassáveis. A primeira derrota foi a recusa do Brasil e da Venezuela a permitirem a instalação de forças norte-americanas nos seus territórios e a participarem numa força militar multilateral cujo objetivo seria intervir contra a insurreição colombiana.

O comandante colombiano, depois de analisar as causas do conflito armado no seu país, salientou que a criação e permanência da Zona Desmilitarizada – uma área maior do que a da Suíça – não foi uma concessão do governo Pastrana. Essa zona de paz "é a expressão concreta de uma realidade, a existência na Colômbia de atores políticos e militares que têm de ser tomados em conta e sem a participação dos quais não haverá futuro para aqueles que pretendem perpetuar-se no poder. (...) Essa pequena porção do solo colombiano converteu-se num exemplo de produtividade, cooperação e segurança dos cidadãos, sendo um exemplo de governabilidade, de harmonia e bem estar, a partir do momento em que foi abandonada pelos membros do

Batalhão de Caçadores que a assolavam com o paramilitarismo".

A declaração final

Num artigo como este não é possível sintetizar a riqueza das comunicações apresentadas num encontro em que estiveram representados 35 países (nove europeus) através de 420 delegados, dos quais 320 estrangeiros. Não constitui surpresa o entusiasmo com que foram recebidas as intervenções dos representantes da Colômbia, de Cuba, da Venezuela, de Porto Rico e do Equador, o coronel Lucio Gutierrez, líder da insurreição indígena que em 1999 derrubou o ex-presidente Mahuad.

O debate nas oito comissões de trabalho foi concorrido e os relatórios elaborados constituíram um material valioso para a comissão que redigiu a Declaração Final do Encontro.

Esta, aprovada por aclamação, é um documento que reflete bem aquilo a que chamarei o renascimento do espírito revolucionário na América Latina e uma disponibilidade cada vez maior dos povos, à escala mundial, para o combate, através de formas de luta muito diversificadas, às políticas neoliberais e ao hegemonismo imperial norte-americano.

A maré da contestação sobe em todo o planeta e a participação crescente das massas no combate em curso é uma evidência.

Esse panorama transparece com clareza na Declaração Final, que define o I Encontro como "alta expressão de unidade e solidariedade internacional da América e do Mundo perante as permanentes agressões imperialistas contra os povos que lutam contra o neoliberalismo pela libertação, pela justiça social, pela democracia participativa e pela soberania".

Não obstante a amplitude do leque ideológico das delegações num Encontro de Solidariedade como este, houve consenso para se caracterizar o Plano Colômbia como "um projeto de guerra intervencionista dos EUA contra os povos da América Latina e do Caribe, que procura esmagar as diferentes e crescentes expressões de luta, rebeldia e vitórias populares e patrióticas e impedir que surjam e se consolidem democracias participativas, contrárias aos planos hegemônicos dessa potência imperial e à sua pretensão de impor o chamado Acordo de Livre Comércio – Alca". Tal plano faz parte de "uma estratégia global de recolonização econômica, política e militar do imperialismo norte-americano destinada a dominar de maneira absoluta os povos e nações do subcontinente".

A Declaração insere esta estratégia "na pretensão dos EUA a exercer uma dominação perpétua e universal sobre o planeta, configurando uma ameaça contra a humanidade e gerando uma crise de civilização. (...) Entretanto, como as causas que

determinaram as grandes mudanças revolucionárias na história mundial não desapareceram e, pelo contrário, se agudizaram, as resistências e a luta dos povos neste início do século XXI confirmam a vigência dos ideais revolucionários e a necessidade de uma alternativa mundial ao sistema existente, a qual garanta aos povos justiça, dignidade humana, participação democrática e paz".

"As organizações, entidades, pessoas e movimentos participantes neste Encontro declaramos perante a América e o mundo – transcrevo do Documento – nossa indeclinável solidariedade com a Cuba revolucionária e com a luta contra o criminoso bloqueio que lhe impõem os EUA, a nossa solidariedade com a Venezuela bolivariana, com a rebelião zapatista e as forças democráticas do México, com a insurgência heroica da Colômbia e todas as suas forças progressistas, com os patriotas porto-riquenhos que lutam para expulsar as tropas ianques de Vieques e alcançar a independência de Porto Rico, com a luta dos povos autóctones pelos seus direitos inalienáveis, com a bela rebeldia das mulheres e de todos os setores discriminados, com os movimentos sociais e políticos que combatem no Brasil, na Bolívia, no Equador, no Paraguai, na Argentina, na República Dominicana, na Jamaica e em outros países, com as lutas patrióticas e populares das esquerdas e de todas as forças progressistas do Continente, com os movimentos antiglobalização e anti-neoliberalismo que se manifestam na Europa e na América do Norte e com os esforços dos partidos e movimentos políticos transformadores que procuram novos avanços e novas vitórias eleitorais".

A Declaração condena expressamente a ingerência dos EUA no processo eleitoral nicaraguense, reclama o fim da chantagem nascida do temor da vitória sandinista, exige a libertação de todos os presos políticos, pronuncia-se contra o projeto do escudo espacial norte-americano e contra as armas e ensaios nucleares. Um parágrafo especial é dedicado à solidariedade com todas as causas justas, incluindo as lutas dos povos da Europa, da Ásia e da Oceania. A luta heroica do povo palestino contra o genocídio israelense merece referência especial, bem como a condenação dos bloqueios e sanções dos EUA que atingem, além de Cuba, o Irã, o Iraque e a Líbia.

Uma resolução especial registrou o compromisso dos participantes a convocar, organizar e promover o II Encontro Internacional de Solidariedade e pela Paz na Colômbia e na América Latina.

Foi numa atmosfera de fraternidade e entusiasmo que as delegações vindas de três dezenas de países escutaram e ovacionaram, com emoção, as canções do uruguaio Daniel Viglietti que se tornaram já parte da cultura revolucionária da América Latina.

A convicção de que a resistência ao imperialismo e ao neoliberalismo avança saiu reforçada do Encontro de San Salvador.

*jornalista, membro do Partido Comunista Português

livraria portuguesa

LIVROS - JORNAIS - REVISTAS - MÚSICA
ESPECIALIZADA EM EDIÇÕES PORTUGUESAS

Divulgando a cultura portuguesa no Brasil

Campanha de assinaturas

Cód.	Publicações portuguesas:		
01	Jornal Avante(PCP) semanal (1/2 ano = 24 edições)	R\$	80,00
02	Revista O Militante(PCP) bimestral (1 ano = 6 edições)	R\$	24,00
03	Le Monde Diplomatique(em português) (1 ano = 12 edições)	R\$	120,00
Cód.	Revistas cubanas:		
04	Cuba Internacional(1 ano = 6 edições)	R\$	30,00
05	Prisma(1 ano = 6 edições)	R\$	30,00
06	Avances Médicos(1 ano = 4 edições)	R\$	45,00
07	TRicontinental(1 ano = 4 edições)	R\$	30,00

Preencha o cupom abaixo, escolha as publicações que desejar e remeta-o para um dos nossos endereços com o cheque correspondente ao valor total do pedido:

Nome			
Endereço			
Bairro	CEP		
Cidade	Estado		
Fone	Profissão	e-mail	
Código(s) da(s) publicação(ões)	valor R\$		

Rio de Janeiro
R. Senador Dantas, 80 s/
Lojas 103/104
fonefax: (21) 2292-8903/
2532-6787
e-mail: livport.rj@uol.com.br

Brasília
SIG Quadra 08 - lote 2345
cep: 70610-400 Brasília - DF
fonefax: (61) 343-2492
e-mail: livropo@terra.com.br

São Paulo
R. Ministro Godoy, 976
cep: 05015-000 - São Paulo
fonefax: (11) 3673-8406 /
3868-2492
e-mail: liv.port@bol.com.br

São Paulo - Centro
R. Genebra, 165
cep: 01316-010 - São Paulo
fonefax: (11) 3104-1748/
3104-0128
e-mail: liv.port@uol.com.br

CDM
Fundação Maurício Grabois

MOVIMENTO

Presença da Mulher

15 anos de luta e conquistas

A luta pela emancipação feminina necessita de forças unidas, organizadas e mobilizadas dioturnamente, em ações bem definidas e com objetivos claros. Neste ano de 2001 a revista *Presença da Mulher* registra seus 15 anos de participação ativa nas lutas das mulheres e do povo brasileiro. Superou dificuldades e obstáculos, contribuindo para a atualização do entendimento das relações de classe e de gênero e colocando à disposição das lutas uma elaboração consequente e original, diferenciando-se dos demais órgãos similares.

A edição atual da revista, lançada em São Paulo em ato comemorativo dos 15 anos, apresenta um conjunto de matérias analíticas, informativas e que instrumentalizam o movimento que, hoje, participa do debate em torno de um programa para o Brasil – que, além de reconstruir a nação dilacerada pela política neoliberal de FHC, contemple avanços concretos para mais da metade da nossa população: as mulheres brasileiras.

Pedidos para a Editora Anita Garibaldi, Rua Monsenhor Passalacqua, 158, CEP 01323-010 São Paulo/SP, fone/fax 11 289 1311 www.anitagaribaldi.com.br, livraria@anitagaribaldi.com.br

Edição 39 da *Presença*

Festa e lançamento

Os 15 anos da revista e o lançamento do número 39 de *Presença da Mulher* foi realizado no dia 27 de julho na Casa das Rosas, em São Paulo. Estiveram presentes, além de mulheres e homens que têm participado da trajetória da revista, importantes lideranças representantes do movimento feminista de São Paulo e do Brasil. Dentre elas, a presidenta do Con-

selho Estadual da Condição Feminina, Maria Aparecida de Laia; Clair Castilho (do Conselho Nacional de Saúde e UBM/SC); representantes da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, das Católicas pelo Direito de Decidir; da Casa Eliane de Grammont, da secretaria de Mulheres do PT; dirigentes do PCdoB; movimento sindical, jovem e as entidades Fala Preta e Gelédès.

Durante o evento foi entregue o Troféu Presença da Mulher para homenagear os protagonistas que fundaram e contribuíram decisivamente para a existência da revista até hoje.



A equipe da revista comemora os 15 anos

Mulheres na luta contra o estupro "simples"

A União Brasileira de Mulheres - UBM - juntamente com a deputada Jussara Cony (PCdoB/RS) e o Movimento de Mulheres Gaúchas estão em intensa campanha contra a decisão do Supremo Tribunal Federal e acatada pelo 4º Grupo Criminal do Tribunal de Justiça/RS, que qualifica como "simples" os crimes de estupro onde a vítima não sofre lesões gra-

ves ou morte. Esta decisão merece o repúdio de toda a sociedade, particularmente das mulheres, por serem as maiores vítimas.

Causa repulsa a decisão do 4º Grupo do TJ/RS, pois ao banalizar o estupro, desclassifica o estupro como crime de alta gravidade (hediondo). E produz os efeitos contrários aos direitos humanos das mulheres, recriando a noção da impu-

nidade ao crime sexual e reafirmando que as mulheres não têm valor.

A UBM e o Movimento de Mulheres do Rio Grande do Sul conclamam a sociedade a lutar pela revisão dessa posição, que por embasar-se em entendimento do Supremo, pode vir a consolidar-se como Jurisprudência. Um retrocesso na luta pelos direitos humanos das mulheres.

Princípios debate um novo rumo para o Brasil

A revista *Princípios* número 62 está dedicada à discussão de elementos para um programa de reconstrução nacional. São vários textos sobre esse tema. Dentre eles, Renato Rabelo expõe os sete pontos levantados pelo PCdoB para um programa comum da oposição, com base na esquerda, ressaltando que a construção de um novo caminho para o país exige um amplo movimento de salvação nacional.

Princípios publica as intervenções de Luís Inácio Lula da Silva, Anthony Garotinho e Ciro Gomes no seminário 2002: um projeto para o Brasil, promovido pela Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados. Os postulantes à Presidência defendem seus pontos de vista para o momento com vistas à sucessão de FHC, e Itamar Franco teve seus principais

pontos programáticos resenhados pela revista.

Trata-se do mais completo dossiê já publicado sobre as idéias da oposição e da esquerda acerca do diagnóstico da crise atual, da caracterização do governo de Fernando Henrique Cardoso, do caminho a ser seguido e das propostas a apresentar para um governo de oposição ao projeto neoliberal.

Renato Rabelo, no texto "Pontos fundamentais do programa de reconstrução nacional", escreve que os comunistas se esforçam "pelo propósito de elaborar uma plataforma mínima de ruptura, de nitidez oposicionista, com o atual modelo, e forjar a unidade das candidaturas de oposição em torno das bandeiras lançadas pelo Manifesto unitário de 1999, *Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho*. Dessa maneira, pre-

parar o caminho para a unidade e vitória oposicionista nas eleições gerais de 2002". Lula enfoca o programa e as alianças necessários para a oposição ganhar em 2002 e afirma que "para ampliar, neste momento, é necessário o diálogo em torno de um programa com todas as forças políticas da oposição". Garotinho argumenta que dentro do atual modelo econômico não há saída, sendo urgente a criação de um novo plano econômico distinto dos atuais fundamentos. Ciro Gomes expõe que ainda falta à oposição a batalha em torno do projeto alternativo e que o novo modelo tem de se basear num alto nível de poupança interna. José Carlos Ruy escreve sobre a ênfase no nacionalismo como característica básica da proposta do governador mineiro Itamar Franco.



Princípios 62, além desse dossiê sobre a saída proposta pela oposição, aborda também o problema da crise energética. Neste tema, o deputado federal baiano Haroldo Lima escreve o texto "A crise energética e a pulsanimidade do governo", em que demonstra como o Fernando Henrique levou cinco anos para destruir um dos melhores sistemas de energia do mundo, o sistema hidrelétrico brasileiro, construído em mais de cinco décadas.

Ainda na abordagem do Brasil, o presidente da Federação Nacional dos Sociólogos, Lejeune Mato Grosso de Carvalho, analisa os últimos dados censitários em "Um país rico e um povo pobre".

Na pauta internacional, Haroldo Lima registra a trajetória do Partido Comunista da China, que acaba de completar seus 80 anos; e Miguel Urbano Rodrigues escre-

ve sobre os "Erros e fragilidades do Império no início do século XXI", uma alusão a fatos como as recentes derrotas diplomáticas dos EUA.

Na pauta teórica, José Carlos Ruy discorre sobre "Um partido proletário para construir o poder proletário", em que sistematiza as idéias leninistas sobre o Partido Comunista; e o deputado federal Aldo Arantes (PCdoB/GO) conclui sua série "Neoliberalismo e liberdade do capital".

Esta edição da revista traz também artigos sobre a história do Brasil: Dorge Konrad aborda o

período da história do PCdoB do Brasil que vai do movimento de 1930, do qual o Partido se isolara, à formação da Aliança Nacional Libertadora – quando os comunistas apareceram para as amplas massas, capitaneando a luta antifascista; e a historiadora Paula Beiguelman relata a desregulamentação trabalhista e a investida contra os portuários de Santos.

Princípios 62 publica ainda uma matéria sobre o pensamento de Mário de Andrade; um relato sobre a CPI da Câmara dos Deputados sobre a CBF-Nike, presidida pelo comunista Aldo Rebelo; e uma entrevista inédita com o professor Milton Santos – o filósofo da geografia.

Pedidos para a Editora Anita Garibaldi, Rua Monsenhor Passalacqua, 158, CEP 01323-010, São Paulo/SP, fone/fax 11 3266 4312. Ver cupom ao lado

CUPOM DE ASSINATURA

Opção:

- () Revista *Princípios* (4 edições) a partir do número R\$ 30,00
 () Assinatura especial (9 edições: 5 passadas e 4 próximas) a partir do número..... R\$ 45,00

Nome

Endereço

Bairro

CEP

Cidade Estado

Fone

Profissão

E-mail

Forma de pagamento

- () Cheque nominal à Editora e Livraria Anita Garibaldi. Valor R\$.....
 () Depósito em conta: Banco Itaú, agência 0251, conta corrente 48.678-3 (favor enviar comprovante do depósito)
 () Cartão Credicard ou Visa n.º..... validade/...../.....

Martí e o sonho da Nossa América

RENY FERES*

Nossa América – A Utopia de um Novo Mundo, de Eugênio Rezende de Carvalho, é o primeiro livro publicado no Brasil sobre um dos mais importantes intelectuais hispano-americanos do Século XIX, José Julián Martí Pérez. Eugênio é doutor em História pela Universidade de Brasília e professor-pesquisador da Universidade Federal de Goiás,

Martí, grande poeta, estadista e revolucionário cubano, nascido em Havana (1853) e falecido em Boca de Los Rios (1895), foi precursor do modernismo, exercendo enorme influência sobre a literatura hispano-americana. Mostrou a originalidade e a autoctonia da língua hispano-americana, reputando a ela a capacidade de compreensão da realidade cultural, social e política da América Latina. Apesar da abrangência de sua obra literária, esse escritor é mais conhecido pela colaboração que fazia a diversos jornais de Buenos Aires, Montevidéu, México, Caracas, tendo representado alguns desses países em conferências realizadas em Washington e Nova Iorque.

Como político, desenvolveu desde a juventude intenso programa anticolonialista, o que lhe valeu vários anos de exílio na Europa, Venezuela e nos EUA, aí fundando o Partido Cubano Revolucionário. Viveu também na Guatemala, no Uruguai, no México e na França. Desejava mostrar que não era apenas um produtor de teoria revolucionária, mas também um homem de ação. Depois de preparar uma expedição contra os espanhóis, desembarcou em Playitas, morrendo em combate pela emancipação de Cuba, na Batalha de Boca de los Rios, aos 42 anos de idade. Sua figura transformou-se em símbolo da unidade e do sacrifício pela emancipação de Cuba.

Nossa América – A Utopia de um Novo Mundo não é simplesmente a biografia desse importante personagem, nem tampouco uma explanação factual dos acontecimentos

históricos dos quais ele participou. Trata-se de uma síntese das imagens americanas de Martí, um estudo pormenorizado da sua obra literária, que valoriza o aspecto sócio-político da segunda metade do século XIX.

Lançando mão de citações do próprio José Martí, o autor, de forma não linear, disserta sobre toda a vida literária e militante do pensador cubano. Inúmeros artigos e ensaios escritos enquanto era correspondente internacional também serviram de suporte para o entendimento sobre os valores, as motivações, os atos e as decepções que pautaram toda a vida de Martí.

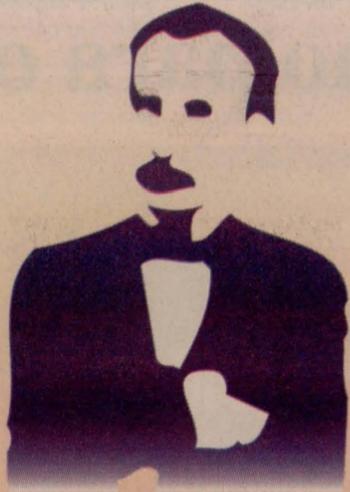
A começar pelo título, *Nossa América – A Utopia de um Novo Mundo*, Carvalho consegue ilustrar aquilo que foi o sonho de liberdade desse ilustre cubano, num momento em que os Estados Unidos começavam a tomar posse do qualificativo *americanos* e a referirem-se ao seu país como *América*. Depois, o que acomete Martí é uma intensa decepção com o racismo lá predominante. Daí a necessidade de marcar a distinção entre a América deles e a Nossa América.

Segundo o autor, José Martí afirma que o que estava em jogo não era meramente um problema de raças, mas sim de valores e modos de vida distintos. Seu projeto, a tal utopia, era o de uma nação multirracial, harmônica, e mestiça, não só física, mas também culturalmente; uma nação que se esquivasse de sua cultura localista, ampliando-a de modo a entender que toda a América, unida, forma a *Nossa América*.

Carvalho nos faz entender a afirmação de Martí de que todos os latino-americanos, apesar de igualmente oprimidos, conseguiriam juntos devolver ao continente americano sua alma própria, sua unidade, sua auto-

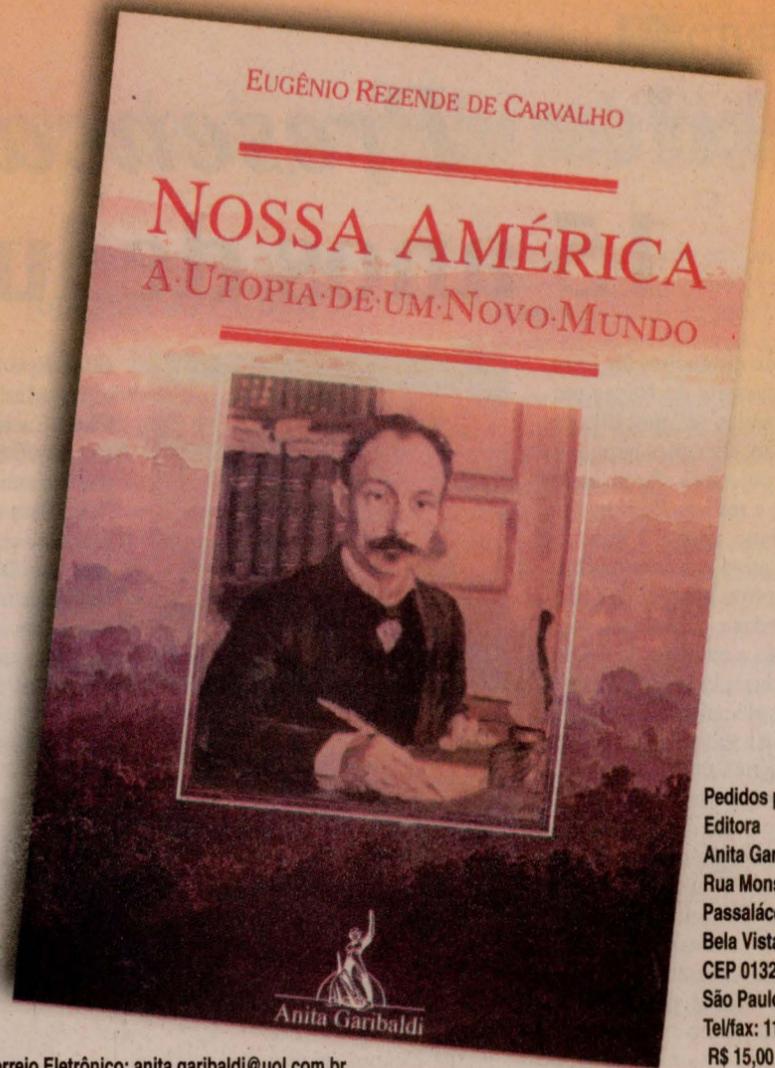
estima. Conseguiriam conquistar sua emancipação, só que agora das garras do *Monstro*, em cuja entranha ele próprio vivia e, por isso, o conhecia muito bem.

Eugênio Rezende de Carvalho propõe uma divisão quase didática dos principais



Ao Morrer, 1894

*Desejo deixar este mundo
Por sua porta natural
Em meu túmulo de folhas verdes
Elas me conduzirão para a morte
Não me ponham no escuro
Para morrer com um traidor
Eu sou bom, e como boa coisa
Morrerei com a face voltada para o sol*



Pedidos para
Editora
Anita Garibaldi.
Rua Monsenhor
Passalacqua, 158
Bela Vista,
CEP 01323-010
São Paulo-SP
Tel/fax: 11 3266 4312
R\$ 15,00

Correio Eletrônico: anita.garibaldi@uol.com.br

fatores aos quais Martí atribuía a dificuldade em atingir o Mundo Novo com que sonhava, superando as características de barbárie, atribuídas a nós pelo Primeiro Mundo e alcançando a civilização. Esses fatores, denominados de *tigres internos* (a situação social, a marginalização do índio e do negro, a corrupção que impregna alguns locais e a precariedade de toda política progressista) e *tigres externos* (o drama da ameaça expansionista das potências estrangeiras), são ricamente abordados nessa publicação.

Através da leitura da obra, percebemos que, na visão de Martí, este povo sofrido desenvolveria sua capacidade de modernização, sem, no entanto, copiar modelos dos Estados Unidos ou da Europa. O revolucionário então proclama que é necessário unir-se em defesa do oprimido, em especial o indígena, a quem reconhece como representante genuíno da América, cuja cultura considerava paralisada pela conquista.

O processo de exclusão, objeto de repulsa de Martí, se apoiava numa base ideológica pautada nas teorias evolucionistas e biologistas, influentes no século XIX. Essa postura ideológica excludente apontava para a inferioridade e incapacidade do homem americano, sob o argumento de uma suposta impureza racial, agravada pelo fenômeno da mestiçagem. Tal tese tentava provar cientificamente que o homem latino-americano tinha dificuldade em se incorporar e se adaptar aos novos valores, considerados universais, ao novo modo de vida imposto a eles pelos agentes da modernidade.

Para abrandar esse problema, Martí desejava representar com seu discurso as minorias excluídas, pois as considerava carentes de mediador, de interlocutor, incapazes de fazerem-se representar, pois faziam parte de uma massa inculta preguiçosa e tímida nas coisas da inteligência. Martí tinha consciência de sua missão e autoridade literá-

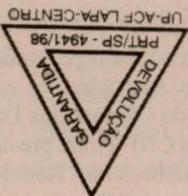
rias, advindas de sua estreita proximidade com o objeto de sua representação. Na falta de meios e instrumentos para os oprimidos fazerem-se ouvir, certamente a literatura constituía-se num meio privilegiado dessa representação.

Eugênio Rezende de Carvalho consegue passar ao leitor o quanto Martí acreditava na capacidade que os excluídos (latino)americanos têm de, um dia, chegar a causar admiração ao resto do mundo, com o ímpeto criador de um povo essencialmente distinto. Um povo grande, não pela superioridade racial, mas devido às nobres ambições de que é dotado e que, embora momentaneamente ferido, ao menos não está morto. A vivência no mundo latino foi, para Martí, uma revelação da complexidade do universo mestiço americano.

Já naquela época, ele ansiava por um mundo em que se reconhecessemos o valor de nossa história antiga, de nossas raízes: Martí afirmava que *a universidade européia deve dar lugar à universidade americana; a história da América, dos incas ao presente, deve ser ensinada minuciosamente, mesmo que não se ensine a dos arcontes da Grécia. A nossa Grécia é preferível à Grécia que não é nossa. A nós é mais necessária.*

O pensamento martiano possui uma característica admirável: a atualidade do tema tratado. O medo do expansionismo dos Estados Unidos, os conchavos econômicos efetuados na ocasião, a discriminação dos povos da América do Sul e Central, a eventual auto-depreciação com que nos tratamos a nós mesmos, a supervalorização do que vem da Europa, tudo isso nos faz imaginar o pouco que evoluímos desde aquela época e o quanto presente continua sendo o sonho de liberdade de Martí.

* jornalista



CDM
CEP 01318-020 - São Paulo - SP
Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A CLASSE OPERÁRIA

IMPRESSO